UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

NATÁLIA SALGADO BUENO

RAÇA E COMPORTAMENTO POLÍTICO EM PERSPECTIVA COMPARADA:
EVIDÊNCIAS DE BELO HORIZONTE E DA CIDADE DO CABO

São Paulo
2010

NATÁLIA SALGADO BUENO

RAÇA E COMPORTAMENTO POLÍTICO EM PERSPECTIVA COMPARADA:
EVIDÊNCIAS DE BELO HORIZONTE E DA CIDADE DO CABO

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Teoria Política
Orientador: Prof. Adrián Gurza Lavalle

São Paulo
2010

Folha de aprovação

Nome: Natália Salgado Bueno

Título: Raça e Comportamento Político em Perspectiva Comparada: Evidências de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Teoria Política

Aprovada em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Adrian Gurza Lavalle (Orientador)

Instituição: DCP/USP

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

BUENO, N. S. Raça e Comportamento Político em Perspectiva Comparada: Evidências de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

O objetivo deste trabalho é discutir a relação entre raça e comportamento político, em especial o papel da raça na participação política não eleitoral (organizações políticas e ativismo político). A partir da abordagem baseada em recursos, estabelecem-se os estatutos analíticos imputados à raça através, principalmente, dos trabalhos de Sidney Verba e seus colaboradores. Para além de identificar as contribuições (e as críticas a essas contribuições) sobre o papel da raça na participação política na abordagem dos recursos, foram identificadas as proposições das literaturas sobre Brasil e África do Sul, uma vez que foram analisados os casos de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo. Para qualificar a análise empírica, lançou-se mão da literatura sobre categorização racial no Brasil e na África do Sul, com o intuito de qualificar as hipóteses e proposições da literatura sobre raça e comportamento político a partir dos significados de raça em cada país.

Em síntese, encontrou-se que, na Cidade do Cabo, a probabilidade de participar politicamente aumenta substantivamente quando um indivíduo se identifica como *African*, enquanto ter mais recursos como escolaridade e renda não afeta a probabilidade de participar. Já em Belo Horizonte a posse de recursos como renda e escolaridade eleva substantivamente a probabilidade de participar — ao passo que a identificação racial não distingue quem participa e quem não participa. Em ambas as cidades, participar em organizações não políticas eleva a probabilidade de participar politicamente.

A partir dos resultados, foram defendidos os quatro pontos principais. Em primeiro lugar, diferentemente do esperado pela literatura brasileira sobre raça e comportamento político, a experiência individualizada de discriminação por negros não leva a comportamento político diferenciado entre negros e brancos. Em segundo lugar, os resultados com relação à Cidade do Cabo permitem conjecturar plausivelmente que são fatores próprios ao sistema político derivado da maneira com que a clivagem racial se reflete nas bases sociais de instituições políticas que explicam a relevância da raça no comportamento político nessa cidade. Em terceiro lugar, defendeu-se que o movimento de “endogeneização” da raça nos últimos trabalhos de Verba e seus colaboradores, para o desenvolvimento do Modelo do Voluntarismo Cívico (CVM), apesar de tornar o modelo mais preciso e coerente, não trouxe benefícios heurísticos para a compreensão dos casos aqui analisados — em especial em comparação aos primeiros trabalhos de Verba e colaboradores. Por fim, argumentou-se que para o desenvolvimento da teorização sobre a relação entre raça e política é necessário levar em consideração os processos de constituição de raça em cada país, de modo que os mecanismos imputados à raça tenham maior capacidade explicativa.

Palavras-chave: raça; participação política; recursos; Brasil; África do Sul

BUENO, N. S. Race and Political Behavior in Comparative Perspective: Evidence from Belo Horizonte and Cape Town. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

The main goal of this thesis is to discuss race's role in non-electoral political behavior (participation in political organizations and political activism). Based on the resource-based approach to political participation, especially on works done by Sidney Verba and his co-authors, we describe and discuss the analytical meanings given to race in the debate on political participation. We not only identified the way race was dealt with in the resource-based approach, but we also discussed the main hypotheses on race and political behavior found in the literature on Brazil and South Africa – since our empirical cases are Belo Horizonte and Cape Town. In order to further specify our empirical hypotheses on both cases, we discussed the literature on racial classification in Brazil and South Africa.

In summary, we found that, in Cape Town, identifying oneself as *African* greatly increases the probability of participating politically, whereas having resources such as income and schooling does not affect one's likelihood of being political active. On the other hand, in Belo Horizonte, resources such as income and schooling substantively increase one's probability of participating politically – while race does not seem to affect an individual's probability of being politically active. In both cities, taking part in non-political organizations plays an important role in determining who participates.

Based on these findings, we argue four main points. Firstly, the experience of racial discrimination and prejudice suffered by *negros* in Brazil does not seem lead to a distinctive pattern of political behavior between *negros e brancos* – differently from what the literature on race and political behavior in Brazil had expected. Secondly, our findings in Cape Town allow us to plausibly argue that are factors related to the way how racial cleavages and social bases of political institutions greatly overlap in South Africa which leads to the prominence of race in Cape Town. Thirdly, we argue that, even though by incorporating race as an “endogenous” variable in the model developed by Verba in his last works, makes his own model more accurate and internally coherent, his last model did not seem to be more analytically accurate to understand our findings when compared to Verba's first models. Finally, we argue that in order to development a more robust theory on the roles race play in political behavior, one has to take seriously into account that varied meanings of race in different polities, so that the explanatory mechanisms are more precise and accurate.

Keywords: race; political participation; resources; Brazil; South Africa

Agradecimentos

Uma das melhores memórias escolares deriva da antecipação à aprendizagem. Recordo-me nitidamente do professor de matemática da quinta série nos falando que, no próximo ano, trabalharíamos com números negativos. Só a perspectiva de trabalhar com números que não podem ser contados, concretamente, nos dedos das mãos e nos lápis do estojo, trouxe um grau considerável de antecipação sobre a matemática da sexta série. Diferentemente daquele momento, eu não antecipava nenhum conteúdo específico às vésperas do mestrado. Tratava-se, olhando retrospectivamente, de um erro. E, apesar da relativa falta de antecipação, é difícil exagerar o aprendizado nesses dois anos e meio. Então, eu gostaria de agradecer às pessoas que tanto me ensinaram neste tempo em São Paulo.

Antes de passar às pessoas, como de praxe, agradeço às instituições, CNPq e FAPESP, pelo apoio financeiro nesses anos. À FAPESP, em especial, por permitir o acesso a bibliografias e pelo período de campo na Cidade do Cabo que não seriam possíveis sem seus recursos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a meu orientador Adrian Gurza Lavalle, não só por conduzir de forma mais que generosa a dissertação, mas, principalmente, por me ensinar, através do seu exemplo, a postura de um eterno estudante. Sua curiosidade, disciplina e abertura ao diálogo me marcaram profundamente. Sou muito grata à nossa genuína parceria. Tanto aprendi com ele que é levemente embaraçoso saber que dificilmente eu conseguirei retribuir uma fração substantiva do que eu absorvi.

Na Universidade de São Paulo, vários professores contribuíram para minha formação e me apresentaram autores e perspectivas novas que pretendo carregar por longo tempo: Marta Arretche, Eduardo César Marques, Fernando Limongi e Antonio Sérgio Guimarães. Antonio Sérgio não só se mostrou sempre solícito e aberto ao diálogo comigo (uma proto-cientista política se aventurando por campos contenciosos da sociologia), como gentilmente aceitou fazer parte do meu exame de qualificação e da banca de defesa do mestrado. Fora da USP, George Avelino também teve papel importante na minha qualificação e contribui para o andamento deste trabalho. Agradeço ao Bruno Reis por aceitar participar da banca de defesa deste trabalho e pela presença constante através da colaboração e do apoio, que, a meu ver, foram centrais na minha formação. Além do mais, nossa parceria permitiu meu acesso à base de dados de Belo Horizonte, sem a qual este trabalho seria, naturalmente, impossível.

Jeremy Seekings, não só produziu e me forneceu a base de dados da Cidade do Cabo, como respondeu a intermináveis e possivelmente pouco agradáveis perguntas sobre o questionário e os dados. Adicionalmente, sua ajuda foi central para que minha breve estadia no *Centre for Social Science Research* na Universidade da Cidade do Cabo fosse mais produtiva do que eu poderia imaginar. Por fim, James Vreeland, apesar da brevidade da sua visita à Universidade de São Paulo, teve receptividade imediata ao meu trabalho. Ele também me ensinou alguns valiosos *tricks of the trade* que, em minha opinião, foram cruciais para o luxo que eu terei de, nos próximos sete anos, me dedicar integralmente, nas ruas de New Haven e nos corredores da Yale University, ao que eu mais gosto: aprender.

Ainda na Universidade de São Paulo, os funcionários do Departamento de Ciência Política foram sempre gentis e eficazes, o que tornava a arquitetura de gosto duvidoso da

FFLCH um local mais agradável: Ana Maria, Leonardo, Maria Raimunda, Márcia Regina e Vivian.

No CEBRAP, tive acesso a um ambiente extremamente estimulante de trabalho. E dentre as pessoas, agradeço, pela agradável rotina e pelos animados debates, aos amigos e membros do Núcleo de Democracia e Ação Coletiva: Julia, Liza, Monika, Osmany e Zé.

Ainda no mestrado, cumpri parcialmente meus planos de périplo, através da experiência oferecida pela reitoria da UFMG, do Banco Santander e da Fundação Carolina. Apesar de que a alcunha de “jovem líder ibero-americana” ser um tanto desconfortável (ou, simplesmente, jocosa), as experiências nas três semanas ibero-americanas, de tão extraordinárias, seriam de difícil absorção não fosse pelos amigos, Antonio e Marta, e sua presença diária (ainda que a milhares de quilômetros de distância) na minha vida desde então. E, ainda no plano internacional, os meses no Banco Inter-americano de Desenvolvimento não só me permitiram ver com meus próprios olhos uma posse presidencial um tanto excepcional ocorrida em 2009 em Washington, mas abriram portas e colaborações, espero, de longa duração.

Entre os amigos de longa data, a mudança para São Paulo somente reforçou a amizade que potencialmente poderia ser desgastada pela distância: Clarissa, Luiza e Matheus. Os amigos da graduação, também continuam próximos: Juliana, Luana, Flavio, Laetitia, Felipe, entre outros. Em especial, agradeço os amigos co-migrantes em São Paulo, assim com a trupe de simpatizantes que nos acompanha: Bruna, Fred, Malu, Murillo e meu caro Rogério. São Paulo trouxe algumas boas surpresas, entre elas os companheiros de mestrado: Fernando, Francesca, Murilo e Rodrigo. Agradeço ao Thiago, colega de primeira hora, pelas leituras e pela sincera amizade que se consolidou neste tempo. Entre os amigos, não posso deixar de fazer justiça ao Fabrício, que, de companheiro a amigo, aguentou de perto as alegrias e tristezas dos últimos anos - mas houve mais alegrias.

Por fim, agradeço a meu irmão, tios, tias, primos e, naturalmente, minha mãe e meu pai. Os agradecimentos a eles são singelos porque não se referem somente aos últimos dois anos, mas a todo meu passado e já se antecipam a meu futuro. E, em especial, agradeço ternamente à minha avó, Alayde Bueno Procópio, nascida e criada na Barra do Palmela, não só por manter uma família unida, mas por me mostrar que se pode ganhar o mundo, seja pelos livros, seja pela estrada, sem perder a roça. Eu sinto saudade.

Sumário

Introdução	10
1. Raça e Comportamento Político.....	19
1.1. Raça e recursos: qual o estatuto da raça?	20
1.2. Acumulação e crítica sobre raça e comportamento político: para além da abordagem baseada em recursos.....	38
1.3. Raça e Comportamento Político na África do Sul e no Brasil	47
1.4. Síntese	64
2. Estratégias analíticas	67
2.1. Raça e cor na África do Sul e no Brasil	68
2.2. Principais questões e hipóteses	82
2.3. Notas sobre a comparação entre Belo Horizonte e Cidade do Cabo	84
2.4. Notas sobre participação política e não política	86
2.5. Notas sobre medidas de classificação racial na África do Sul e no Brasil	90
2.6. Variáveis	92
3. Raça e Comportamento Político em Belo Horizonte e na Cidade do Cabo	98
3.1. Configuração da participação política.....	99
3.2. Retratos da participação política	108
3.3. Síntese	132
Conclusão	135
Interpretação.....	136
Considerações finais.....	141
Síntese das contribuições	149
Apêndice I: Modelos de regressão	151
Apêndice II: Participação política com medidas alternativas de raça	155
Apêndice III: Medidas de co-variação das variáveis dependentes.....	158

Apêndice IV: Distribuição de recursos por grupos raciais	163
Apêndice V: Material de replicação	167
Referências bibliográficas	181

Introdução

A noção de igualdade política é uma premissa fundamental da democracia. Entre os autores de teorias contemporâneas sobre democracia, poucos se atreveriam a ir contra a afirmação acima. Entretanto, há menos consenso tanto sobre os fatores que atuam como veículos adequados para a transmissão das preferências políticas dos cidadãos quanto sobre os fatores que operam como barreiras a essa transmissão — e, portanto, impedem o avanço da igualdade política. Se se pressupõe que a participação política é um mecanismo de comunicação de preferências, sempre, em qualquer lugar, há fatores que impedem ou, pelo menos, sistematicamente enviesam essa transmissão. Dessa lei que governa a natureza e sociedades humanas, de acordo com Dahl, os obstáculos fundamentais à igualdade política são: a distribuição de recursos políticos, habilidade e incentivos, limite (escassez) de tempo, tamanho dos sistemas políticos, prevalência de economias de mercado, existência de sistemas internacionais que são importantes, mas não democráticos e a inevitabilidade de crises. Ainda segundo Dahl (2006, p. 51): *“Political resources, knowledge, skills, and incentives are always e everywhere distributed unequally”* [grifo no original]. Essa assertiva pessimista (com sabor de postulado) de Dahl significa que, mesmo em situações nas quais há direitos políticos garantidos a todos, o preenchimento dos direitos varia sistematicamente de acordo com atributos não aleatoriamente distribuídos entre os cidadãos.

Esses atributos são um tanto frouxamente definidos por Dahl como recursos políticos (envolvendo uma miríade de fatores) e em geral são definidos pela literatura sobre participação política como recursos socioeconômicos, principalmente renda e educação, cuja distribuição desigual é causada, em parte, pelo predomínio da economia de mercado. No entanto, para a angústia daqueles que anseiam por igualdade política,

não são só as desigualdades adquiridas que governam a assimetria no acesso ao sistema político. Características adscritas também perduram como obstáculos à igualdade política. E, ao menos no plano normativo, tais características implicam um cenário ainda mais desolador para o ideal de igualdade política, uma vez que são atributos para os quais a agência do indivíduo pouco ou nada importa — são dados e, frequentemente, tácitos na interação entre indivíduos —, o que impede, de saída, a igualdade de oportunidades ou o potencial de acesso ao sistema político (Reis, 2003).

Dentre os atributos que sistematicamente enviesam a transmissão de preferências ao sistema político, este trabalho chama a atenção para os raciais. Deve-se destacar que raça não é, por natureza, um atributo adscrito. Afinal de contas, como todo atributo adscrito, raça é imputada socialmente de forma que, na interação social, seja vista e considerada *como se* fosse essencial ou parte da natureza do indivíduo, de modo que essa imputação é contingente a cada sociedade. E, nas duas sociedades a serem discutidas neste texto — África do Sul e Brasil —, raça é considerada uma característica adscrita — com diferentes matizes — que persiste a afetar como os indivíduos se percebem, percebem os outros e, em termos mais gerais, a distribuição de recursos.

Nesse sentido, as seguintes perguntas orientam este trabalho: qual o papel da raça no comportamento político dos indivíduos? Se e de que maneira o pertencimento a um grupo de cor ou racial se expressa na atuação política? Qual a interação entre raça e atributos adquiridos (e.g., recursos socioeconômicos) como determinantes da participação? Como a raça e esses recursos operam no comportamento individual que está inserido numa *polity* — num sistema político com certas propriedades e historicamente contextualizado?

Para pensar as relações entre raça e comportamento político, uma das tradições de pesquisa mais estabelecidas em ciência política, por seus achados empíricos consistentes e robustos, argumenta que indivíduos com maior posse de recursos socioeconômicos, assim como orientações psicológicas mais cívicas em relação à política tendem a ser mais ativos politicamente (Leighley, 1995; 2008; Schlozman, 2002). Tal tradição atende por vários nomes — modelo do status socioeconômico (SES), teoria da mobilização de recursos (*resource mobilization theory*)¹, modelo da centralidade, ou, simplesmente, abordagem dos recursos —, mas sua proposição central é amplamente reconhecida e implicitamente incorporada nas análises sobre comportamento político em, possivelmente, todo país para o qual há dados adequados disponíveis — como, aliás, Norris e Inglehart levam a cabo na sua análise de *World Value Survey* (Bowers, 2008; Achen, 1992, Schlozman, 2002; Timponi, 1998; Norris, 2002; Inglehart e Norris, 2003).

As hipóteses dessa abordagem, em especial as que associam maior dotação de recursos e maior probabilidade de participação política, foram testadas nos mais diversos contextos, e a abordagem se tornou lugar comum em estudos sobre comportamento político, como atestam os manuais de ciência política (Dalton e Klingemann, 2007; Goodin e Klingemann, 1996). E, vale destacar, essa abordagem não é presença constante somente nos manuais em geral voltados para a ciência política estadunidense, mas é correntemente a orientação central dos trabalhos sobre comportamento político fora dos Estados Unidos, como Europa, África, Ásia e

¹ Vale notar que não se trata da abordagem de recursos utilizada para estudos de movimentos sociais e ação coletiva usualmente associada a McAdam (1982), entre outros.

América Latina, o que atesta a ubiquidade da sua influência (Norris, 2002; Inglehart e Norris, 2003; Dunning, 2009).

Segundo a formulação mais geral da abordagem dos recursos, espera-se encontrar, *ceteris paribus*, nas diversas sociedades, que os indivíduos mais abastados, com maior renda e escolaridade, sejam também aqueles que mais se mobilizam politicamente. Em outras palavras, a abordagem dos recursos traz, para a análise do comportamento político, variáveis demográficas que denotam a posição social do indivíduo, e assim sua dotação de recursos que permite superar os custos inerentes à participação política (Timpone, 1998). Portanto, indivíduos pertencentes a grupos com menor posse média desses recursos, como negros no Brasil e *Africans* na África do Sul, seriam menos ativos politicamente do que indivíduos brancos e *Whites* nos dois contextos, já que estes possuem, em média, mais recursos.

A importância dessa abordagem também pode ser ironicamente constatada no controverso argumento de Christopher Achen (1992) contra a inclusão de variáveis demográficas, como renda e escolaridade, na análise sobre comportamento eleitoral. Segundo Achen, variáveis demográficas não são variáveis propriamente explicativas ou, ainda, teoricamente relevantes para explicar a escolha eleitoral e a identificação partidária. Nas palavras do autor: “*We need to know not that education matters, but rather what is about education that made the voter choose differently. Demographics are clues, not hypotheses. [...] For purposes of genuine understanding, they [variáveis demográficas] are irrelevant*” (Achen, 1992, p. 209). Para além da verve aguçada de Achen sobre o uso de variáveis demográficas nos estudos eleitorais, deve-se notar que sua crítica só é possível quando o uso das variáveis demográficas é tido como dado e visto pela maioria absoluta — para

desgosto de Achen — como irremediável, tanto que sua proposta tem como objetivo derrubar um dos pilares do “Iron Triangle in Voting Research”, composto de psicologia social, regressão linear e variáveis demográficas.

A abordagem dos recursos não é a única escolha para se identificar e interpretar a relação entre raça e comportamento político, mas é certamente a melhor escolha, uma vez que se trata do modelo mais amplamente utilizado e reconhecidamente detentor de achados empíricos robustos sobre os determinantes da participação política. Deve-se ter em mente que o interesse deste trabalho é o modo com que modelos consagrados da abordagem baseada em recursos equacionaram a relação entre raça e participação política e menos avaliar todas as implicações e questões do modelo.

Uma vez definido o ponto de partida deste trabalho, é necessário anunciar por quais caminhos ele passará e qual é o ponto de chegada almejado. Em linhas gerais, espera-se trazer dois tipos de contribuições para a discussão sobre o papel da raça no comportamento político.

O primeiro tipo de contribuição é empírico, ao analisar, sistematicamente, os casos de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo, a partir da abordagem dos recursos. Brasil e África do Sul já foram casos em grandes comparações que utilizaram como quadro analítico o modelo baseado em recursos (e.g., Norris, 2002; Inglehart e Norris, 2003). No entanto, a análise comparativa sistemática e detalhada desses dois casos é, até onde a revisão da literatura revelou, inédita. Em síntese, encontrou-se que, na Cidade do Cabo, ao se identificar como *African*, a probabilidade de um indivíduo participar politicamente (em organizações políticas e em ativismo

político) aumenta substantivamente e, em Belo Horizonte, a posse de recursos como renda e escolaridade eleva substantivamente a probabilidade de participação (ao passo que a identificação racial não distingue relevantemente quem participa e não participa). Deste modo, este trabalho contribui empiricamente para uma longa e consolidada tradição em estudos sobre comportamento político.

O segundo tipo de contribuição é empírico e se espera que este trabalho traga três contribuições principais. Em primeiro lugar, foi feita uma ampla revisão da obra de Verba e seus colaboradores, assim como das críticas a seus trabalhos e dos modelos alternativos desenvolvidos em diálogo e em paralelo com seus trabalhos. A revisão teve como foco os modos com que a raça foi equacionada nos trabalhos influentes de Verba que reverberaram na literatura ao seu redor. Foram identificados dois momentos analíticos diferenciados pelo tipo de efeito e natureza analítica imputados à raça. Essa ampla revisão permitiu enxergar as possibilidades de explicação e interpretação, no trabalho de Verba e colaboradores, do papel da raça no comportamento político para além do modelo do voluntarismo cívico (CVM) — que é o modelo mais frequentemente utilizado. Mais: os primeiros trabalhos de Verba e seus colaboradores, desenvolvidos anteriormente ao CVM, mostraram-se mais profícuos na interpretação dos resultados encontrados — em especial com relação aos resultados encontrados para a Cidade do Cabo. E, em segundo lugar, a interpretação dos resultados encontrados à luz da abordagem dos recursos, das literaturas sobre categorização racial, comportamento político e raça na África do Sul e no Brasil permitiu esboçar respostas às principais perguntas sobre o papel da raça no comportamento político não eleitoral nesses dois países. Com relação ao Brasil, não se encontraram evidências em Belo Horizonte de que o pertencimento a algum grupo racial afeta de forma relevante o comportamento

político individual, sendo os fatores associados à “classe” identificados como mais relevantes e, com relação à África do Sul, os resultados encontrados na Cidade do Cabo apontaram que mecanismos institucionais, associados com o reflexo da clivagem racial nas bases sociais de instituições políticas, são os mecanismos mais plausíveis para explicar os efeitos substantivos do pertencimento racial no comportamento político. E, por fim, espera-se ter argumentado convincentemente, ao final deste trabalho, acerca da relevância de se qualificar proposições sobre o papel da raça na atuação política a partir dos modos com que a raça é entendida e construída em cada *polity* (ou seja, a partir dos significados das categorias raciais em cada sociedade), de maneira que os mecanismos explicativos propostos tenham maior plausibilidade de operação nessas *polities*.

Além da introdução, este trabalho conta com três capítulos. No primeiro, apresenta-se em detalhe a relação entre raça e comportamento político na abordagem dos recursos, sendo que esta é organizada em dois momentos analíticos distintos, a partir do efeito e da natureza analítica esperados da raça. Além disso, são apresentadas as críticas e debates que circundam cada momento e vertentes alternativas à abordagem dos recursos, que trazem aspectos secundários ou não considerados por essa abordagem para explicar o comportamento político. Por fim, neste mesmo capítulo, são apresentadas as perguntas que motivam a análise sobre raça e comportamento político na África do Sul e Brasil, assim como as contribuições dessas literaturas para a compreensão do problema do papel da raça no comportamento político.

No segundo, é apresentada a estratégia analítica para abordar empiricamente o problema do papel da raça no comportamento político. Dado que as proposições sobre raça e comportamento político pressupõem uma série de fatores sobre o significado da raça, é necessário fazer um exercício de qualificação das hipóteses da abordagem dos

recursos para os casos brasileiro e sul-africano. Deste modo, a partir da qualificação com base na literatura sobre categorização racial, argumenta-se que certas hipóteses são mais ou menos plausíveis em cada país. Uma vez apresentadas e sistematizadas as hipóteses e expectativas com relação aos resultados, são apresentadas questões metodológicas da análise, referentes à comparação entre duas cidades, sobre conceitos centrais (participação política e não políticas e categorias raciais) e, por fim, a operacionalização das variáveis.

No terceiro, parte-se para a análise empírica, a partir dos dados levantados no projeto do Hubble Social. A Pesquisa de Região Metropolitana de Belo Horizonte (PRMBH), realizada em 2005, é uma amostra probabilística e representativa da população da região metropolitana de Belo Horizonte. O total de entrevistas realizadas foi de 1.122 pessoas². O *Cape Town Area Survey* (CTAS) também foi realizado em 2005 e é uma amostra de 1.209 pessoas, probabilística e representativa da região metropolitana da Cidade do Cabo³. A análise se divide em duas partes. Na primeira, a partir de análises bivariadas, faz-se uma descrição da configuração da participação política, a partir de atributos de recursos e raciais, de modo que se identifica o perfil dos “ativistas médios” em Belo Horizonte e na Cidade do Cabo. E, na segunda parte, a

² O *survey* foi conduzido pelo Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais (CEPEQS), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Aguilar, 2005). A amostra foi baseada em três níveis de seleção. Áreas censitárias e domicílios foram selecionados aleatoriamente e o respondente também foi aleatoriamente selecionado entre os membros do domicílio com mais de dezoito anos. A amostra inicial foi desenhada para 1.440 casos. A base de dados final incluiu pesos para a correção de viés (Suyama e Fernandes, 2007).

³ O *survey* foi realizado pelo *Centre for Social Science Research* (CSSR), na Universidade da Cidade do Cabo (UCT) (Seekings, Jooste, Langer, Maughan-Brown, 2005). Foi utilizado um plano amostral de três níveis. Áreas de enumeração (EA) e domicílios dentro das EA foram selecionados aleatoriamente e, dentro do domicílio, o respondente também foi aleatoriamente selecionado entre os indivíduos com mais de dezoito anos. A amostra inicial era composta de 1.200 indivíduos. A amostra final incluiu pesos para a correção de viés.

análise se sofisticada para que se possa identificar os determinantes da participação a partir da criação de perfis que variem por atributos teoricamente relevantes (e.g., negros com posse de muitos recursos *versus* negros com posse de poucos recursos).

Na conclusão encontram-se as interpretações dos resultados a partir da abordagem dos recursos, das literaturas sobre África do Sul e Brasil e das vertentes alternativas. Além disso, são feitas considerações finais acerca das contribuições e interpretações propostas. Por fim, é feita uma breve síntese das principais contribuições deste trabalho.

1. Raça e Comportamento Político

Este capítulo busca, para além de estabelecer o enquadramento teórico necessário para a análise empírica que será feita nos próximos capítulos, dois objetivos. Em primeiro lugar, fazer uma reconstrução analítica original da relação entre raça e recursos nos trabalhos de Verba e seus colaboradores, ou seja, apresentar a evolução analítica da noção de raça nos seus trabalhos na sua relação com o componente principal do modelo (os recursos). Em segundo lugar, mapear a literatura sobre raça e comportamento político na África do Sul e no Brasil, apresentando como os estudos sobre raça e política nesses dois países equacionaram o problema da raça e do comportamento político.

Este capítulo se organiza em quatro partes. Na primeira parte, apresentam-se os modelos mais influentes dessa abordagem, destacadamente aqueles desenvolvidos por Sidney Verba e seus diversos coautores. A discussão desses modelos busca identificar o modo com que os autores equacionaram a relação entre raça e recursos na participação política. E assim os modelos são diferenciados de acordo com os atributos analíticos da raça no modelo: seu estatuto e os efeitos associados a ela. Na segunda parte, são apresentadas vertentes alternativas ao modelo baseado em recursos, com ênfase nos elementos e dimensões trazidas por essas vertentes que estão ausentes ou em menor destaque no modelo dos recursos. Na terceira parte, são discutidas as contribuições que as literaturas específicas à África do Sul e ao Brasil trazem ao problema da raça e do comportamento e mobilização políticas. Por fim, a quarta parte resume os principais pontos deste capítulo.

1.1. Raça e recursos: qual o estatuto da raça?

Um dos primeiros e mais influentes trabalhos sobre participação política e desigualdades sociais foi escrito por Milbrath (1965). Sua principal proposição teórica dizia que quanto mais central o indivíduo, maior sua probabilidade de ser politicamente ativo⁴. A noção de centralidade é composta de uma dimensão objetiva e outra subjetiva. A dimensão objetiva inclui aspectos como o status ocupacional, educação, status socioeconômico, assim como a origem rural ou urbana dos indivíduos. A dimensão subjetiva se refere às opiniões e crenças dos indivíduos, como sua identificação com a comunidade, sua percepção de eficácia política, envolvimento e alienação com relação à política. Ocupar uma posição central numa escala de centralidade e periferia significa ter valores mais altos na dimensão objetiva, assim como uma predisposição psicológica ao envolvimento com a política (Milbrath, 1965, Reis 2000).

Após o modelo da centralidade, posteriormente reformulado como modelo do status socioeconômico, pode-se dizer que o trabalho de Verba e seus colaboradores (em especial no enciclopédico *Voice and Equality*, 1995), no Modelo do Voluntarismo Cívico (CVM), representa uma das — se não a — versões mais sofisticadas e empiricamente minuciosas dessa tradição. De acordo com esse modelo, indivíduos participam porque: a) têm os recursos socioeconômicos necessários e competências (*skills*) adquiridas; b) querem: movidos pela orientação cívica, como percepção de competência subjetiva e interesse em política, por

⁴Milbrath (1965, 1) define amplamente participação política como qualquer e toda ação que influencia ou busca influenciar os produtos de um governo.

exemplo; e c) foram incitados a participar, convidados por alguém (*recruitment*), por exemplo.

Apesar de essas três dimensões comporem o CVM, é importante ressaltar — como os próprios autores o fazem (Verba, Schlozman & Brady, 1995, pp. 269-287) — que os recursos são os elementos principais desse modelo. Segundo os autores, os recursos são essenciais por tornar possível a participação, por permitir que indivíduos possam dedicar parte de seu tempo à política e, assim, de certa maneira, são anteriores e condicionantes dos outros fatores. O pressuposto geral subjacente à abordagem baseada em recursos se funda na ideia de que participar é custoso, de modo que é necessária a posse de recursos que permita que o indivíduo seja capaz de superar os impedimentos de custos à participação.

Dada a importância dos recursos nesse modelo, é necessário apresentar como os autores definem essa noção:

The literature on participation refers to a heterogeneous set of factors — ranging from such aspects of social position as high level of education or income to such psychological predispositions as a sense of political efficacy or group solidarity — as resources for political activity. In the Civic Voluntarism Model, we define resources more concretely and treat their relationship to participation more comprehensively, probing their origins and investigating how they operate to facilitate participation. Our approach distinguishes between the social positions from which resources derive — for instance, respondent's family background or occupation — and the resources themselves.[...] We emphasize three kinds of resources: time, money, and civic skills [...] We trace the origin of these resources back to the fundamental involvements of individuals in a major social institution. Experiences in the family, at school, and in the workplace, and citizens' voluntary affiliation with non-political associations and religious institutions — a function of their socially structured circumstances and the constrained choices they make about their lives — affect the stockpile of time, money, and civic skills available for politics (Verba, Schlozman e Brady, 1995, pp. 270 -271).

A longa citação se justifica porque, nesse trecho, os autores relacionam sua noção de recursos com o modelo do status socioeconômico (SES), além de elencarem quais os principais tipos de recursos analisados no CVM, a saber: dinheiro, tempo e habilidades cívicas. Os autores argumentam que os recursos dão um passo à frente na tradição do SES, porque tanto conectam a posição social com a atividade política como permitem explicar os resultados que se desviam das predições do modelo do SES (através da variável de *civic skills*, discutida adiante). Mais: Verba, Schlozman e Brady ainda apontam que *“a resource-centered explanation also tells us a good deal about the nature of contemporary American politics. A central concern in the study of participation is the extent to which disparities in participation are consonant with group differences in political preferences or needs”* (ibidem, p. 279). Ou seja, a noção de recursos é não só um avanço analítico, mas também é substantivamente relevante para entender a desigualdade política (entendida como dissonância entre preferências e participação).

Dentre os recursos apontados por Verba *et al.* se destacam as chamadas habilidades cívicas (*civic skills*). Habilidade cívicas são definidas como *“the communicational and organizational abilities that allow citizens to use time and money effectively in political life”* (Verba *et al.* 1995, 320). Os principais argumentos que motivam e sustentam a inclusão dessas variáveis se referem ao potencial de aprendizado e socialização em organizações não políticas, como igrejas, clubes recreativos, associações de caridade e assistência. As habilidades cívicas são vistas como um “recurso cognitivo” que impulsiona o indivíduo à participação. Dessa maneira, grupos com poucos recursos como dinheiro, tempo e, inclusive, educação podem ser mais

politicamente ativos do que o esperado se eles tiverem acesso a espaços para o desenvolvimento dessas habilidades.

Estudos sobre participação política tiveram seu início nos Estados Unidos com a chamada “revolução comportamentalista” na ciência política. E a abordagem dos recursos certamente é uma das herdeiras mais longevas dessa revolução. No entanto, seria ingênuo pressupor que a abordagem de recursos está ausente de motivações e pressupostos normativos — anátemas à fase heroica do comportamentalismo. Dessa maneira, é importante chamar a atenção para o fato de que Verba e seus colaboradores sempre tiveram a preocupação de que seu trabalho fosse não só generalizável, abstrato e contribuísse para a ciência da política, mas que também fosse relevante, no sentido de que permitisse um entendimento significativo de situações políticas concretas, em momentos específicos (Verba e Nie, 1972, xix). A principal orientação normativa que subjaz a maior parte dos seus trabalhos foi formulada por Dahl (2006): uma vez universalizados os direitos civis e políticos, o preenchimento desses direitos ainda é desigual. Dessa maneira, o fato de seus trabalhos terem se iniciado logo após o *Civil Rights Movement* nos Estados Unidos não é trivial. Na ressaca após as mobilizações do movimento pelos direitos civis, a principal dor de cabeça que acometia os cientistas políticos interessados no tema era a seguinte: as minorias raciais nos Estados Unidos tinham sido incluídas na poliarquia, mas restava avaliar se a igualdade política havia sido atingida.

Desde então, a questão racial foi incorporada nas análises de Verba e seus colaboradores, mas também por parte significativa dos autores preocupados com os determinantes do comportamento político. Mais especificamente com relação à obra de Verba, podem ser identificados dois momentos analíticos no que tange ao modo

com que esse autor lida com a raça, diferenciados tanto pelos efeitos imputados à raça quanto pela natureza da unidade analítica associada a ela. Em síntese, no primeiro momento, raça opera através de efeitos indiretos, como variável interveniente, e seus efeitos (indiretos) se dão por expressão de consciência ou solidariedade raciais ou por instituições políticas cujas bases sociais relevantes e clivagens políticas mobilizadas sejam de cunho racial. Já no segundo momento, a raça opera através do desenvolvimento de habilidades individuais em espaços que são racialmente exclusivos (como, por exemplo, certas afiliações religiosas e igrejas nos Estados Unidos), de modo que seu efeito atua por meio de recursos individuais, não mais por uma variável interveniente. Além do mais, a natureza da variável é distinta, focada nos recursos individuais e não mais em consciência racial ou instituições políticas.

O primeiro momento analítico compreende os dois primeiros livros de fôlego de Verba sobre comportamento político, distanciando-se dos seus trabalhos seminais sobre cultura política (Almond e Verba, 1963). Em *Participation in America*, os negros nos Estados Unidos se encontravam numa posição pouco confortável, segundo Verba e Nie (1972, p. 150). Ao mesmo tempo em que a participação política é vista como um dos principais meios de comunicação de preferências entre cidadãos e representantes e, portanto, seu uso pode ser instrumental para a melhora de grupos em piores condições, a própria condição do grupo é um obstáculo à participação política, devido à menor posse dos recursos necessários à participação. Dessa maneira, para que negros, como um grupo, ganhassem benefícios da participação, eles teriam que participar mais do que o esperado, dado suas condições socioeconômicas médias (isto é, pressupondo que suas preferências sejam coerentes

com políticas interessadas no benefício do seu grupo, como, por exemplo, leis antidiscriminação, ação afirmativa e benefícios sociais providos pelo governo).

Com esse tipo de problemática em mente, Verba e Nie encontram a seguinte configuração da participação política por grupos raciais nos Estados Unidos. Em primeiro lugar, brancos são mais ativos do que negros, em média. No entanto, esse dado bruto, quando analisado desagregadamente, traz novas informações que tornam a descrição da participação política entre negros mais complexa. Ainda que, em média, brancos participem mais do que negros (o que era esperado de acordo com as posições sociais médias de cada grupo), esse achado não é constante para todas as formas de participação política⁵. Além do mais, uma vez que negros são ativos politicamente, eles participam de atividades tão intensamente quanto brancos (*idibem*, pp. 149-173). Entretanto, as posições médias no ordenamento social entre brancos e negros são distintas, de forma que a comparação entre os grupos, sem levar essa forte associação entre raça e recursos em consideração, pode ser enganosa — uma vez que não é possível distinguir se a raça ou a posição socioeconômica causa a diferença em níveis de participação. Desse modo, ao analisar brancos e negros com os mesmos patamares socioeconômicos, encontra-se que negros são, em realidade, tão ou mais ativos do que brancos (*ibid.*, p. 157).

A explicação para esse achado passa, no trabalho de Verba e Nie, pela questão da consciência ou solidariedade de grupo com base no atributo racial (*group consciousness*), ou seja, pela percepção (*awareness*) de um status socioeconômico

⁵ Por exemplo, com relação à participação em campanhas eleitorais, negros se mostram particularmente ativos, ao passo que são especialmente inativos em termos de contato com representantes eleitos.

compartilhado entre indivíduos do mesmo grupo racial. Em capítulo específico sobre raça e participação política os autores buscam mostrar:

[...] the usefulness of the standard socioeconomic mode as a base line for analysis. For one thing, it becomes clear that socioeconomic differences explain a good deal of the difference in participation rates of blacks and whites. If there is any impact on participation associated more directly with race, it is one that gives some boost to black citizens – particularly if they have a sense of group consciousness. Black Americans have, in group consciousness, a great resource for political involvement (ibid., p.173).

É difícil deixar de notar que as conclusões da análise de Verba e Nie em fins dos anos sessenta e início dos anos setenta⁶ estão suspeitamente afim aos acontecimentos raciais nos Estados Unidos durante os anos sessenta. Essa coincidência não impede, *a priori*, o potencial abstrato e generalizável das suas proposições⁷, tanto que, como será discutido adiante, essas proposições tiveram longa vida nos debates raciais até que o próprio Verba e seus colaboradores fizeram uma correção de rumo em meados dos anos noventa.

Mas ainda no primeiro momento analítico identificado, Verba, Nie e Kim colocam seu modelo à prova, para além das fronteiras estadunidenses, em um dos seus trabalhos de maior fôlego, a saber: *Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison* (1978). Verba, Nie e Kim encontram que a associação entre recursos socioeconômicos e participação não segue, à primeira vista, padrão tão positivo e forte nos diversos países como no caso estadunidense. Dessa maneira, os autores propõem um modelo no qual, além dos fatores individuais (recursos), fatores coletivos ou

⁶ O survey de *Participation in America* foi conduzido em 1967 (os surveys de *Participation and Political Equality* foram conduzidos em diferentes anos em cada país, de 1967 a 1971).

⁷ Ver Olsen (1970, p. 692) e Orum (1966) para achados e interpretação semelhantes aos de Verba e Nie.

institucionais teriam um papel relevante. Em síntese: sem a “interferência” dos fatores institucionais, os recursos socioeconômicos seriam convertidos em participação política (Verba *et al.* 1978, pp. 80-81). Isso significa que, se controlado por fatores institucionais, a maior posse de recursos se converteria em maior participação. Mais especificamente, os autores entendem que as instituições relevantes para a participação política são os partidos políticos e as associações voluntárias, devido a suas diversas funções como canais de comunicação entre cidadãos e governo (via mobilização, abertura de oportunidades de participação, atuação no debate público). Assim, um sistema institucional forte, ou seja, que controle ou limite o acesso à mobilização política e/ou tenha impacto relevante na mobilização política e se oriente para aqueles que possuem menos recursos (sua base populacional), por exemplo, poderia contrabalançar ou inverter a associação entre recursos e participação (*ibidem*, pp. 92-93). No entanto, qual o lugar de clivagens sociais como raça nesse modelo?

As clivagens sociais se mostram mais relevantes para mobilização política na medida em que elas se refletem no sistema institucional dos países, principalmente pela base populacional mobilizada por partidos e associações voluntárias (*ibid.*, pp. 157-8). Assim, a existência de outras clivagens sociais relevantes, como religião, gênero e, destacadamente, raça e etnia entra no modelo através dos fatores institucionais, de modo que a proposição geral de que indivíduos de maior renda e maior escolaridade serão mais ativos mantém-se, caso os fatores institucionais permaneçam constantes (*ibid.*, pp. 158-9). Segundo os autores:

This generalization [a maior posse de recursos leva a maior participação, ceteris paribus] allows us to locate the ‘baseline’ from which to measure the effects of group-based forces on participation. Insofar as political contention in a society revolves around a particular social characteristic such as race or religion,

identification with one or other contending group can lead citizens to be more active than they would otherwise be. In the United State, as we have pointed out, race is such a politically salient characteristic. Blacks who have a sense of group consciousness participate more than one would predict on the basis of their level of education or income (ibid., pp. 158-159).

Em síntese, argumentam os autores, a relação positiva entre recursos e participação pode variar com a interferência de fatores institucionais — e esses fatores são contingentes às clivagens de cada país (p. 169). Dessa maneira, espera-se encontrar que, *dentro* dos grupos mobilizados por fatores institucionais (como raça, religião ou ocupação), os indivíduos de maior posse de recursos participarão mais, mesmo que, na população como um todo, essa associação não seja evidente (devido, mais uma vez, à interferência de fatores institucionais).

Essas duas obras representam o primeiro momento analítico no qual o modelo dos recursos, segundo Verba e seus colaboradores, equaciona o modo com que o pertencimento a um grupo racial se associa com comportamento político. A explicação para o aumento das chances de participação de um grupo com baixo status socioeconômico se dá pela inclusão de uma variável interveniente, exógena ao status socioeconômico. Ainda que, é necessário apontar, no trabalho sobre os Estados Unidos, a variável interveniente raça seja contingente a mecanismos psicológicos de percepção de situação e destinos comuns entre indivíduos que se percebem do mesmo grupo. Já no trabalho comparativo, a raça entra como uma possível clivagem social que somente se torna politicamente saliente se se encontra refletida no sistema institucional (partidos e associações voluntárias). Novamente, a raça é uma variável interveniente, mas, neste caso, é uma variável interveniente de segunda ordem, já que são instituições políticas que afetam a conversão de recursos em participação e a raça, como clivagem social, só é saliente se opera através dessas instituições políticas.

Nesse primeiro momento, o status socioeconômico é o principal fator explicativo e raça entra como uma unidade analítica com atributos analíticos distintos do status socioeconômico, pois é enquadrada como um fator não individual e com efeitos indiretos (como variável interveniente) na participação política. Vale esclarecer o que se entende por raça como “fator não individual”. No trabalho comparativo, a raça tem sua operação condicionada às instituições políticas tais como definidas pelos autores. Desse modo, se as instituições políticas não espelham nas suas bases a raça, como clivagem social politicamente saliente, ela não é relevante para a atuação política⁸. O pertencimento ao grupo racial, como uma experiência individual de socialização distinta, não seria importante nesse modelo. E, ainda, no trabalho sobre os Estados Unidos, raça é contingente a uma percepção compartilhada e consciência de grupo. Se raça fosse puramente associada a desigualdades socioeconômicas ou a experiências de socialização distintas entre grupos raciais, mas ainda não coesas dentro dos grupos raciais (como experiências de discriminação e preconceito narradas na literatura brasileira sob o tema), raça não seria fator relevante. Raça somente opera na medida em que há uma consciência coletiva e percepção de grupo compartilhada. Por fim, é necessária uma nota de precaução. De saída, por fazer parte da virada comportamentalista na ciência política e pertencer a certa vertente do individualismo metodológico, por definição, Verba e seus colaboradores têm como pressuposto que os efeitos das variáveis relevantes sempre operam através do indivíduo. O fato de os autores terem esse pressuposto ontológico e metodológico de saída não impede que as suas variáveis tenham unidades analíticas de caráter distinto.

⁸ Caso o Brasil estivesse sob escrutínio, tendo em vista a literatura sob clivagens sociais e mobilização política brasileira, raça não seria uma clivagem refletida nas instituições e, portanto, não seria politicamente relevante para a mobilização política.

O trabalho de Verba e seus colaboradores é considerado seminal não pelo ineditismo dos seus achados (que, aliás, não foram inteiramente inéditos), mas principalmente pelo fato de propor um modelo abrangente e, secundariamente, por empregar métodos robustos de análise com difusão ainda limitada na ciência política. Dessa forma, achados intrigantes geraram amplo debate subsequente, especialmente intenso nos anos oitenta (Shingles, 1981; Miller, Gurin, Gurin, Malanchuk, 1981; Bobo e Gilliam, 1990). Em termos mais gerais, todos esses autores apontam para uma subteorização do papel da consciência racial no modelo — uma vez que se trata de uma variável exógena, que opera por efeitos intervenientes (Miller *et. al.*, 1981, pp. 506-509). Esse debate possui diversas variações e, pode-se dizer, ecoa não só na discussão sobre comportamento político, mas também nos debates amplos e atuais sobre opinião pública e raça nos EUA (Hutchings e Valentino, 2004; Chong e Rogers, 2005).

Shingles (1981) representa a forte crítica a Verba e Nie ao apontar que esses autores não teorizam adequadamente o vínculo entre consciência racial e comportamento político, uma vez que não abordam os mecanismos psicológicos pelos quais a consciência de grupo atua e, assim, não explicam a variação em participação em diferentes tipos de atividades políticas e sociais e, por fim, se outros grupos com status socioeconômico mais baixo também se mobilizam por algum sentimento ou percepção compartilhada (Shingles, 1981, pp. 76-77). Bobo e Gilliam mostram variações da importância da raça ao longo do tempo (1990, p. 388), fruto, em certo sentido, das mudanças trazidas pela própria mobilização na campanha por direitos civis. Broman, Neighbors, e Jackson (1988), por outro lado, apontam que identificação e consciência raciais dificilmente podem ser dissociada de fatores

socioeconômicos e geracionais (e também territoriais), o que implicaria, para o modelo de Verba, que identificação e consciência raciais deveriam ser incorporada “endogenamente” ao modelo de status socioeconômico, pois identificação e consciência são contingentes ao status. É importante sublinhar que esses autores discutem com o trabalho de Verba, mas não propõem uma vertente teórica alternativa ou partem de pressupostos diametralmente opostos. Trata-se, portanto, de críticas que estão, em certo sentido, dentro do modelo de Verba e não propõem modelos concorrentes, mas sim apontam para refinamentos e ajustes conceituais e de mensuração.

Verba e seus colaboradores retomaram o tema da raça no comportamento político no seu já mencionado volume *Voice and Equality* (1995). Nesse trabalho, os autores incluem outro grupo racial: os latinos. Os autores encontram que, mais uma vez, negros são um pouco menos ativos do que brancos, e latinos são significativamente menos ativos (p. 263). Mais uma vez, os autores encontram que, se as diferenças em termos de posse de recursos entre os grupos raciais são controladas, a disparidade em atividades políticas não se sustenta. Isso leva os autores a concluir que:

Thus, neither being Black nor being Latino itself reduces participation. Rather, it is the fact that both groups are less endowed with the factors that foster participation that is responsible for the participation gap on the basis of race and ethnicity (Verba, Schlozman e Brady, 1995, p. 523).

De qualquer maneira, destacam os autores, é importante reconhecer que diferenças associadas com raça, principalmente a religião, afetam diretamente as chances de participar. Latinos são, em sua maioria, católicos, e negros são, na maior parte, protestantes evangélicos. Isso significa que, para os primeiros, a experiência

religiosa não traz a aquisição de habilidades que podem ser utilizadas como recurso à participação política, ao passo que, para os segundos, a experiência em organizações religiosas traz benefícios significativos às suas habilidades cívicas.

Em artigo dedicado somente à raça e participação política nos Estados Unidos, os autores sustentam o mesmo argumento (Verba, Schlozman, Brady, e Nie, 1993, pp. 457–458): “ [...] *differences in political involvement among racial or ethnic groups [should be placed] in the context of their distinctive socio-economic positions: groups that are disadvantaged with respect to education or income are correspondingly less active politically*”. Dessa maneira, raça é uma dimensão relevante desde que associada com a posição socioeconômica e que outros fatores como religião e língua sejam mobilizados, por grupos étnicos e raciais, como recursos (habilidades). Assim, experiências de discriminação, socialização, redes de comunicação e, inclusive, macroclivagens políticas por linhas étnicas e raciais — fatores que outras vertentes identificam como relevantes para explicar os efeitos de pertencimento a grupos raciais — não são relevantes, no modelo de Verba, uma vez controlados por recursos, com ênfase especial aos recursos desenvolvidos pela atuação em instituições religiosas, mas que também incluem o controle da língua dominante. De qualquer maneira, é importante e justo destacar que não se trata de uma visão que anula por completo o significado do pertencimento ao grupo racial e étnico, mas seu fator preponderante é a posse de recursos socioeconômicos. Nas palavras de Verba, Brady e Nie:

We use the logic of the socio-economic approach and take it one step further by demonstrating that politically relevant resources inhere in the socially structured circumstances that define ethnicity. We, are of course, concerned with socio-economic status and the resources for political participation that derive from it. However, we show that aspects of ethnicity itself – in particular,

language and patterns of religious affiliation – also confer resources that facilitate political activity, not through an impact on beliefs and cultural values, but through their effect on resources (Verba et al., 1993, p. 458).

Esses estudos compõem o segundo momento analítico do modo com que raça é equacionada na obra de Veba. A raça só é relevante se lida como um fator associado ao desenvolvimento de uma habilidade — e, portanto, um recurso. A explicação para as variações na participação de grupos com menos recursos — negros, mais especificamente — não mais repousa em fatores coletivos e institucionais (como no momento anterior), mas em atributos individuais (a aquisição de habilidades) que são usualmente exclusivas e associadas a grupos raciais e étnicos. Ou seja, raça não é mais um fator exógeno ao modelo, ela é incorporada como um atributo associado a alguma habilidade adquirida —, isto é, via um recurso. Experiências advindas do pertencimento ao grupo racial (como preconceito e discriminação), caso não associadas a algum fator compartilhados por certo grupo e exclusivo a ele, não afetariam o comportamento político desse grupo. Nesse sentido, por raça ter efeito através de um recurso adquirido, ela é analisada por meio do indivíduo, pelo desenvolvimento individual de habilidades, diferentemente do momento anterior, no qual raça operava através de fatores não individuais, como instituições e consciência de grupo. Além do mais, o efeito da variável raça não é mais uma variável interveniente que modifica o efeito predito do recurso — intensificando-o ou invertendo-o, como o momento anterior. A raça opera por um recurso, só sendo relevante quando se caracteriza com recurso, de modo que não é mais um mecanismo interveniente no modelo.

Uma vez que o modelo do voluntarismo cívico é a versão mais acabada e a última palavra de Verba sobre participação política e, em especial, raça e participação,

as principais críticas atuais se orientam para esse modelo. Assim, uma literatura mais recente vem mostrando que a relação entre raça, etnicidade e recursos não pode ser facilmente reduzida aos recursos, mesmo recursos como língua e religião (Leighley & Vedlitz, 1999; Leighley e Matsubayashi, 2009; Cho, Gimpel e Wu, 2006; Segura e Rodrigues, 2006; Chandra, 2006). Esses textos, assim como um conjunto de outros trabalhos, apresentam críticas pontuais à abordagem de recursos tal como formulada no modelo do voluntarismo cívico e propõem, menos do que um deslocamento analítico na relação entre raça e recursos, refinamentos e maior precisão na maneira com que raça é incorporada no modelo.

Cho, Gimpel e Wu (2006), por exemplo, analisam a mobilização de árabes-americanos e testam tanto o modelo SES quanto a perspectiva da mobilização, tendo como momento crítico as reações do governo americano após os ataques de Onze de Setembro. Segundo esses autores, recursos socioeconômicos têm seus efeitos mediados em minorias étnicas, uma vez que o pertencimento a esses grupos configura o que indivíduos aprendem e sabem sobre política, ou seja, como eles apreendem o mundo da política. Já Wrinke, Stewart Jr., Polinard, Meier e Arvizu (1996), ao analisar a participação política não eleitoral entre hispânicos, encontram que, como esperado pela literatura, quanto maior a posse de recursos, maior a probabilidade de participar. Entretanto, eles encontram diferenças interessantes entre os grupos hispânicos, tendo os indivíduos de ascendência cubana um comportamento distinto de indivíduos com ascendência mexicana e porto-riquenha, uma vez que para cubanos-americanos escolaridade não se mostra relevante, assim como suas determinantes culturais são distintas das dos outros grupos (devido a padrões de migração diferentes dos outros grupos hispânicos). A situação política excepcional dos cubanos nos Estados Unidos, as

relação entre Castro e o governo americano e o perfil etário da comunidade cubana nos EUA também são levados em consideração para explicar as diferenças entre os grupos.

Por sua vez, Leighley e seus colaboradores chamam a atenção para a necessidade analítica de dissociar raça e recursos socioeconômicos. Para esses autores, fatores não associados a recursos, como conflitos intra e entre grupos e redes sociais, são cruciais na explicação generalizável, válida para distintos grupos e não só referentes às diferenças, entre brancos e negros, de raça e participação. Leighley e Vedlitz (1999) fazem o levantamento, assim como a análise crítica e empírica, dos cinco principais modelos que buscam explicar as diferenças de participação entre grupos raciais, em especial os focados em afro-americanos. Apesar do modelo do status socioeconômico ser nitidamente dominante, outros modelos, que lançam mão da dimensão psicológica, da mobilização por elites negras e do conflito entre grupos, estão presentes. Mais recentemente, Leighley e Matsubayashi (2009) destacam que a maior parte dos estudos acerca dos efeitos de redes sociais na atuação política de indivíduos não inclui o debate sistemático ou mesmo analisa a dimensão racial e étnica. A omissão da dimensão racial é grave porque a composição racial das redes políticas dos indivíduos pode ter efeitos significativos no comportamento político e atitudes, uma vez que *“racial and ethnic minorities tend to have smaller and less expert social networks and thus to fail to benefit from the information shortcuts that networks provide to Anglo-Whites”* (Leighley e Matsubayashi, 2009, p. 848).

Segura e Rodrigues (2006) se somam ao grupo mais crítico do modelo proposto por Verba e seus colaboradores. As autoras acusam contundentemente a ausência de trabalhos sobre “outras minorias raciais” — além da relação entre brancos e afro-americanos — nos Estados Unidos. Para elas, fatores tipicamente associados a novas

minorias raciais, como os padrões de imigração, não são sistematicamente incluídos nos debates sobre comportamento e atitudes políticas (2006, pp. 378-380). Além do mais, questões de identidade e consciências grupais são drasticamente distintas não só entre latinos, asiáticos e negros, mas também entre os próprios latinos e asiáticos. Nesse sentido, a experiência racial está muito além da posse de recursos, pois é contingente a padrões de incorporação de indivíduos, que são, de certo modo, composições demográficas mais amplas da *polity*. Asiáticos, latinos e negros foram incluídos na *polity* de pontos de partida distintos, e, dessa maneira, apesar de todos os cidadãos estarem atualmente sofrendo as mesmas condições de temperatura e pressão com relação ao sistema político estadunidense⁹, o modo de incorporação — via, por exemplo, distintos fluxos migratórios — afeta as propensões e formas de atuação desses indivíduos na arena pública.

Interessantemente, alguns autores, ao discutir a relação entre raça e participação política, colocaram os dois momentos aqui identificados em contato (Chong e Rogers, 2003, 2005; Chong e Kim, 2006). Similarmente à reconstrução analítica dos trabalhos de Verba feita neste texto, esses autores apontam para mudanças na identificação do efeito e no estatuto da raça nos estudos sobre participação política, retomam a dimensão da consciência e da identificação raciais e argumentam que esses fatores são relevantes, mesmo o controlado por variáveis utilizadas no modelo do CVM (Chong e Rogers 2003; 2005). Os autores assinalam que a maior parte dos estudos após os anos oitenta subestimaram os efeitos da consciência e identificação raciais devido a problemas de conceitualização e mensuração desses fatores. Mais: argumentam que medidas apropriadas de

⁹ Pelo menos dentro de um mesmo estado.

consciência e identificação raciais para latinos e asiáticos são contingentes ao conteúdo de *group-based ideologies*, tanto que as ideologias associadas a negros não só variaram de acordo com perfil intraracial (*Black nationalists* vs. *Civil Rights activists*), mas também ao longo do tempo. Por fim, ainda propõem uma interação entre status socioeconômico e raça condicionada pela experiência racial de cada grupo. Em suas palavras:

*In general, for all minority individuals who perceive equal opportunity and experiences social acceptance, an improved standard of living tends to diminish the salience of race and ethnicity among those encounter frequent discrimination. Nonetheless, there remain residual differences across minority groups even after opportunities and discrimination are controlled, indicating that group identification is somewhat stronger among African Americans*¹⁰ (Chong e Kim, 2006, p. 348).

Em síntese, as críticas mais incisivas ao CVM de Verba, Schlozman e Brady chamam a atenção para a necessidade de imputar status analítico distinto para raça, ou seja, que sua operação não seja simplesmente através de recursos adquiridos. Em certo sentido, alguns autores vão na contramão da “endogeneização” da raça no modelo do CVM e apontam para fatores exógenos ao modelo (e associados à raça) que deveriam ser adequadamente considerados. De qualquer maneira, os dois debates envolvendo os momentos analíticos identificados na obra de Verba e seus colaboradores coincidem na demanda por uma elaboração teórica mais generalizável, que abarque não só as relações entre negros e brancos. Ainda que essa preocupação seja incorporada de alguma maneira no CVM, é consensual a crítica de que os modelos não conseguem compreender e oferecer modelo único para a recente composição demográfica dos Estados Unidos.

¹⁰ Os autores explicam essas diferenças residuais pelo evento do movimento pelos direitos civis, que gerou uma espécie de crença no valor instrumental da solidariedade racial como recurso político por parte dos afro-americanos (Chong e Kim, 2006, p. 349).

Esta seção se iniciou destacando a relevância da abordagem dos recursos e, em especial, dos trabalhos realizados por Sidney Verba com diversos parceiros e, ao longo do texto, examinou-se em detalhe o modo como a questão central deste trabalho foi equacionada na obra de Verba e os principais debates gerados por ela. Até o momento, somente as críticas mais próximas aos modelos de Verba e seus colaboradores foram discutidas. Mas, para além dessas críticas, existem perspectivas alternativas que procuram trazer outras dimensões à análise, como a mobilização por elites, efeitos das redes sociais na mobilização, assim como uma demanda por melhor teorização sobre os efeitos psicológicos associados com o pertencimento a um grupo racial, assim como partem de diferentes pressupostos. Parte-se, então, para a discussão dessas perspectivas na próxima seção.

1.2 .Acumulação e crítica sobre raça e comportamento político: para além da abordagem baseada em recursos

Espera-se ter mostrado convincentemente, ao longo destas páginas, a extensa influência e a relevância da abordagem centrada em recursos para os estudos sobre comportamento político. No entanto, essa não é a única abordagem disponível para se interpretar a relação entre raça e participação política. O objetivo desta seção é introduzir algumas dessas abordagens alternativas, uma vez que elas podem iluminar, mais à frente, aspectos dos resultados encontrados que são relegados ao segundo plano ou ignorados pela abordagem central que orienta este trabalho — o modelo dos recursos nas suas variações —, além de permitirem dialogar com aspectos das literaturas sobre África do Sul e Brasil que não estão em contato direto com a abordagem centrada em recursos.

Trata-se de incluir as seguintes perguntas: como outros marcos sobre comportamento político iluminam a questão racial? Em outras palavras, pode-se travar um debate analítico e interpretativo sobre o papel da raça na participação política à luz de outras correntes teóricas? Dessa maneira, procede-se, mais adiante, com a apresentação de quatro alternativas com as quais seria possível estabelecer esse tipo de diálogo. Vale apontar que essas alternativas apresentam críticas com níveis de abstração e generalização semelhantes à abordagem dos recursos, ao passo que as críticas apresentadas na seção anterior são orientadas a aspectos pontuais da abordagem de recursos e com escopo crítico mais circunscrito a ela.

Apesar do amplo consenso sobre o sucesso da tradição centrada em recursos em identificar padrões e perfis dos indivíduos que participam, há um leque de críticas que deve ser tomado em consideração. Dessas críticas, destacam-se quatro vertentes. A primeira dessas vertentes chama atenção para a dimensão institucional e para a atuação de elites na mobilização política. A segunda coloca ênfase em fatores de longa duração e na formação de macroclivagens políticas. A terceira vertente aborda como variáveis relacionais (como a composição de redes pessoais) afetam a atuação política. E, por fim, a quarta vertente traz dimensões psicológicas como determinantes da participação.

Na primeira vertente, Rosenstone e Hansen (1993) apontam para a necessidade de inclusão de fatores mais estritamente políticos (e não somente socioeconômicos), como a compreensão do comportamento político. Esses autores mostram a necessidade de se avaliar o impacto da mobilização, por parte de elites políticas, na ativação dos indivíduos. Segundo eles:

Political Participation arises from the interaction of citizens and political mobilizers. Few people participate spontaneously in politics. Participation, instead, results when

groups, political parties, and activists persuade citizens to take part. Personal characteristics — resources, perceived rewards, interests, and benefits from taking part in politics— define every person's predisposition toward political activity. The strategic choices of political leaders — their determinations of who and when to mobilize— determine the shape of participation in America [...] Their strategic choices impact a distinctive political logic to political participation (1993, pp. 36-7).

No modelo da mobilização, os recursos individuais não foram deixados de fora, mas foram reposicionados de forma que sua posse é fator relevante às predisposições e orientações individuais em relação à política e também estrutura as oportunidades de participação (induzida) na *polity*. Ou seja, indivíduos em diferentes posições sociais (e, assim, diferentes posses de recursos) são mais ou menos suscetíveis de ser instigados a participar (via contato por partidos, organizações civis etc.), de forma que a *polity's opportunity structure* não é simetricamente (ou aleatoriamente) distribuída na população. Todavia, distintamente do modelo do status socioeconômico, é importante o fato de o modelo da mobilização não afirmar que somente — ou majoritariamente — indivíduos com maior posse de recursos serão mobilizados, instigados a participar. Indivíduos com menor posse de recursos podem se constituir em *constituency* relevante a certa elite política, o que pode levar a uma concentração das oportunidades políticas por esse grupo, ainda que menos privilegiado em termos de recursos. Em certo sentido, pode-se identificar a genealogia desse tipo de argumento no trabalho de Huntington e Nelson (1976), que destaca que padrões de mobilização política são contingentes às fases do desenvolvimento político de uma determinada sociedade, de modo que os padrões de mobilização (“disruptivo” ou “democrático”, por exemplo) e bases mobilizadas são subprodutos de estratégias de elites associados a processos de modernização.

Rosenstone e Hansen (1993, pp. 188-210) também fazem análise interessante dos efeitos do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos sobre a mobilização política nesse país. Em primeiro lugar, eles mostram que as leis eleitorais Jim Crow no sul dos Estados Unidos, assim como as leis de registro de eleitor no norte oneravam a participação política. No entanto, o movimento dos direitos civis mostrou que além de partidos e campanhas eleitorais, outras organizações (e as elites dessas organizações) também atuam na mobilização política e eleitoral das pessoas. Os autores resumem os efeitos dessa mobilização no trecho seguinte:

In sum, the African-American movement for social, political and economic rights mobilized both blacks and whites to vote and to contribute money to political parties and candidates, but mobilized only whites to work for political parties. On one hand, the movement's challenge to whites' domination of black heightened racial hostility and the social pressures among whites to oppose it, thus providing new incentives for whites to participate. On the other hand, the movement's efforts to foster collective action, to register voters, and to turn blacks out to vote reinforced racial identities, expectations, and sense of common purpose, thus supplying new motivations for black's political involvement. They overcame fears of white violence and dismantled legal barriers to blacks' exercise of political rights, diminishing old obstacles to black political activism. Political mobilization worked, in short, by assuming some of the costs of political participation — by subsidizing information, shouldering burdens — and by augmenting some of the benefits of political participation — by effecting the creation of social expectations and rewards (Rosenstone e Hansen, 1993, p. 196)

Na segunda vertente, Lieberman (2003), por sua vez, chama a atenção para processos de longa duração que afetam a determinação dos atributos salientes na competição política. Através da noção de *National Political Community* (NPC), Lieberman destaca como certos atributos politicamente relevantes dependem da constituição *polity* em diferentes países. Para Lieberman, as comunidades políticas nacionais definem

[how] notions of ‘us’ and ‘them’ get socially constructed, shaping the logic and trajectory of political competition for long periods of time. [...] Definitions vary in terms of how racial, ethnic, and regional identities get configured, and in what ways certain groups are included or excluded (i.e., with racial or nonracial definitions of citizenship; as federations or as unitary states) (Lieberman, 2003, p. 3)¹¹.

Para esse autor, conjunturas críticas, como as constituições, afetam fortemente a maneira como uma comunidade política se percebe e como identidades políticas são construídas, o que, por sua vez, afeta a lógica da atuação política de grupos e indivíduos em longo prazo. Dessa maneira, identidades políticas, construídas a partir de distintas lógicas da competição política levam a que certos fatores se tornem relevantes ou não numa *polity*. Tal perspectiva traz críticas relevantes ao modelo do status socioeconômico, uma vez que desloca a ênfase nos recursos individuais que levam à participação e coloca o foco da análise na construção dos elementos politicamente relevantes. Em outras palavras, procura-se analisar como fatores políticos de longa duração levam à criação e manutenção de clivagens politicamente relevantes, que, por sua vez, afetam a importância da posse de certos atributos ou recursos. Identificar as características da comunidade política nacional exige a identificação de conjunturas críticas, que marcam os períodos subsequentes com legados de processos políticos de longa duração, que conformam identidades políticas e afetam lógica da competição de maneiras mais resistentes, duráveis e de amplo alcance (Lieberman, 2003, Collier e Collier, 1991, p. 29).

¹¹É importante deixar claro que as construções analíticas de “comunidades políticas nacionais” são orientadas a problemas específicos. Dessa forma, por exemplo, os modelos de comunidades políticas nacionais desenvolvidos por Lieberman para o Brasil e para a África do Sul são orientados para a questão da taxação e assim não são adequados para as perguntas de comportamento político que motivam este projeto.

Em síntese, essas duas vertentes buscam apresentar a dimensão política e institucional como determinantes à participação política. Qual o benefício da inclusão dessa dimensão? A abordagem dos recursos, apesar de bem sucedida na explicação de *quem* participa, apresenta sérias dificuldades para explicar *quando* as pessoas participam. Além do mais, a abordagem pressupõe que participar é custoso e são recursos de natureza socioeconômica que permitem a superação das barreiras e levam à participação. Ou seja, pressupõe-se que os principais fatores impeditivos da entrada de indivíduos na arena pública são de natureza socioeconômica. As duas vertentes apresentam caminhos possíveis para resolver esses problemas — que, aliás, têm implicações interessantes para equacionar raça e participação política.

A proposta de Rosenstone e Hansen, ao dar espaço para a mobilização estratégica por elites, oferece ferramentas para identificar picos e fluxos temporais de participação. A sua própria análise do movimento dos direitos civis e o subsequente retraimento na mobilização política afro-americana nos anos oitenta são explicados pelos autores através das diferentes funções exercidas pelas elites de arcar com partes dos custos e, simultaneamente, elevar os potenciais benefícios da participação de afro-americanos. E, por outro lado, a perspectiva macro-histórica da comunidade política nacional e de outros autores afins a essa perspectiva permitem interpretar os efeitos dos processos históricos de constituição política de cada sociedade na mobilização política. Nesse sentido, em processos de modernização e formação de Estado cujas clivagens centrais não são socioeconômicas (mas, por exemplo, raciais ou étnicas), pode-se encontrar que os custos à participação são de outra natureza. Lieberman e Marx (1998), por exemplo, ao estudarem o caso sul-africano — discutido em detalhe mais adiante — identificam o processo de constituição da nação e conflitos intraelites de longa duração

no qual a raça se sobrepõe a clivagens de classe ou econômicas na competição político e, assim, no acesso à arena pública.

As duas últimas vertentes restantes, como já anunciado, trazem à baila a “lógica social da política” como cunhada por Zuckerman (2005). A genealogia dessa vertente por ser traçada à escola de Columbia, em especial ao trabalho fundacional e seminal da virada comportamentalista feito por Lazarseld, Berelson e Gaudet em *The People's Choice* (1968). A intuição subjacente a essas vertentes argumenta que a inserção e interação em pequenos grupos são relevantes para o comportamento político dos indivíduos. A diferença principal está na ênfase da distinção dos fatores primordiais de explicação do comportamento: as relações ou os mecanismos psicológicos — ainda que, é justo destacar, para alguns autores não se possa dissociá-los nitidamente (Mutz, 2006).

Assim, a terceira vertente é menos crítica ao modelo baseado em recursos e busca identificar, por vezes dentro e por vezes fora da tradição de pesquisa do status socioeconômico, os mecanismos psicológicos (como competência e sofisticação) como variáveis imediatamente anteriores ao comportamento. Tais orientações, como a percepção de competência e sofisticação, fazem com que o indivíduo se interesse e entenda a política. Dessa maneira, sua ação não seria considerada, por ele mesmo, ineficaz ou fútil. Caso fosse o contrário, indivíduos com menos sofisticação e percepção de competência participassem politicamente, provavelmente se encontraria um fenômeno de dissonância cognitiva, no qual constrangimentos levam o indivíduo a agir de forma divergente a suas crenças e disposições. Uma vez que a dissonância cognitiva traz custos e exige mecanismos de redução e que não se encontram, nos casos sob análise, constrangimentos evidentes fortes o suficiente que rotineiramente levem à ação política em situação de alto custo — como os gerados pela dissonância cognitiva —, é

pouco provável que indivíduos que não possuem orientações cívicas se tornem politicamente ativos (Chong, 2000; Campbell et al. 1960; Pizzorno, 1975).

A vertente final a ser mencionada, com claramente menor ênfase em fatores institucionais e políticos e com menos tradição do que a abordagem psicológica discutida acima, tem chamado a atenção para a importância do *contexto* e dos laços sociais na propensão à atuação política. Huckfeldt (1986), Mutz (2003), Zuckerman (2005), McClurg (2006) e Siegel (2009), entre outros, destacam a influência das redes e de suas características nos custos e nas oportunidades de participação política, deslocando, portanto, o foco da posse de atributos. Mutz, por exemplo, aponta para o impacto negativo da pluralidade de opiniões (*disagreement*) na propensão à atuação política, indicando que maior participação nem sempre (e dificilmente) será acompanhada de maior diversidade de opiniões (Mutz, 2002, pp. 851-2). McClurg (2006, pp. 459-60) destaca, por sua vez, a importância de laços e processos informais, como conversas sobre política (e não os tradicionalmente estudados, via pertencimento formal a organizações, como igrejas), para a participação. O mecanismo plausível se refere aos processos que se derivam da experiência de indivíduos com sua rede pessoal. Como já apontava Pizzorno (1975), a participação política ocorre quando se cria uma área de solidariedade comum entre indivíduos percebidos como iguais.

Em síntese, essas duas vertentes buscam trazer aspectos sócio-psicológicos que ou não são devidamente mensurados e interpretados na abordagem dos recursos ou não são identificados como componentes centrais do modelo de explicação. Nesse sentido, as duas vertentes estão mais próximas da abordagem centrada em recursos do que as vertentes discutidas anteriormente, mas estão ainda mais distantes das críticas ao trabalho de Verba apresentadas na seção anterior. De qualquer maneira, qual o ganho

analítico de se levar em consideração as dimensões iluminadas pelo vertente “psicológica” e a vertente “contextual”? Em termos gerais, as duas vertentes deslocam a ênfase dos recursos para outros fatores como determinantes da participação, além de trazerem refinamentos analíticos relevantes. A abordagem psicológica, por exemplo, parte do pressuposto de que os mecanismos pelos quais a posição social ou os recursos operam são psicológicos. Ou seja, recursos são importantes à participação não porque dotam o indivíduo de capacidade de superar barreiras à participação, mas sim porque permitem que o indivíduo se perceba como politicamente relevante e competente para atuar. Assim como desvios empíricos à abordagem do status socioeconômico são explicados por mecanismos também psicológicos, como dissonância, ou, mesmo, privação relativa — cuja operação pressupõe a existência de grupos de referências que alteram a percepção da posição indivíduo em relação a outro grupo. E, em certo sentido, a abordagem contextual leva as primeiras intuições do grupo de referência às últimas implicações, pois laços sociais e contextos importam mais, em certo sentido, do que a posse de determinados atributos. Nessa perspectiva, as relações imputam sentido às ações individuais e é a maneira como indivíduos se inserem em grupos e se percebem como grupo (como, por exemplo, no desenvolvimento de uma consciência racial) que determina sua atuação política. Além do mais, essa abordagem apresenta conceitos e métodos mais apropriados para a identificação dos efeitos do recrutamento na participação política.

Para além do debate teórico, é necessário localizar o debate sobre raça e comportamento político à luz das contribuições próprias das literaturas brasileiras e sul-africanas, que discutem em detalhe os casos empíricos sob análise neste trabalho. Desse modo, pretende-se, com a revisão da literatura sobre África do Sul e Brasil, identificar

não só as caracterizações, em termos raciais, dos indivíduos que tomam parte em atividades políticas, mas também apontar para fatores e determinantes da participação que são revelados nessa literatura.

1.3. Raça e Comportamento Político na África do Sul e no Brasil

O esforço desta seção é mostrar, sob certa perspectiva, como a participação e mobilização políticas e raça foram relatadas e interpretadas na África do Sul e no Brasil. O principal desafio é identificar os modos com que os autores equacionaram o problema da relação entre raça e participação ao mesmo tempo em que caracterizavam empiricamente essa relação na África do Sul e no Brasil. Desse modo, pretende-se mapear a literatura relevante sobre raça e política nos dois países, identificar sua orientação e formulação teórica e extrair as consequências analíticas de duas interpretações.

Antes de adentrar as literaturas específicas à África do Sul e ao Brasil, é importante chamar a atenção para os fatores que motivam a comparação entre esses países. A comparação entre Estados Unidos, Brasil e África do Sul povoou a imaginação de analistas por vários anos. No entanto, a comparação entre África do Sul e Brasil é menos comum do que a comparação entre Estados Unidos e Brasil e Estados Unidos e África do Sul (Ribeiro, 2004). A motivação para essa comparação entre os três países parte de duas constatações triviais: apesar de os três países compartilharem níveis brutos de desigualdade raciais semelhantes, a natureza e as implicações dessa desigualdade são radicalmente distintas. E, vale ressaltar, as duas constatações têm seus casos notórios no Brasil e na África do Sul, devido às posições opostas que ocupam, à primeira vista, em termos de racismo institucionalizado. Entretanto, apesar da banalidade sociológica incutida nas constatações acima, as explicações sobre as

divergências dos processos na África do Sul e no Brasil são dificilmente encontradas sem cair num truísmo: a África do Sul é racializada porque passou pelo *Apartheid*, e o Brasil não possui tensões raciais politizadas porque o estado não levou a cabo políticas raciais sistemáticas. Para qualquer leitor mais informado, as caracterizações do estado sul-africano como simplesmente o estado do *Apartheid* e do estado brasileiro como o estado seguidor de uma política oficial de “democracia racial” são espantalhos que não se sustentam quando examinados mais de perto¹². Contudo, é inegável que espantalhos possuem alguma função e, analiticamente, são um ponto de partida heurístico para motivar a análise — mesmo que a agenda por trás dessa análise seja derrubar os espantalhos.

Para além das comparações macro-históricas já mencionadas, o estudo comparado entre África do Sul e Brasil é adequado para analistas que enquadram o mundo pela abordagem dos recursos. Afinal de contas, ambas as *politie*s possuem recursos socioeconômicos assimetricamente distribuídos na sua população. E, mais, essas dotações de recursos se distribuem assimetricamente pela clivagem que interessa aqui : identificação racial. Nesse sentido, os recursos, principal fator cuja variação gera efeitos na mobilização política, possuem variações homólogas nos dois países. Não obstante as similaridades já apontadas, a literatura pinta quadros substantivamente distintos sobre a participação e mobilização políticas nos dois países.

Os estudos sobre raça e política no Brasil se dividem, tematicamente, entre aqueles que discutem a história e a organização do movimento negro e os que estudam a

¹² Para a dimensão de classe e econômica do *Apartheid*, ver MacDonald, 2006. Para um debate sobre a atuação estatal brasileira na questão racial, em especial as políticas migratórias em inícios do século XX, ver Andrews, 1996

variação do comportamento eleitoral por grupos raciais. Dessa maneira, é recomendável que a narrativa sobre essa literatura cubra as duas áreas. O ponto de fuga de grande parte — se não de todos — os trabalhos que analisam raça a atuação política no Brasil é a dicotomia e a interação entre o pertencimento a um grupo racial e a inserção em classes sociais. Devido à saliência das desigualdades e conflitos orientados por critérios socioeconômicos — frouxamente definidos aqui como classe —, a relação entre essas duas categorias permeou os principais trabalhos nos estudos raciais. Ainda que exista um consenso de que há grupos raciais estão em posições socioeconômicas distintas e que não brancos¹³ estão em piores posições nos indicadores socioeconômicos, há um intenso e debate quase beligerante acerca das causas efetivas (preconceito e discriminação *versus* mecanismos “de classe”) que explicariam essas diferenças (Hasenbalg 2005; Hasenbalg, Valle Silva, e Lima 1999; Santos 2005; Souza, 2006). Dessa maneira, os trabalhos sobre raça e política no Brasil orientam suas análises para responder três questões: Qual a saliência da mobilização racial no Brasil? Há efeitos do pertencimento racial na mobilização política no Brasil? Quais fatores geram essa mobilização política racialmente orientada? De qualquer maneira, a principal preocupação da literatura brasileira é identificar o “efeito” da raça na política, especialmente diferenciá-lo, se possível, do efeito da classe.

Os trabalhos sobre o chamado movimento negro constituem, muito provavelmente, o principal campo de estudos sobre raça e política no Brasil e a maior parte dos trabalhos nesse campo abordam a evolução do movimento negro e, em certo

¹³ É importante destacar que brancos, pardos e pretos não são os únicos grupos raciais no Brasil. Mas, de acordo com o censo de 2000, os dois últimos grupos representam 98% da população brasileira (ver <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>).

sentido, inserem-se na primeira pergunta elencada acima: qual a saliência da mobilização racial no Brasil?

Movimentos com a bandeira racial não adquiriram uma adesão em larga escala (como ocorreu no *Civil Rights Movement*, nos EUA, ou no *Black Consciousness Movement*, entre outros, na África do Sul) e a literatura sobre movimentos sociais e mobilização coletiva no Brasil esteve fortemente associada a movimentos ligados ao trabalhismo (Gohn, 1997; Guimarães, 2008). Talvez devido à baixa politicização da clivagem racial, grande parte do movimento negro se caracterizou pelo “ativismo cultural”, com demandas e atividades de cunho mais cultural do que estritamente político. Pode-se afirmar que a principal preocupação da Frente Negra Brasileira (FNB) foi, no início do século XX, com a integração dos negros na sociedade brasileira. O Movimento Negro Unificado (MNU), cujo início se deu nos anos setenta, possivelmente pode ser indicado como o movimento mais bem sucedido no Brasil, desde a abolição da escravidão (Andrews, 1991) — mesmo que sua atuação política tenha registro fortemente cultural, com a defesa de uma cultura e identidades negras particulares, como o *Black Soul* nos anos setenta (Hanchard, 1993; 2001).

Desde 1985, podem ser identificadas mudanças substantivas no movimento negro, que passaram, simultaneamente, a afirmar identidade para além do movimento trabalhista (mas muitas vezes se associando ao feminismo) e a colocar em pauta demandas políticas, como políticas afirmativas para o ensino superior. O MNU, por exemplo, tomou como posição um racismo radical com o afrocentrismo expresso no quilombismo proposto por Abdias do Nascimento. Nos anos oitenta e noventa, várias organizações surgem para abordar a agenda racial, que vai desde a implementação de políticas de reconhecimento, a luta contra o racismo e preconceito até a criação de

políticas afirmativas e de redistribuição¹⁴ (Htun, 2004). As reivindicações por políticas e legislação contra a discriminação, assim como por redução das desigualdades raciais, são nitidamente diferentes das demandas culturais — tradicionalmente mais palatáveis ao estado brasileiro como parte do mito fundacional oficial do sincretismo entre indígenas, negros e brancos (Guimarães, 2003). E, adicionalmente, como mostra Rios (2008), há evidências robustas de que as organizações que compõem o chamado movimento negro passam por um processo de institucionalização, em especial na década de noventa, na qual passam a adotar o rótulo de organizações não governamentais (ONGs) e a atuar pelo registro de prestação de serviços e *advocacy*, distanciando-se das mobilizações e protestos próprios aos anos setenta e oitenta. Mais: conferências internacionais como a Conferência Mundial sobre o Racismo, em 2001, em Durban (África do Sul), foram muito importante para legitimar o movimento negro e denunciar o racismo (Paschel and Sawyer 2008; Sawyer, 2005).

Apesar da existência dessa mobilização, existe algum acordo na literatura que sustenta que raça não foi um fator efetivo na formação de uma percepção de identidade de grupo (Sansone, 2003) e que, se há algum fator capaz de articulação política no Brasil, ele está associado à classe e posição socioeconômica (Reis, 2001). Telles (1996) aponta que fatores usualmente associados à identidade afro-descendente, como religião e até cor de pele, assim como elementos estruturais como segregação residencial não eram suficientemente exclusivos de afro-descendentes. Dessa maneira, diferentemente do caso estadunidense, esses fatores não produziram uma linha saliente e nítida entre brancos e negros, que poderia levar ao estabelecimento de uma identidade racial amplamente compartilhada. Segundo Hasenbalg (2005), a aquiescência social de negros

¹⁴ Ver Muniz (no prelo) para um breve levantamento de políticas de ação afirmativa desde 1988.

no Brasil foi causada por três fatores: 1) cooptação social (que converte as aspirações coletivas para busca do bem-estar econômico e social em desejos individuais de mobilidade); 2) manipulação ideológica; e 3) o uso da ameaça ou repressão. Esses fatores explicariam por que “a afiliação racial não conseguiu proporcionar o laço coletivo para estimular as demandas dos negros por mobilidade social grupal e pela diminuição das desigualdades raciais” (Hasenbalg 2005, p. 233).

Apesar de os estudos sobre movimentos sociais indicarem que raça não era a clivagem central da mobilização política, os estudos sobre comportamento eleitoral adotaram uma perspectiva distinta e colocaram a pergunta sobre os efeitos da raça: em que medida desigualdade sociais, além de práticas discriminatórias, expressam-se em comportamento eleitoral diferenciado por grupos raciais (Lamounier, 1968; Souza, 1971; Guimarães, 2002)? A maior parte dos autores aponta que a experiência de discriminação e preconceito influencia no comportamento eleitoral de negros, ainda que raça não seja o fator central na decisão eleitoral do indivíduo — e mais uma vez, classe ou posição socioeconômica como o fator predominante (Lamounier, 1968; Souza, 1971; Soares e Valle Silva, 1985, 1987; Berquó e Alencastro, 1992; Castro, 1992).

Souza (1971), por exemplo, argumenta que negros expressam mais intensamente a preferência por partidos e candidatos tidos como populistas comparados com eleitores brancos, mesmo quando estão numa posição social superior. Soares e Valle Silva (1985) também encontram uma tendência entre pardos a votar por candidatos populistas, especialmente aqueles considerados “herdeiros” políticos de Vargas. Castro (1993) encontrou uma discrepância do voto negro, variando de um alto grau de apatia a expressões mais intensas de radicalismo, dependendo da posição social ocupada pelo indivíduo. Indivíduos negros de estratos mais baixos tendem a ser mais apáticos (ou

alienados, segundo a autora), anulando os votos ou votando em branco. Por outro lado, indivíduos negros de estratos mais altos, especialmente aqueles com mais escolaridade, tendem a não só anular menos os votos, mas a escolher candidatos mais frequentemente identificados como radicais de esquerda. Em síntese: “Pertencer a um grupo racial pode, por exemplo, intensificar, em alguns casos, ou impedir, em outros, a manifestação de tendências dadas pela posição social” (Castro, 1993, p. 483).

Prandi (1996) aponta que, apesar de a raça afetar a escolha eleitoral, ela não é o principal determinante: idade e escolaridade superaram-na como os principais preditores da votação presidencial eleitoral de 1994. De qualquer maneira, Prandi indica que houve uma tendência clara de negros votarem no candidato Luís Inácio Lula da Silva, enquanto a maior parte dos brancos declarou votar em Fernando Henrique Cardoso. Bailey (2009), ao analisar a eleição de Benedita da Silva no Rio de Janeiro, também encontra evidências de que há vieses raciais no comportamento do eleitor brasileiro. Ele encontra indicações não só de que a cor do candidato teve efeitos no voto, mas também de que eleitores de diferentes grupos raciais se comportaram distintamente, ainda que a clivagem encontrada tenha sido preto e não preto (e não a clivagem usual de branco e não branco). Apesar das evidências encontradas, o autor pede cautela na interpretação dos resultados e propõe uma síntese interpretativa interessante da literatura à luz dos seus dados, o que justifica a longa citação:

The relationship between race and electoral politics is not an ‘either-or’ question in Brazil, but one of degrees. On the one hand, Sansone is basically correct when he points to a low level of organized racial and ethnic sentiments in the political realm; racial identity politics in Brazil has not been robustly manifest in the electoral sphere. On the other hand, it may be that Mitchell (1977), and to a much lesser extent Soares and Silva (1985), have overstated what their data reveal about the amount of ‘racial consciousness’ operable in the electoral realm for

nonwhites in their periods of study. Castro's measured statement above, then, may be the better description of the effect of racial identification dynamics in that sphere. [...] The conditioning effect of social class (approximated through education) on the development of a negro constituency therefore may be important. The premise regarding the disjuncture between negro political and movement actors and the masses of nonwhites as an explanation for the lack of mobilization around 'blackness' thereby receives some cautious support. (Bailey, 2009, pp. 90-91).

Como já anunciado, os debates giram em torno da relação entre raça e classe. E, em vários autores, encontra-se evidência de alguma condicionalidade ou interação entre raça e classe, ainda que essa ideia só se expresse mais explicitamente em Castro e Bailey. E, apesar de a maior parte encontrar certo efeito distinguível do pertencimento a algum grupo racial, poucos autores se aventuram numa explicação sobre os fatores que geram esse comportamento diferenciado — a terceira pergunta elencada como orientadora do debate brasileiro. A interpretação, ainda que preliminar e cautelosa, da maioria dos analistas brasileiros é que raça tem algum efeito devido a experiências de discriminação e preconceito sofridas pelos grupos raciais marginalizados — mesmo que essas experiências não signifiquem habilidades específicas e tampouco consciência racial politizada. A discriminação é, provavelmente, apontada como o principal fator suspeito de causar o “efeito da raça” porque é um mecanismo que, simultaneamente, independe da posição de classe do indivíduo e não é contingente a consciência coletiva de raça ou racismo publicamente institucionalizado, ou seja, se há algum efeito associado à raça, ele passa por percepções e experiências individualizadas do pertencimento a grupo racial, como a discriminação e o preconceito.

É interessante notar que o modo com que raça é incorporada na análise não coincide completamente nem com o primeiro nem com o segundo momentos analíticos identificados na obra de Verba e seus colaboradores. O efeito da raça é condicionado à posição de classe, mas não se trata de uma variável exógena ao modelo, cuja operação pode alterar significativamente a predição do modelo *baseline*. Desse ponto de vista, a interpretação do efeito da variável raça se aproxima mais do segundo momento identificado na obra de Verba: a raça opera condicionada pela classe (recursos), mas no nível individual, devido a experiências específicas ao grupo racial. Assim, diferentemente do segundo momento do modelo analítico de Verba, não se trata de habilidades que se convertem em recursos adquiridas por experiências de socialização restritas e exclusivas a grupos raciais – já que esse tipo de experiência é incipiente no Brasil, como já apontado por Telles (2003).

Enquanto o cerne do debate sobre raça e comportamento político no Brasil está na identificação e na especificação do efeito da raça (e em diferenciá-lo da classe)¹⁵, na África do Sul o principal debate está na identificação e na especificação do status analítico e da natureza da variável raça. Ainda que, obviamente, essas duas dimensões, o efeito e a natureza analítica da variável, estejam relacionadas — tanto que elas foram utilizadas para distinguir os momentos analíticos em Verba —, é possível que a ênfase analítica recaia sobre uma ou outra. E, no caso sul-africano, é perfeitamente plausível que o debate esteja mais avançado na especificação do estatuto da variável raça, uma vez que os efeitos empíricos do fator racial são amplamente divulgados e reconhecidos.

¹⁵ Aliás, a identificação e especificação do efeito da raça e a diferenciação do efeito da classe e da raça é igualmente majoritário nos debates sobre desigualdade socioeconômica, mobilidade social, entre outras (Muniz, no prelo; Bailey, Muniz, Loveman, no prelo).

O principal campo de estudos sobre raça e comportamento político na África do Sul se refere aos estudos sobre comportamento eleitoral e, em especial, na explicação do chamado *racial census* nos resultados eleitorais sul-africanos. Em detalhe, explicar o *racial census* significa interpretar resultados que, à primeira vista, significam uma correlação perfeita entre raça e escolhas eleitorais, de modo que determinados partidos seriam exclusivos a determinados grupos raciais, de forma que resultados eleitorais refletiriam, como um espelho, a composição racial sul-africana. Além dos estudos eleitorais, há estudos sobre movimentos sociais e sobre participação política não eleitoral, ainda que esses sejam nitidamente minoritários frente aos trabalhos sobre eleições.

Como já adiantado, o principal debate sobre raça e comportamento político na África do Sul se encontra na definição do estatuto analítico da variável: qual seu significado? Quais os mecanismos pelos quais raça opera? Tipicamente, encontram-se três respostas. Nos debates eleitorais, certo grupo de autores associa a raça a uma identidade de grupo que se expressa politicamente, ao passo que outro grupo identifica os mecanismos da raça na medida em que ela se reflete em instituições política (como, de certa maneira, uma variável interveniente). E, nos debates sobre comportamento eleitoral, apesar de haver pouca clareza analítica sobre os mecanismos, raça é associada a motivações e redes de recrutamento (usualmente partidárias e associativas) que superam os obstáculos postos à participação pela pobreza.

Como apresentado por Anthony Marx (1998) e Frederickson (2001, pp. 1-28), a atuação do Estado sul-africano, via *Apartheid*, foi central na constituição de uma mobilização baseada em laços de solidariedade ou motivação racial:

Early protest by black South Africans was both strengthened and weakened by its indigenous nature. Ties to the land and existent social structures provided the basis for early identity and organization, but these were largely divided by persistent language, regional, and ethnic distinctions, and as elsewhere even more broken up by dispersion. Only as white rule and a unified state were consolidated fully did black South Africans find commonality in their experiences. Cross-language, cross-ethnic, and cross-class identity emerged as did more united mobilization. Contacts with African-American activists and growing industrialization and urbanization continually reinforced black South African's efforts. Divisions remained, but were gradually eclipsed by racial identity and action in opposition to white rule, to which state authorities were forced to respond (Marx, 1998, p. 194)

A hipótese de Marx aponta para o processo de constituição de solidariedade raciais, especialmente entre o grupo *African*, via antagonismo gerado pelo *Apartheid*. As leis de segregação, com a consequente perda da cidadania e classificação de indivíduos por seus vínculos étnicos e raciais impostos pelo sistema político, foram cruciais para o desenvolvimento de solidariedade racial, que se expressa tanto pela violência política, quanto pela formação de redes associativas baseadas de forma exclusiva no atributo racial. Em síntese, o *Apartheid* se utilizou de categorias raciais como atributos que estabeleciam desigualdades no acesso a direitos políticos (Tilly, 2007, p. 110, 120).

Resta a questão: mais de uma década após o fim do *Apartheid*, as clivagens raciais e seus efeitos na política se mantiveram, aprofundaram-se ou se reduziram? Há evidências que a desigualdade de renda dentro de grupos raciais aumentou com o crescimento de uma classe média e uma elite *African*. Também há indícios da simultaneidade do aumento do desemprego e do aumento do rendimento real dos que se encontram no mercado formal. Essas indicações apontam aspectos que possivelmente exacerbam diferenças de classe. Entretanto, também se argumenta que a força da divisão racial permanece (Natrass & Seekings, 2001a; 2001b). Como aponta Seekings, “*South African's racialised identities and perceptions of others have strong roots in*

civil society. 'Race-thinking' persists alongside a strong commitment to transcending the racial divisions of apartheid” (Seekings, 2008a, p. 9; ver também Seeking, 2008b). Gibson (2003), por exemplo, afirma que o legado do *Apartheid* continua a se expressar nas atitudes frente à democracia, que se distinguem pela clivagem binária *blacks versus white*.

No debate sobre comportamento eleitoral, pode-se identificar que, apesar da associação entre raça (principalmente entre *White* e *Africans*) e escolha eleitoral ser inegável, os mecanismos que explicam essa associação ainda estão em disputa.

Mattes e Piombo (2001), ao analisar as eleições de 1999, apontam que o eleitorado toma suas decisões levando em consideração o desempenho do governo (e, assim do *African National Congress*, doravante ANC) e, quando insatisfeitos com o desempenho governamental, não percebem nenhum partido como alternativa legítima e atraente. O pertencimento e o sentimento de identidade ao grupo racial, por si só, não alteram o mecanismo de tomada de decisão do eleitor. Os autores propõem um modelo cujas principais hipóteses são: indivíduos apóiam o partido que eles percebem como mais provável de ser melhor governante no futuro e os indivíduos fazem suas escolhas com base na informação disponível sobre seus interesses. As fontes de informação são as experiências diárias, a atuação passada do governo, partidos e candidatos, assim como essas informações são retiradas do contexto no qual os eleitores vivem (colegas, amigos, família etc.). Partindo dessas proposições e elaborando um modelo a partir delas, Mattes e Piombo encontram que avaliações do desempenho do governo e do partido são centrais para a decisão do eleitor. Entretanto, raça aparenta ter um papel específico: indivíduos de diferentes grupos raciais atribuem diferentes valores e prioridades a um conjunto comum de critérios de avaliação. Os eleitores se fazem as

mesmas perguntas quando buscando alternativas para seus votos, mas o seu pertencimento a um grupo racial tende a alterar a resposta a qual eles chegam.

Ferree (2006), por sua vez, aponta três hipóteses acerca do *racial census* nas eleições sul-africanas: 1) o voto seria uma maneira de expressão da suas identidades como membros de grupos raciais; 2) os eleitores fazem suas escolhas com base em *policy preferences* e avaliações de desempenho, então, se grupos raciais convergem na preferência eleitoral, isso significa que suas *policy preferences* e avaliações de desempenho também coincidem; e 3) todos os eleitores têm a racionalidade da segunda hipótese — e não uma forma de “racionalidade expressiva”, orientada por sentimentos de identidade —, de maneira que a raça e as credenciais raciais do partido funcionam como um atalho informacional (*informational shortcut*) que permite ao eleitor prever como o partido vai se comportar se eleito. Dessa maneira, as “imagens” dos partidos (*party labels*) são fortemente racializadas, o que afeta a maneira como os indivíduos avaliam e projetam o desempenho dos partidos. Com base em sua análise, Ferree apóia a terceira hipótese e conclui que a hipótese do voto como expressão de identidade não se sustenta, de maneira que o *racial census* eleitoral se modifica não com a mudança na identificação racial do eleitorado, mas sim da mudança das imagens raciais que os partidos projetam (*racial credentials of the party labels*).

MacLaughlin (2008) também compartilha do argumento de que, apesar de a raça ser relevante para prever o voto na África do Sul, ela certamente não é a única variável, assim como não é a mais importante. Ao analisar evidências de *split-vote* numa eleição simulada, o autor encontra que a moderação ideológica e a sofisticação do eleitor são fatores tão (ou mais) importantes do que a raça e etnia. MacLaughlin (2007) também chama a atenção para as clivagens sub-raciais, as identidades etnolinguísticas. Segundo

este autor, a composição demográfica no nível local afeta a competição política, o que leva a aprofundar a dimensão etnolinguística. Nesse sentido, a saliência da dimensão étnica está em função do contexto sóciodemográfico em que os grupos estão colocados.

Interessantemente, parte substantiva desses trabalhos se aproxima da interpretação proposta por Verba, Nie e Kim (1979) em seu livro comparado: as clivagens sociais — neste caso, raça — têm efeitos significativos na atuação política dos indivíduos somente na medida em que instituições políticas (partidos e associações) refletem essas clivagens. Nesse sentido, a proposição de Mattes e Piombo e, principalmente, de Ferree convergem. Para esses autores, raça não importa politicamente como expressão de identidade ou, ainda, por consciência racial, mas, principalmente, pelo fato de existirem partidos e associações que mobilizam bases racialmente distintas, o que leva, por exemplo, a diferentes plataformas políticas e diferentes avaliações sobre a atuação dessas instituições. Por sua vez, o debate sobre comportamento não eleitoral ou, pelo menos sobre o simples comparecimento eleitoral e não a escolha do voto, desloca-se do foco da interação entre raça e partidos e aborda questões sobre uma perspectiva um pouco distinta.

Nos estudos sobre comportamento não eleitoral, há maior debate sobre a relação entre posse de recursos e mobilização política, ainda que não exista consenso claro (Fauvelle-Aymar, 2008). A literatura mais associada a discussões de movimentos sociais parece apontar que o sistema político não incorpora parte relevante da população, que é carente de recursos e habilidades políticas (Habib e Bentley, 2008; Robins, 2008). Mas, existem outros trabalhos que corroboram o mesmo diagnóstico descritivo do comportamento eleitoral: indivíduos *Africans*, independentemente da maior ou menor posse recursos socioeconômicos, são mais ativos também em

atividades não eleitorais. Enfim, a discussão sobre comportamento não eleitoral é evidentemente menos densa, em termos analíticos, que o debate sobre comportamento eleitoral. Além do mais, há menos dados disponíveis e análises que busquem generalizações empíricas, de maneira que a caracterização dos indivíduos que são politicamente ativos e em quais tipos de atividades eles participam está em disputa.

Friedman (2004), ao avaliar a primeira década de democracia na África do Sul, coloca que a pobreza e os baixos níveis de participação da população associados a ela são efeitos e causas da baixa qualidade da democracia na África do Sul. Friedman ecoa grande parte da literatura sobre desigualdade política, que prevê a associação positiva entre recursos e participação, de maneira que as vozes que alcançam o sistema político são enviesadas para os grupos que detêm mais recursos. O autor aponta que grande parte da população, que é pobre, tem menos recursos, menos condições de organização e, assim, menos probabilidade de se mobilizar. O resultado dessa combinação seria o pouco acesso que suas vozes teriam na formulação de políticas públicas. Nas palavras de Friedman: *“If limited participation impairs the new democracy’s ability to address poverty, poverty in turns has implications for political participation. It is far more difficult for poor to participate in public life. Political influence is a product of organizations. This requires resources that poor people do not have”* (2004, pp. 14-15). Ballard, Habib e Valodia (2006, pp. 397-418), em linha similar à de Friedman, argumentam que a democratização e democracia representativa não trouxeram benefícios claros aos pobres, que buscaram lugar para suas vozes, frequentemente, em movimentos extrainstitucionais. Ainda que a principal unidade de análise de Ballard sejam os movimentos sociais em si e não, necessariamente, os indivíduos que participam desses movimentos, ele aponta que os movimentos atuam em favor dos

interesses da população marginalizada e mais pobre, ao mesmo tempo em que suas lideranças possuem mais recursos do que seus públicos.

Mattes (2008) analisa a participação local cívica (*civic local participation*), definida como a propensão a contatar conselheiros, frequentar reuniões comunitárias e se reunir com outros cidadãos para discutir e levantar questões relevantes (*raise issues*). O autor encontra que os pobres têm maior probabilidade de participar tanto no nível comunitário quanto em atividades de protesto. Os indivíduos mais ativos, apesar de mais pobres, em média, são mais engajados cognitivamente com processos políticos, assim como mais participativos em associações para o desenvolvimento da comunidade e sindicatos. De acordo com o Mattes, “*in contrast to the common wisdom in South African politics, poverty does not limit participation (at least in the community level), but rather increases it*” (Mattes, pp. 133, 2008). Seekings e Mattisonn (2006) encontram evidências semelhantes às de Mattes (2008). O autor encontra que, na Cidade do Cabo, os pobres também têm uma probabilidade maior de participar em atividades de ativismo (boicote, protesto, petições), assim como frequentar reuniões comunitárias e partidos. Adicionalmente, pobres não se mostram mais alienados de instituições centrais da democracia representativa do que outros grupos de maior renda. Segundo esses atores, a dimensão cognitiva e o recrutamento por associações voluntárias têm papéis centrais em impulsionar a participação de setores desprivilegiados da população.

Como já adiantado, na África do Sul, o principal debate está na identificação e na especificação do status analítico e da natureza da variável raça e menos na identificação do efeito da raça, como na literatura sobre o Brasil. Nos estudos sobre escolha eleitoral, há disputa sobre o significado da raça, no qual um grupo explica a associação entre raça e escolha eleitoral pela expressão de identidade racial pelo voto,

ao passo que outro grupo explica tal correlação pelo fato de que a raça se expressa no sistema partidário e na avaliação da informação sobre esse sistema partidário —, ou seja, raça como uma variável interveniente de segunda ordem. Já o debate sobre comportamento não eleitoral e comparecimento eleitoral é bem menos denso analiticamente acerca do significado da raça, o que torna difícil a tarefa de se destilar o mecanismo analítico pelo qual raça opera. É importante notar que, nesses trabalhos, discute-se mais sistematicamente o efeito da posição socioeconômica do que no debate eleitoral, mas não se encontra a predição mais simples do modelo dos recursos (indivíduos mais abastados são mais ativos politicamente). A interpretação dos autores para esses resultados, ainda que incipiente, refere-se à dimensão psicológica — que mostra engajamento cognitivo com a política — e ao recrutamento realizado por associações voluntárias para a atuação política.

Em síntese, as caracterizações e as contribuições analíticas trazidas pelas literaturas brasileira e sul-africana são substantivamente distintas. A literatura sobre comportamento político e raça no Brasil discute se raça é uma variável saliente na atuação política da população, o que indica que, de saída, raça é uma dimensão menos politizada da *polity* — marcado, por sua vez, pelas dimensões de classe. Além do mais, os mecanismos de operação da raça passam pela experiência individualizada de discriminação e preconceito. A literatura sul-africana toma como ponto de partida o efeito saliente da raça e tem sua principal divergência no estatuto da variável raça. As posições desse debate identificam raça com identidade de grupo, por engajamento cognitivo com a política e redes de recrutamento por associações voluntárias e, principalmente, pela expressão da raça através do sistema partidário — seja pela avaliação da atuação de partidos, seja pela “racialização” das imagens partidárias.

1.4. Síntese

Este capítulo teve como objetivo estabelecer o enquadramento analítico que orientará as análises empíricas, assim como iluminará a interpretação dos resultados encontrados. Nesse sentido, ao longo do texto, foram feitas distinções analíticas sobre os modos com que se equaciona a relação entre raça e recursos.

Com relação à obra de Verba e seus diversos coautores, foram identificados dois momentos, tanto pelos efeitos imputados à raça, quanto pela natureza da unidade analítica associada à raça. No primeiro momento, a explicação para o aumento das chances de participação de um grupo com baixo status socioeconômico se dá pela inclusão de uma variável interveniente, exógena ao status socioeconômico. Ainda que os autores identifiquem dois tipos de variáveis intervenientes e exógenas: 1) a variável é contingente a mecanismos psicológicos de percepção de situação e destinos comuns entre indivíduos que se percebem do mesmo grupo; e 2) clivagens sociais são variáveis intervenientes de segunda ordem, já que são instituições políticas que afetam a conversão de recursos em participação e, desse modo, a clivagem social “raça” só é saliente se opera através dessas instituições políticas. No primeiro momento, o status socioeconômico é o principal fator explicativo e raça entra como uma unidade analítica com atributos analíticos distintos do status socioeconômico, pois é enquadrada como um fator não individual e com efeitos indiretos (como variável interveniente) na participação política. No segundo momento, a raça só é relevante se lida como um fator associado ao desenvolvimento de uma habilidade — e, portanto, um recurso. A explicação para as variações na participação de grupos com menos recursos — negros, mais especificamente — não mais repousa em fatores coletivos e institucionais (como no momento anterior), mas em atributos individuais (a aquisição de habilidades) que são

usualmente exclusivos e associados a grupos raciais e étnicos. Ou seja, raça não é mais um fator exógeno ao modelo, ela é incorporada como um atributo associado a alguma habilidade adquirida — isto é, via um recurso individual, cujo efeito não é mais caracterizado como interveniente.

Devido à importância da abordagem centrada em recursos e do trabalho de Verba, seus achados e proposições foram amplamente debatidos. O texto apresentou as principais discussões que acompanharam esses momentos. No primeiro momento, apontou-se para a necessidade de uma teorização mais sofisticada dos mecanismos psicológicos pelos quais a consciência e solidariedade raciais operam, ao passo que as críticas do segundo momento reagem ao CVM demandando um estatuto analítico à raça que fosse distinto dos recursos adquiridos. No entanto, as críticas a ambos os momentos apontam que os modelos propostos não possuem fôlego analítico para generalizar, adequadamente, suas explicações para além das relações entre brancos e negros nos Estados Unidos.

Para abordar as críticas mais amplas e as propostas alternativas, este capítulo também trouxe quatro vertentes alternativas à tradição centrada em recursos, com o objetivo de apresentar, sucintamente, outras correntes que podem iluminar a relação entre raça e participação política. Dessas quatro vertentes, duas iluminam a dimensão política e institucional como condicionantes à participação e as outras duas mantêm o foco em determinantes sociais, ao sofisticar a dimensão psicológica e introduzir determinantes “relacionais” à abordagem dos recursos.

Em seguida, foram apresentadas as contribuições trazidas pelas literaturas brasileira e sul-africana sobre a relação entre raça e participação política, uma vez que

surveys sobre Belo Horizonte, no Brasil, e Cidade do Cabo, na África do Sul, serão analisados nos próximos capítulos. Como não é de se surpreender mesmo para o observador casual das duas sociedades, natureza das perguntas sobre raça na África do Sul e no Brasil são distintas. A maior parte da literatura brasileira sobre o tema discute a questão do efeito da raça: teria o pertencimento a um grupo racial, expresso na identificação de um grupo de cor ou mesmo racial, efeitos substantivos, uma vez levados em consideração fatores socioeconômicos (usualmente simplificados apressadamente na ideia de classe)? No lado sul-africano, a literatura mais estabelecida sobre raça e comportamento político se digladia com a especificação do estatuto analítico da variável raça. A constatação empírica do seu efeito é inegável, no entanto, os mecanismos e as explicações para esse efeito são alvo de intenso debate. Não só as perguntas das literaturas brasileira e sul-africana são distintas, mas as contribuições analíticas que elas trazem apontam para mecanismos distintos de operação da raça. O debate brasileiro sobre os mecanismos de operação da raça, nitidamente menos denso que o sul-africano, aponta para a discriminação e o preconceito, fatores próprios à experiência individual de pertencimento a um grupo racial, como os fatores que geram efeitos potenciais da raça no comportamento político. Já na África do Sul, colocam-se três fatores (identidade, instituições e cognição política e recrutamento) como mecanismos possíveis de operação da raça. Desses três fatores, a literatura destaca os processos pelos quais raça se expressa a partir de uma conformação específica e contingente do sistema eleitoral, que, por sua vez, afeta a acumulação e processamento de informação pelo eleitor.

2. Estratégias analíticas

Qual a relação entre raça e participação política? Como se pode identificar o papel da raça no comportamento político? Antes de responder a essas perguntas, pelo menos para África do Sul e Brasil, é necessário responder a outras, a saber: qual o significado das categorias raciais na África do Sul e no Brasil? E como a compreensão sobre a raça nesses países torna mais ou menos plausível a operação dos mecanismos imputados à raça na abordagem de recursos? Afinal de contas, os modos com que raça e recursos se relacionam nos trabalhos de Verba e seus colaboradores se baseiam num significado de raça especificado (o estadunidense). Não que, a princípio, isso anule as potenciais contribuições da abordagem de recursos para se estudar a relação entre raça e recursos na África do Sul e no Brasil, mas tal fato exige que sejam qualificadas as hipóteses e expectativas sobre o comportamento político e raça a partir da compreensão dos significados das categorias raciais nesses dois países.

Este capítulo é composto de seis seções. Na primeira, discutem-se as contribuições do debate sobre classificação racial para os estudos sobre comportamento político e raça. Trata-se de qualificar as hipóteses da literatura sobre comportamento político a partir do debate sobre classificação racial, pois se presume que os mecanismos de operação da raça — identificados pela literatura sobre comportamento — são contingentes às maneiras com que raça é construída e entendida pelos indivíduos. Isso significa identificar no debate sobre classificação racial na África do Sul e no Brasil a plausibilidade de operação dos mecanismos associados à raça pela literatura da ciência política. Na segunda seção, há uma breve síntese das questões e das hipóteses a serem exploradas empiricamente. As terceira, quarta e quinta seções discutem diversos

aspectos metodológicos do trabalho: justificam-se as escolhas dos casos de Belo Horizonte e Cidade do Cabo, discutem as medidas de participação política e não política e as medidas de raça, respectivamente. Por fim, a sexta seção apresenta a operacionalização das variáveis.

2.1. Raça e cor na África do Sul e no Brasil

Entender o significado de categorias raciais não é uma tarefa trivial. Sabe-se que a identificação racial, em várias sociedades, afeta as condições materiais e simbólicas de um indivíduo. Já é rotina, nas análises que envolvem algum uso de categorias raciais, reconhecer que se trata de uma identificação socialmente construída e, portanto, instável, historicamente e contextualmente contingente e alvo de disputas classificatórias (Guimarães, 1999; Bailey e Telles, 2006; Loveman, 1999; Bailey, 2008). Estudos que levem sistematicamente em consideração o debate sobre categorias raciais são raros — se não inexistentes — na ciência política. Ao passo que a literatura sobre categorização racial abunda entre estudiosos da raça na sociologia e na antropologia, especialmente na comparação entre Brasil e Estados Unidos. Qual é, então, o ganho analítico em se trazer esse debate para a ciência política? Uma resposta geral a essa pergunta seria inevitavelmente superficial, mas para os objetivos deste trabalho, pode-se apontar alguns benefícios.

Como discutido no capítulo anterior, foram identificados, na abordagem do modelo dos recursos, dois modos de se entender o estatuto analítico e os efeitos — e, em certo sentido, os mecanismos — pelos quais raça opera na participação política. Pode-se argumentar que a plausibilidade dos modos de operação da raça, identificados na literatura sobre recursos e participação política, é contingente, de certa maneira, às compressões societárias — “nativas” — das categoriais raciais, uma vez que os

mecanismos e estatutos analíticos associados à raça na abordagem dos recursos (como solidariedade e consciência racial ou ainda o desenvolvimento de habilidade e cultura específicas) não são consideradas, em todas as sociedades, dimensões relevantes na experiência racial. Desse modo, é necessário trazer o debate sociológico sobre categorias raciais, uma vez que ele permite qualificar a interpretação dos resultados encontrados, à luz do modelo dos recursos e das literaturas sobre África do Sul e Brasil, além de operacionalizar mais adequadamente as variáveis raciais nos modelos empíricos.

Não é acidental o fato de que abunda literatura brasileira sobre categorização racial, ao passo que pouco se encontra sobre esse tema na literatura sul-africana sobre raça. Já na literatura sul-africana sobre raça e comportamento político, encontra-se o oposto: há nitidamente maior densidade no debate sobre a natureza analítica da raça na discussão sul-africana do que na brasileira — como demonstrado no capítulo anterior. Afinal de contas, é senso comum sociológico que raça foi e é atributo politizado na África do Sul e a miscigenação é traço da composição racial brasileira. Isso significa que, de saída, a raça na África do Sul é analisada pela sua dimensão política, ao passo que essa dimensão é secundária no Brasil, em especial se comparada com o volume de atenção dada à análise das fronteiras e da miscigenação entre as categoriais raciais no Brasil.

Além da politização da raça na África do Sul e da miscigenação no Brasil, vale destacar algumas similaridades e diferenças menos óbvias entre África do Sul e Brasil. Em ambas as sociedades, o modo de categorização e as medidas de classificação racial lançam mão de, primordialmente, fatores fenotípicos (e não hereditários, como no caso clássico estadunidense). No entanto, devido a fatores próprios à construção da raça em

cada país, as categorias de identificação racial na África do Sul são mais rígidas e estáveis do que no Brasil, no qual há certa variabilidade dos modos de classificação de acordo com situações e interações específicas. Além do mais, a raça na África do Sul implica uma dimensão coletiva muito mais forte do que no Brasil, na qual membros do mesmo grupo racial têm uma percepção compartilhada de pertencimento assim como de não pertencimento a outros grupos raciais (logo uma identificação de exclusão). A comparação pode ser resumida a partir de Silva (2010):

[...] racial and national identification are salient in both countries, but their interface is very distinct in each one. While racial identification is becoming more salient in Brazil, the affirmation of blackness does not imply the rejection of whiteness or Brazilian-ness. Nearly all Brazilian respondents celebrated racial mixing as an equalization strategy—once more illustrating the dynamics of homogenizing universalism. The meaning of being black in Brazil, however, is changing—as illustrated by the new and transnational repertoires to talk about race. And the rising salience of these new repertoires might lead to new and unexpected consequences in the near future. In South Africa, being black African, Coloured or Indian is part of everyday taken-for-granted habits reproduced through private beliefs and practices. In addition, it is through the belonging to one racial group that one finds its place in South Africa (Silva, 2010, p. 210)

O que significa esse contraste para os significados das categorias raciais na África do Sul e no Brasil? Quais suas implicações para a relação entre raça e comportamento político? Para responder a essas perguntas, serão apresentados com mais detalhe os elementos do debate sobre categorização racial na África do Sul e no Brasil que qualifiquem as hipóteses sobre a relação entre raça e participação sob a ótica da abordagem dos recursos.

A escassez de trabalhos que discutem medidas de classificação racial na África do Sul, inclusive sobre a concepção de raça desenvolvida e institucionalizada durante o *Apartheid*, é, por si só, uma indicação da natureza tácita e rotineira da compreensão das

categorias raciais na África do Sul (Posel, 2001a; Posel, 2001b). Apesar desse aparente consenso rotineiro sobre a identificação de indivíduos nas suas respectivas categorias sociais, se se olha a África do Sul desde uma perspectiva de um passado recente, é contraintuitivo imaginar que, no início do processo de colonização, tratava-se de uma sociedade com índices relativamente altos de miscigenação (*racial mixing*) entre proprietários de escravos, escravos e *burghers*, especialmente no *Western Cape* (Frederickson, 1981, pp. 109-135). E, ademais dos altos níveis de miscigenação, tratava-se de um padrão de miscigenação menos restritivo do que o estadunidense, uma vez que a prole da miscigenação (através tanto de concubinagem como de casamentos legítimos) poderia fazer parte tanto de um grupo intermediário, os *Coloureds*, quanto ascender aos estratos mais altos da população, de modo que indivíduos de origem racial “mista” poderiam ser considerados *European* ou *White* — fato improvável no modelo restritivo dos Estados Unidos e ao mito de pureza racial *Afrikaner* posteriormente desenvolvido. Segundo Frederickson (1981, p. 134): “*In south Africa, ‘a man is as white as he looks’. Colour is merely a usual definition. No one is asked to produce a genealogical table*”. Esse modelo sul-africano permissivo (no sentido de menos restritivo que o estadunidense) perdurou ao longo do século XIX e começou a ser modificado na virada para o século XX. A partir de meados do século XX, com a ascensão do *National Party*, ocorreram as principais modificações na posição do Estado em relação a políticas raciais que, por sua vez, afetaram as dinâmicas raciais sul-africanas.

O *Population Registration Act* (PRA), de 1950, foi a principal peça na institucionalização e rotinização de categorias raciais na construção do *Apartheid*. Foram estabelecidas três categorias raciais (*African*, *Coloured* e *White*) e posteriormente

se incluiu outra categoria (*Indian*). O objetivo do PRA foi fixar e categorizar a população em grupos raciais cujos próprios critérios e categorias eram imprecisos e flexíveis em períodos anteriores. Dessa maneira, implementou-se um sistema panóptico, cujos objetivos eram: *“For what the national population registrar promised was the prospect of a single, centralized and all-encompassing system of racial classification linked to a comprehensive data base, in which ‘presently scattered information’ about lives of individual citizens would be ‘concentrated and brought together’ and cross-checked with their racial type”* (Posel, 2001a, p. 100). Dessa forma, os critérios definidos para identificar os grupos raciais deveriam ser não só minimamente controversos, mas também maximizadores de eficiência, em termos de implementação prática. Como já mencionado, devido aos padrões inicialmente permissivos de miscigenação, era de pouco interesse da comunidade *White*¹⁶ definir os critério por padrões rígidos de ascendência (similarmente ao feito nos Estados Unidos), assim como pouco prático para sua implementação extensiva. A solução encontrada foi definir raça por critérios de aparência e estilo de vida (*lifestyle*) combinados com “reconhecimento da comunidade”. O texto da lei era, de qualquer maneira, pouco específico e usava *Coloured* como uma categoria residual:

“A white person is one who in appearance is, or who generally is accepted as a white person, but does not include a person who, although in appearance obviously a white person, is generally accepted as a coloured person. (Section 1[xv]).

A ‘native’ is a person who is in fact or is generally accepted as a member of any aboriginal race or tribe of Africa (Section 1 [x])

A coloured person is a person who is not a white person nor a native. (Section 1[iii]).” (Population Registration Act, 1950)

¹⁶ Apesar de o critério da descendência ter sido usado em momentos e esferas específicas antes de 1948 (especialmente no judiciário) e haver membros da comunidade branca, mais associados ao racismo científico, favoráveis a essa medida.

A ambiguidade da legislação permitiu a implementação do PRA, que era realizado, na prática, pelos recenseadores, sendo que a única possibilidade de contestação da classificação feita pelo árbitro do recenseador era o conselho de apelação de classificação racial (*Race Classification Appeal Board*). No entanto, interessantemente, tendo em vista a dimensão do processo de censo e reclassificação racial realizado pelo *Apartheid* e as implicações dessa classificação em, literalmente, todas as dimensões da vida de um indivíduo, poucos casos foram levados ao conselho (Posel, 2001a). Os poucos casos de apelação à classificação do recenseador refletem não só a dificuldade de acesso de indivíduos ao conselho de apelação, mas, principalmente, o fato de que *“race was as before, a matter of common sense”*. E, para o regime do *Apartheid*, era do interesse das elites políticas que se reforçasse, no processo de recenseamento, a sobreposição entre o senso comum da população em geral e o senso comum associado à posição específica dominante do recenseador (um homem *White* de nível socioeconômico baixo e médio), que compunha partes substantivas das bases eleitorais do *National Party*. (Posel, 2001a, p. 104). E esse senso comum, deve-se ressaltar, implica não só o uso de atributos fenotípicos para a classificação, mas também um acoplamento de classe e raça, já que os estilos de vida e reconhecimento da comunidade eram fatores relevantes e indissociáveis da classe do indivíduo¹⁷. Em síntese:

“This is not to presume an exact fit between bureaucratic and lived versions of racial classification. Indeed, there are many stories that indicate a much more hybrid relationship between the two. The suggestion is rather that the state’s typology of racial difference was

¹⁷ Além do mais, nos casos de dúvida com relação ao fenótipo, a classe era usada como *proxy* do grupo racial.

sufficiently institutionalized and normalized for racial classifiers, armed with a notion of race explicitly sensitized to existing class boundaries, cultural styles, and patterns of prejudice, to have produced classifications that in most cases resonated closely with those produced socially” (Posel, 2001a, p. 107).

Além de estabilizar e universalizar categorias raciais, os critérios de classificação com base em aparência e reputação permitiram que comunidades raciais agissem como próprios *enforcers* de suas fronteiras raciais, devido ao critério de reconhecimento incutido na definição. A ubiquidade das designações raciais estatais, que explicitamente se baseavam no reconhecimento societal (cultura e classe) assim como de aparência, fez com que a raça se tornasse um fato de senso comum.

E, segundo Posel (2001a; 2001b), o momento pós-*Apartheid* não trouxe mudanças relevantes, de modo que se aposta que as categorias do período do *Apartheid* ainda constituem categorias de uso rotineiro e de senso comum. Afinal de contas, o próprio Estado, a partir de políticas afirmativas (e.g. *Employment Equity Act*, 1998) reproduz tais categorias — mesmo que, em certos casos, agregue os três grupos subordinados no *Apartheid* (*African*, *Coloured* e *Indian*) como *Black*. Vale mencionar que a categoria *Black*, assim como categorias de referência étnica (*Xhosa* e *Zulu*, por exemplo) são eventualmente mencionadas como outras categorias, cujo conteúdo é distinto das categorias do *Apartheid* (ainda que relacionados), que poderiam crescer ou se tornarem dominantes entre a população no período pós-*Apartheid* (Glaser, 2001; Reddy, 2009).

Qual é, por fim, a contribuição desse debate para a maneira com que se entende raça na discussão sobre comportamento político? Os estudos sobre África do Sul já mencionados no capítulo anterior utilizam as categorias empregadas durante o

Apartheid. No entanto, raça adquire diferentes significados e está associada a distintos mecanismos de operação nessa literatura sobre comportamento político (identidades, formas de avaliação de desempenho partidário etc.). A literatura sobre classificação racial revela um pressuposto comum a todas as maneiras de interpretar os mecanismos pelos quais o pertencimento a um grupo racial afeta o modo de atuação política: a raça, na África do Sul, implica uma percepção não só subjetiva, mas compartilhada, de que indivíduos do mesmo grupo racial compartilham certo *status*, o que implica um modo de vida mais ou menos comum, fundado num passado que acimentou a solidariedade racial e que leva a uma percepção de futuro em que os membros do mesmo grupo racial estão entrelaçados. Mais: há pouca ou nenhuma incerteza sobre quais são os membros desse grupo racial constituído, explicitamente, por atributos fenotípicos e de “estilos de vida”. Pode-se propor, a título de esclarecimento, uma analogia com a noção de *common knowledge*, utilizada na escolha racional. Na escolha racional, a noção de *common knowledge* é um pressuposto técnico para se encontrar equilíbrios: pressupõe-se que todo jogador saiba o que o outro (ou outros) jogador sabe e este, por sua vez, saiba o que o outro sabe e aquele jogador sabe que o outro sabe que ele mesmo sabe e assim numa regressão infinita. Na África do Sul, as categorias raciais operam de modo semelhante: cada indivíduo está consciente do seu grupo racial e os outros indivíduos sabem o grupo racial desse outro indivíduo (assim como seu próprio grupo racial) e aquele indivíduo sabe que o outro indivíduo sabe de sua categoria racial e assim por diante, numa regressão infinita.

O debate sobre comportamento político e raça na África do Sul é inequívoco ao apontar que raça é um fator determinante na atuação política e, no capítulo anterior, foram identificados três mecanismos (identidade, instituições, cognição política e

recrutamento) de operação da raça segundo a literatura sul-africana. O mecanismo de identidade nitidamente pressupõe uma categorização de raça como a desenvolvida na África do Sul, uma vez que a raça persiste como fator consensual de identificação de “modos de vida”. Tanto os mecanismos de cognição e recrutamento quanto os mecanismos que passam pela avaliação institucional (seja de desempenho, seja de imagem partidária) também pressupõem a raça como um “fato de senso comum”, já que esses mecanismos exigem exclusividade associativa por raça (para o mecanismo de recrutamento) e percepções e avaliações racialmente compartilhadas de desempenho e imagens partidárias — que só são possíveis e eficazes num sistema classificatório inequívoco com relação a fronteiras raciais.

Com relação ao trabalho de Verba e seus colaboradores sobre raça e comportamento político, pode-se argumentar que a maneira com que as categorias raciais foram construídas e operam na África do Sul é, pelo menos potencialmente, afim aos modos de equacionamento da raça nos dois momentos da obra de Verba identificados no capítulo anterior. No primeiro momento, a raça é contingente a mecanismos psicológicos de percepção de situação e destinos comuns entre indivíduos que se percebem do mesmo grupo, ou opera através de instituições políticas, como uma variável interveniente de segunda ordem. Ora, o próprio modo de categorização racial na África do Sul implica uma percepção do classificador de que o indivíduo pertence a certo grupo com status compartilhado — o que é nitidamente favorável à formação de mecanismos psicológicos de percepção de situação comum e, mesmo, na formação de uma clivagem política racial que se reflete institucionalmente. No segundo momento raça é entendida como um recurso (como a aquisição de habilidades) que é usualmente exclusivo e associado a grupos raciais e étnicos. Mais uma vez, a aquisição de

habilidades exclusivas a certo grupo racial pressupõe a existência de fronteiras nítidas entre os grupos raciais — para se gerar a própria exclusividade dos espaços de formação de habilidades. Em síntese, a maneira como que raça é classificada e entendida na África do Sul possui elementos afins ou que estão em concordância com os pressupostos de operação da raça (nas suas variações) nos modelos trabalhados por Verba.

Diferentemente da África do Sul, um dos debates mais intensos nos estudos sobre relações raciais no Brasil trata justamente das diferentes medidas de classificação racial. Desde a abolição da escravidão, o Brasil não teve um sistema legal de classificação racial, fato que pode ter facilitado o desenvolvimento e o uso de vários padrões de classificação racial que são afetados pelo contexto.

De forma geral, pode-se dizer que existem três sistemas de medidas. O sistema oficial, adotado pelo IBGE, correntemente utilizado em pesquisas, *surveys* e no censo, que usa as categorias branco, pardo e preto. O segundo sistema, advogado mais fortemente pelo movimento negro, se baseia na percepção de que a principal clivagem racial é entre brancos e indivíduos afro-descendentes (negros), gerando assim uma classificação binária (brancos e negros). Por fim, existem categorizações “populares”, que variam mais fortemente com o contexto da interação social em que são utilizadas, local geográfico e a relação entre o “classificador” e o “classificado”. Dentro das classificações não oficiais, encontra-se a categoria abrangente do moreno, apesar das suas ambiguidades. (Bailey e Telles, 2006; Telles, 2003).

O principal debate é sobre o significado dessas categorias raciais (branco, preto, pardo, negro e moreno): poderiam essas categorias ser enquadradas no conceito de raça

ou se tratariam de grupos de cor? Esse debate de longa data no Brasil pode ser organizado, para os propósitos deste trabalho, em dois grupos. Primeiro, identifica-se uma tradição que remonta a Gilberto Freyre e que se concentra nos estudos culturais promovidas pela UNESCO nos anos 1950, na qual se colocou que a ideia de raça não era adequada para a compreensão do modo como o brasileiro se classifica, sendo uma noção estranha à realidade brasileira (Maggie, 1996; Fry, 2000). Pierson (1971), por exemplo, classifica o Brasil como uma sociedade multirracial de classes, na qual as oportunidades não eram determinadas pela identificação por raças e passou a utilizar a categoria nativa de “cor”. Azevedo (1966) e Nogueira (1998), dentre vários, seguiram linha semelhante a Pierson, ao apontar que a noção e percepção de cor se fundavam em marcas de aparência física e eram relevantes em termos de distinção social e não por origem biológica — em contraposição aos Estados Unidos (ver Guimarães, 2002, para uma síntese crítica a essa abordagem). O segundo grupo fez uma retomada do conceito raça ao argumentar que raça é construto social, forma de identidade que se funda em noções (mesmo que errôneas) biológicas. Esses estudos — sendo os de Hasenbalg e Valle Silva (1988) e Hasenbalg (2005) os mais notórios — procuravam retomar categorias raciais, estavam preocupados em identificar padrões de seletividade e desigualdade de oportunidades por grupos raciais e encontraram que as discrepâncias substantivas em termos de renda, escolaridade e outras variáveis de estratificação se davam entre brancos e não brancos. Tais achados mostravam que havia maior distanciamento estrutural entre grupos de raça dos que os estudos anteriores argumentavam. Pode-se sintetizar essa posição com uma citação de Guimarães: “raça não é apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: *a única que revela que as*

discriminações e desigualdades que a noção brasileira de cor enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classes’” (Guimarães, 2004, p. 50; grifo meu). Segundo essa postura, a categoria nativa é cor, mas para o analista, trata-se de categorização racial, porque a ideia de cor é informada pela ideia de raça¹⁸.

Tributário desse debate sobre raça e desigualdade, nota-se o crescimento de uma literatura sobre os critérios, modos e medidas de classificação racial no Brasil (Telles, 2003; Bailey e Telles, 2006; Bailey, Muniz e Loveman, 2009). Se a noção de raça é construída socialmente, ela é, como toda construção social, contingente a contextos e tempos, sendo potencialmente instável e produto de disputas classificatórias. Por exemplo, se se compara a autoclassificação com a alter-classificação (realizada por entrevistadores), brancos usualmente tendem a ser classificados mais consistentemente do que pretos e pardos. Pardos, por sua vez, possuem um nível intermediário de consistência e pretos em geral compõem o grupo com o menor nível de consistência, uma vez que parte substantiva das autoclassificações como pretos são consideradas pelas alter-classificações como pardos (Telles, 2003, pp.114-6). Dessa maneira, há maior probabilidade de consistência entre aqueles que se declaram como brancos do que os que se declaram como pardos e pretos. Esses resultados também indicam que a distinção entre branco e não branco é mais consistente, ou seja, as auto e as alter-classificações são mais consistentes para diferenciar entre brancos e não brancos — ainda que, deve-se ressaltar, segundo Telles, menos de um terço da sua amostra foi classificada de forma inconsistente (*ibidem*, pp. 114-6). De acordo com essa linha de

¹⁸ É interessante notar que a disputa entre os usos das noções de cor e raça se reflete nos modos de coleta dos dados do censo. Somente a partir de 1991 se passou a usar cor/raça no questionário do censo, sendo que as coletas anteriores somente tratavam de cor (sem considerar o período durante a ditadura militar, no qual não houve coleta nem em termos de cor ou de raça).

estudos, as categorias de identificação de grupos raciais merecem ser, por si só, analisadas e a própria variação da “tradução” dessas categorias em diferentes sistemas de classificação deve ser incorporada ao se estudar o “efeito da raça” em desigualdades de renda, escolaridade, entre outras.

Como se pode notar, o debate sobre categorias raciais no Brasil é vasto, mas, para os objetivos deste texto, é importante destacar dois pontos desse debate, que serão retomados mais à frente: 1) indivíduos se classificam por critérios fenotípicos, por marcas de cor, além de outros fatores como cabelo, nariz e boca (ou seja, trata-se de uma noção de cor informada por uma ideia errônea biológica de raça); 2) as medidas de classificações raciais possuem certa variabilidade (em especial se comparado com o caso sul-africano), seja pela posição social ocupada pelo indivíduo ou pela “leitura incongruente” de traços fenotípicos (e.g. auto e alter classificação).

Qual a contribuição desse debate sobre categorias raciais para a maneira com que se entende a relação entre raça e comportamento político no debate brasileiro? Em primeiro lugar, a própria discussão sobre a validade de categorias raciais para o Brasil já ilumina o porquê do relativo silêncio da ciência política nacional sobre raça e o fato de a principal questão perseguida debater a existência de um efeito da raça, dissociado da classe, no comportamento político. Em segundo lugar, a discussão sobre formas de classificação racial aponta que os critérios de classificação racial no Brasil são principalmente fenotípicos e apresentam certo grau de variabilidade (pontos 1 e 2 acima), o que mostra que as fronteiras raciais — ao menos em termos de categorização, sem entrar no mérito das fronteiras socioeconômicas associadas à raça — possuem certa flexibilidade. A construção da raça no Brasil, diferentemente da África do Sul, não levou à formação de uma percepção de que grupos raciais estavam intrinsecamente

associados a estilos de vida (*lifestyles*) e a comunidades específicas (apesar da existência de estereótipos de raça). Dessa maneira, o modo com que raça foi construída (e assim percebida) no Brasil parece ser pouco propício ao desenvolvimento de mecanismos de operação como os identificados no modelo de Verba, em seus dois momentos, já que a identificação por traços fenotípicos no Brasil, diferentemente da África do Sul, não implicou a formação de grupos que se autoidentificam como internamente homogêneos e percebem a outros grupos como unidades distintas e sem sobreposições com sua própria identificação — que são pressupostos plausíveis para o desenvolvimento de uma consciência de grupo e de habilidades racialmente exclusivas.

Portanto, o mecanismo plausível de operação da raça, se se leva em consideração o modo de categorização racial desenvolvido no Brasil, já foi identificado pela literatura brasileira sobre comportamento político (e apresentado no primeiro capítulo), a saber: a partir de experiências individualizadas de discriminação e preconceito. No entanto, se se raciocina de acordo com os modos de lidar com raça na obra de Verba, há poucas indicações de que esse modo de operação poderia levar a uma saliência da raça no comportamento político.

Por fim, é interessante apontar que tanto no debate brasileiro quanto nos trabalhos de Verba e colaboradores sobre raça nos Estados Unidos, a raça é pensada sobre o grupo negro (ou *Black*). Isso significa que as principais hipóteses sobre o comportamento político diferenciado de grupos raciais recaem sobre algum atributo do grupo negro (sejam experiências de discriminação, como no caso brasileiro, ou a formação de consciência racial, como nos Estados Unidos). Ou seja, se se fosse pensar na estrutura causal desses trabalhos sobre Brasil e Estados Unidos como um experimento, o grupo branco é frequentemente tratado como se fosse o grupo de

controle, sob o qual a variável de tratamento (neste caso, a raça) não opera, já o grupo negro é analisado como se fosse o grupo com o tratamento (no qual a raça opera, em algum sentido). Nos estudos sobre a África do Sul, todos os grupos raciais (ainda que com menos nitidez para o *Coloured* e o *Indian*) possuem algum atributo que os diferencia do outro, como se todos os grupos raciais fossem “substantivos”, no sentido de se comportarem distintamente devido ao desenvolvimento de características próprias (seja língua, cultura ou até identidade partidária).

A próxima seção pretende sistematizar as principais questões discutidas até o momento e apresentar as hipóteses a serem exploradas empiricamente nas próximas seções deste capítulo.

2.2. Principais questões e hipóteses

Como já mencionado anteriormente, este texto analisa o efeito da raça em dois tipos de participação política: participação em organizações políticas e ativismo político. A participação em organizações políticas, tipicamente, demanda mais recursos que outras formas de participação, como o voto ou, por exemplo, participar de um abaixo-assinado, uma vez que implica certa rotina. Atuar em organizações políticas exige disponibilidade de tempo e, possivelmente, a participação em debates e em atividades. O ativismo político é composto de atividades que podem ser consideradas mais eventuais e que não dependem, necessariamente, de vínculo associativo, ainda que possam ser atividades que envolvam mais risco (como ocupação de edifícios).

A análise empírica busca identificar e distinguir os efeitos de medidas de recursos socioeconômicos (variáveis de renda, escolaridade e participação não política) e de medidas de classificação racial sobre a probabilidade de participar politicamente. A

partir dessa análise, espera-se encontrar as variações nos níveis de participação entre indivíduos em diferentes grupos raciais, em distintos estratos socioeconômicos e ativos e não ativos em organizações não políticas. Assim, a partir das análises dos perfis, em termos raciais e socioeconômicos, dos indivíduos que participam e não participam em Belo Horizonte e na Cidade do Cabo, serão interpretados os resultados à luz das literaturas discutidas no capítulo anterior. A análise empírica utilizará as variáveis do modelo *baseline* de Verba e seus colaboradores (renda, escolaridade e participação não política), assim como, obviamente, a variável “raça”. E, a partir dos resultados encontrados, buscar-se-á interpretar seu significado para as proposições de Verba e seus colaboradores sobre a relação entre raça e comportamento político e para as literaturas sobre raça e comportamento na África do Sul e no Brasil.

De qualquer maneira, antes de se passar aos resultados, é necessário apresentar, sucintamente, as expectativas e hipóteses com relação à análise empírica que se segue. Essas hipóteses são baseadas, primordialmente, na reconstrução analítica da abordagem dos recursos (realizada no capítulo 1), qualificada tanto pelas literaturas sobre África do Sul e Brasil que discutem tanto categorias raciais quanto raça e comportamento político.

1) Relativamente a Belo Horizonte, a literatura brasileira sobre raça e comportamento político, qualificada pela leitura sobre as formas de classificação racial, leva a esperar que os fatores que distinguem o indivíduo que participa daquele que não participa sejam primordialmente socioeconômicos (como renda e escolaridade), sendo que raça é fator secundário, se relevante. Espera-se, portanto, que indivíduos politicamente ativos sejam mais escolarizados e com maior renda do que indivíduos não ativos.

2) Com relação à Cidade do Cabo, espera-se que pertencer a um grupo racial tenha prevalência a fatores de natureza socioeconômica, não só pela literatura sul-africana, mas também pela qualificação do modelo dos recursos oferecida pela literatura sobre classificação racial na África do Sul. Ainda que variáveis socioeconômicas possam ser relevantes para propensão a participar em associações, a inserção em certo grupo racial (*African*, principalmente) suplanta aqueles condicionantes. Espera-se, portanto, que indivíduos que se identificam como *African* sejam mais ativos politicamente do que indivíduo que se declaram como *White* ou como *Coloured*.

2.3. Notas sobre a comparação entre Belo Horizonte e Cidade do Cabo

Como já explorado na seção 3.1, do capítulo anterior, a comparação entre África do Sul e Brasil apresenta uma série de vantagens. A escolha de analisar Cidade do Cabo e Belo Horizonte, por sua vez, também apresenta, pelo menos, uma vantagem específica. Não que a comparação entre outras cidades brasileiras e sul-africanas seja menos vantajosa, mas pode-se argumentar a existência de vantagens nessa comparação, além, é claro, da disponibilidade de dados (e questionários) comparáveis.

Como Houtzager, Acharya & Gurza Lavalle (2007, p. 5) apontam:

the choice of sub-national units for the surveys is therefore critical: in countries with high variation across national territory in the factors that are thought to contribute to the exercise of citizenship [como Brasil e África do Sul], including the authority of national government, sub-national analysis make possible an exploration that in detail and nuance aggregate national-level surveys does not permit.

A escolha de duas regiões metropolitanas é especialmente crítica e adequada para a comparação entre Brasil e África do Sul. Ainda que os países possuam certas semelhanças em termos de distribuição de renda, índice de poupança e renda *per capita*

(Schmitter, 1996, p. 17; Seekings, 2004, p. 12), existem grandes discrepâncias em graus de urbanização e distribuição espacial da população, além de os países apresentam grandes diferenças internas, o que traria ainda mais desafios à pesquisa comparada.

Como apontando anteriormente, Belo Horizonte e Cidade do Cabo apresentam semelhanças em alguns indicadores como distribuição de renda, renda per capita e escolaridade. No entanto, há diferenças relevantes na dimensão racial que podem afetar significativamente a comparação entre Belo Horizonte e Cidade do Cabo. Belo Horizonte possui distribuição racial bastante próxima à média brasileira e, apesar de possuir organizações civis engajadas no movimento negro, não se trata de uma metrópole com destacada mobilização negra, como Salvador e até São Paulo (Aguiar, 2007). Cidade do Cabo, por outro lado, apresenta distribuição racial bastante específica no cenário sul-africano, com uma pluralidade de residentes que se identificam como *Coloureds*. Além disso, foi centro de mobilização, em fins dos anos sessenta e nos anos setenta, do movimento *Black*, liderado por Steve Biko, além de possuir até hoje centro de referência de mobilização *Coloured* (*Western Cape University*). Assim, há, pelo menos, duas implicações plausíveis da distribuição e história racial da Cidade do Cabo: 1) os *Coloureds* seriam mais ativos do que o previsto na literatura geral sobre a África do Sul; e 2) devido à menor presença de *Africans*, o grupo mais identificado com a mobilização política, pode-se conjecturar que o fator racial seja menos saliente na Cidade do Cabo do que em outras partes da África do Sul. Note-se que as duas implicações são contraditórias, em certo sentido, dado que, caso os *Coloureds* sejam mais ativos na Cidade do Cabo, raça se manteria como um determinante da mobilização política e só o grupo mais ativo variaria. E, caso os *Coloureds* não sejam mais ativos, e com a menor presença de *Africans*, pode-se conjecturar que *Africans* sejam menos

ativos do que em outras cidades sul-africanas — caso a proporção e combinação demográfica seja um fator relevante na mobilização política, como querem Blalock (1967) e Giles e Buckner (1996).

Em síntese, tem-se em Belo Horizonte, sob vários aspectos, um caso “modal” do Brasil, ao passo que a Cidade do Cabo se configura, em especial na dimensão racial, um caso “excepcional”, distinto da regra geral sul-africana. Foram identificados dois possíveis vieses da excepcionalidade da Cidade do Cabo e, para Belo Horizonte, não foram identificados potenciais vieses *a priori*. Por fim, para além da vantagem em se comparar duas metrópoles (em comparação a dois estados ou dois países, como usual) e da disponibilidade de dados e questionários comparáveis, não se identifica nenhuma outra vantagem específica em se comparar Belo Horizonte e Cidade do Cabo, já que os vieses com relação à “excepcionalidade” *capetonian* podem levar tanto a uma maior ou menor saliência da raça, uma vez que não foram encontradas evidências que tornem algum dos vieses identificados mais prováveis.

2.4. Notas sobre participação política e não política

A noção de participação política tem sua definição canônica nas palavras de Verba, Schlozman e Brady (1995, p. 38): “*Activity that has the intent or effect of influencing government action- either directly by affecting the making and implementation of public policy or indirectly affecting the selection of people who make those policies*”. Dessa maneira, trata-se de um repertório diverso de atividades, que vão desde o voto até o protesto. O voto é muito provavelmente a maneira mais usual de se estudar o comportamento político. Mas, para se compreender a configuração da participação política num certo sistema político, é necessário investigar um leque mais

amplo de atividades que, potencialmente, possuem diferentes lógicas (causas e efeitos) (Verba, Nie, and Kim, 1987; Claggett and Pollock, 2006).

A medida de participação aqui utilizada busca se aproximar das medidas utilizadas por Verba *et al.* na sua análise do Modelo do Voluntarismo Cívico. Essa estratégia é adotada uma vez que, como já mencionado, o CVM é o modelo mais influente sobre participação política e o foco deste trabalho é avaliar a relação entre raça e participação e não desenvolver um modelo explicativo próprio de participação política. Desse modo, presume-se que, quanto mais próximas as medidas de participação política utilizadas neste estudo das medidas utilizadas por Verba e seus colaboradores, mais relevantes e significativos são os resultados, pois dialogam diretamente diversos estudos feitos e orientados por esse modelo. Mas, deve-se ressaltar, existem constrangimentos para a replicação das medidas neste trabalho de três ordens: 1) comparabilidade; 2) limites dos questionários¹⁹; e 3) distribuição das variáveis.

Os primeiros dois problemas estão associados, dado que os problemas de comparabilidade, que emergem de variações dos sistemas políticos, refletem-se na própria construção do questionário. Por exemplo, o contato com políticos (em especial via cartas) é um dos atos políticos de frequente análise nos trabalhos de Verba e nos principais trabalhos sobre comportamento político nos Estados Unidos, devido a sua relevância e tradição no sistema político estadunidense. No entanto, essa prática é patentemente estranha ao Brasil e, em menor medida, à África do Sul, tanto que, na maior parte das pesquisas (assim como nos questionários utilizados para este trabalho)

¹⁹ A pesquisa da qual os bancos de dados e questionários são utilizados neste trabalho é apresentada com detalhe mais frente.

que abordam comportamento político, essa variável está ausente. Assim, os questionários utilizados para a construção das variáveis de participação política não replicam todas as perguntas utilizadas por Verba *et. al.*, apesar de o fazerem em grande medida. As principais diferenças estão na ausência de informação sobre engajamento em campanhas políticas e em contato com representantes eleitos nos questionários aplicados tanto em Belo Horizonte quanto na Cidade do Cabo e na ausência de questões sobre voto em Belo Horizonte. Por fim, vale destacar que a divisão entre organizações políticas e não políticas nos trabalhos de Verba, em especial no CVM, não se superpõe perfeitamente à análise aqui feita, em grande parte porque há um maior leque de organizações nos questionários brasileiro e sul-africano do que nos questionários aplicados nos Estados Unidos por Verba e seus colaboradores. Segundo Verba, Schlozman e Brady (1995), uma organização é política na medida em que tem posições públicas com relação a assuntos políticos (*take political stands*), assim como posicionamentos em relação a assuntos públicos (Verba *et. al.*, 1995, p. 542). Essa definição bastante ampla é detalhada através de exemplos nos seus trabalhos e, a partir desses exemplos e do critério apresentado por Verba, construiu-se uma distinção entre político e não político²⁰ para os casos brasileiro e sul-africano. Com relação ao ativismo político, há uma sobreposição quase perfeita entre os questionários utilizados por Verba e seus colaboradores e os questionários utilizados em Belo Horizonte e na Cidade do Cabo, de modo que as discrepâncias existentes se devem à presença de um maior número de atividades políticas (aqui chamadas de ativismo) nos questionários de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo. Como essas atividades já são usualmente incorporadas

²⁰ Deve-se ter em mente que a participação em organizações religiosas e em organizações de caridade é considerada não política por Verba *et. al.* (1995).

em análises de ativismo que discutem diretamente com a abordagem dos recursos (Norris, 2003; Inglehart e Norris, 2002), decidiu-se por incorporá-las nas variáveis de ativismo político.

E, por fim, uma vez identificadas as questões de comparabilidades e já construídas as variáveis com base nos questionários e bancos disponíveis, é necessário enfrentar o terceiro problema mencionado acima e avaliar se as distribuições empíricas dessas variáveis permitem que se trabalhe com o mesmo tipo de construto (nominal, contínuo etc.). Este trabalho lida com duas medidas de comportamento político: participação em organizações políticas e ativismo político. A participação em organizações políticas se refere à existência de vínculo (formal ou informal) do entrevistado com organizações classificadas como políticas. Assim, devido à presença de algum vínculo do indivíduo entrevistado com a organização política, presume-se que o indivíduo participa em organizações políticas. O ativismo político trata da participação em atividades políticas mais eventuais e pontuais, como protesto, boicote ou abaixo-assinados. Verba, na maior parte dos seus trabalhos, variáveis contínuas, frequentemente modificadas para a elaboração de índices, especialmente quando se analisa medidas mais globais e agregadas de participação, sem esmiuçar as diferenças entre os tipos de organização política e formas de ativismo político — que, aliás, também é presente em seus trabalhos (Verba *et al.*, 1995, pp. 37-48; pp. 538-570). As distribuições das variáveis de participação em organizações políticas e ativistas possuem distribuições bastante distintas das distribuições encontradas por Verba para o caso estadunidense, assim como tampouco são distribuições normais, sendo mais próximas de uma distribuição bimodal (ativismo) e unimodal assimétrica para a direita (para participação em organizações políticas). Dessa maneira, decidiu-se por utilizar uma

medida categórica binária para cada uma das variáveis e fazer a análise empírica separadamente para ativismo e participação em organizações políticas. Maneiras alternativas de construção da variável (uso da variável contínua, por exemplo) implicariam uma complexificação (como correções de viés por logaritmo e construção de índices) desnecessária da construção das variáveis e da análise, uma vez que é possível fazer testes homólogos e comparar resultados com os trabalhos de Verba ao se utilizar a formulação mais simples da variável.

2.5. Notas sobre medidas de classificação racial na África do Sul e no Brasil

O esforço analítico da seção 3.1 permitiu não só qualificar as hipóteses sobre raça e comportamento político a partir das literaturas brasileira e sul-africana sobre categorização racial, mas também permite fazer escolhas sobre a operacionalização de medidas de identificação racial — tendo em vista, obviamente, as limitações do questionário — com mais consciência das suas potenciais implicações empíricas.

Para o Brasil, foram utilizadas medidas de autoclassificação racial. Apesar de o questionário permitir o uso de medidas de alter-classificação, escolheu-se trabalhar com autoclassificação, já que é a maneira utilizada em todos os estudos sobre raça e comportamento político no Brasil e correntemente utilizada nos estudos sobre desigualdades raciais²¹. A partir dessas medidas, foram utilizados dois modos de categorização: “branco, preto e pardo” e “brancos e negros (agregando preto e pardo)”. A análise preliminar não mostrou diferenças substantivas nos resultados entre os dois modos de classificação. Desse modo, para o restante deste trabalho, lançou-se mão da

²¹ Ainda que não se rejeite a possibilidade de trabalhar com medidas de alter-classificação (e compará-las com autoclassificação) em trabalhos futuros, para que se possa dialogar com a literatura mais recente sobre formas de classificação e desigualdade social (Bailey, Muniz e Loveman, 2009).

categorização binária²², que é mais comumente utilizada em análises sobre desigualdades socioeconômicas entre grupos raciais — o que é relevante para nossa análise cujas medidas de recursos são escolaridade e educação.

Para a África do Sul, o questionário do *survey* utilizado neste trabalho fornecia três maneiras de operacionalizar a variável raça: a autoclassificação do entrevistado, a declaração do seu grupo racial durante o *Apartheid*, a alter-classificação do entrevistado pelo entrevistador. A autoclassificação fornecia uma opção a mais do que as categorias estabelecidas pelo *Apartheid*, a saber: *Black*.

Decidiu-se utilizar a autodeclaração do entrevistado, apesar de alguns casos se perderem devido à recusa a se autoclassificarem racialmente. Assim como no caso brasileiro, a autoclassificação é a maneira corrente de se trabalhar com a variável raça nos estudos sul-africanos — além do mais, desta vez diferentemente do caso brasileiro, as discrepâncias entre auto e alter classificações são residuais.

Os estudos já mencionados sobre comportamento político utilizam as categorias estabelecidas oficialmente no *Apartheid*. No entanto, o questionário disponibiliza uma classificação com a categoria *Black*, sobre a qual há conjecturas acerca do seu crescimento e significado político, em especial após o fim do *Apartheid*. Dessa maneira, foram realizadas análises preliminares, nas quais não se notou distinção em categorizações que permitem a identificação como *Black* (*African, Black, Coloured, White*) e das identificações com as categorias usadas no *Apartheid* (*African, Coloured, White*)²³. Adicionalmente, a grande maioria dos indivíduos que se declaram *Black*²⁴ é

²² Os resultados com a classificação terciária podem ser encontrados no apêndice II.

²³ Os resultados com a medida que utiliza a categoria *Black* pode ser encontrado no apêndices II.

classificadas como *African* nas outras classificações. Assim, foram utilizadas as categorias do *Apartheid* nas análises que se seguem.

Por fim, é importante mencionar que não se ignora a relevância de atributos etnolinguísticos na África do Sul. Entretanto, o principal debate acerca de comportamento político está em torno da noção de raça, apesar de existirem contribuições relevantes que mobilizam o debate sobre etnia (e.g. MacLaughlin, 2007). Além do mais, devido ao tamanho da amostra, a análise substantiva acerca dos diversos grupos étnicos certamente ficaria prejudicada.

2.6. *Variáveis*

A análise será baseada nos dados levantados no projeto do Hubble Social. A Pesquisa de Região Metropolitana de Belo Horizonte (PRMBH), realizada em 2005, é uma amostra probabilística e representativa da população da região metropolitana de Belo Horizonte. O total de entrevistas realizadas foi de 1.122 pessoas²⁵. O *Cape Town Area Survey* (CTAS) também foi realizado em 2005 e é uma amostra de 1.209 pessoas probabilística e representativa da região metropolitana da Cidade do Cabo²⁶.

²⁴ 16,1% dos respondentes se declararam como *Black*. Desses respondentes, 94% foram classificados como *Africans* pelo entrevistador e 93% declararam que eram classificados como *Africans* durante o *Apartheid*.

²⁵ O *survey* foi conduzido pelo Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais (CEPEQS), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Aguilar, 2005). A amostra foi baseada em três níveis de seleção. Áreas censitárias e domicílios foram selecionados aleatoriamente e o respondente também foi aleatoriamente selecionado entre os membros do domicílio, com mais de dezoito anos. A amostra inicial foi desenhada para 1.440 casos. A base de dados final incluiu pesos para a correção de viés (Suyama e Fernandes, 2007).

²⁶ O *survey* foi realizado pelo Centre for Social Science Research (CSSR), na Universidade da Cidade do Cabo (UCT) (Seekings, Jooste, Langer, Maughan-Brown, 2005). Foi utilizado um plano amostral de três níveis. Foram selecionados áreas de enumeração (EA) e domicílios dentro dessas EA e, dentro do domicílio, o respondente também foi aleatoriamente selecionado, dentre os indivíduos com mais de dezoito anos. A amostra inicial era composta de 1.200 indivíduos. A amostra final inclui pesos para a correção de viés.

Com relação ao banco de dados de Belo Horizonte, qualquer indivíduo que se identificou como “indígena”, “amarelo” (de acordo com as categorias do IBGE) ou “outro” foi excluído da análise²⁷. Referente ao banco de dados da Cidade do Cabo, qualquer respondente identificado como “*Indian*”, “outro” ou se recusou a se identificar racialmente foi excluído da análise²⁸. Dois motivos levaram a essa escolha. Primeiramente, o número e proporção total de indivíduos excluídos eram insuficientes para qualquer análise substantiva. Em segundo lugar, o debate acerca de raça e comportamento político na África do Sul e, principalmente, no Brasil, tem como objeto a relação entre negros e brancos.

Por fim, a amostra belorizontina utilizada para a análise, depois de corrigida com os pesos amostrais, é de 1.010 casos (999 casos sem a correção por peso amostral). A base de dados da Cidade do Cabo mobilizada para análise possui, após a correção para peso amostral, 1,130 casos (1.090 casos sem a correção por peso)²⁹.

Variáveis Dependentes

Participação Política. Como mencionado anteriormente, são utilizadas duas variáveis de comportamento político. Para *participação em organizações políticas*, em Belo Horizonte, as seguintes organizações são utilizadas: partido político, associações de proteção ao consumidor, comunitárias ou de vizinhança³⁰, partidos políticos, negócios e comércio, movimentos estudantis, sindicatos, associações profissionais e orçamento

²⁷ Isso significa que cerca de 10.3% da amostra foi eliminada (5% amarelos, 2,5% indígena e 2,9% outros).

²⁸ Na amostra da Cidade do Cabo, foram eliminados 5,2%, (0,4% *Indian*, 2,9% outro, 0,8% “recusou a declarar”, 1,1% não sabe).

²⁹ Todas as análises multivariadas foram computadas com os casos sem a incorporação dos pesos.

³⁰ As associações comunitárias foram classificadas de políticas, pois, em sua maioria, eram associações voltadas para a melhoria do bairro ou busca de recursos para grupos específicos. Em outras palavras, elas disputavam com outras associações recursos públicos (da prefeitura e de outros órgãos) para sua atuação.

participativo. Na Cidade do Cabo, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais e de proprietários e organizações de direitos humanos.

A variável do chamado *ativismo político* é composta dos seguintes itens. Em Belo Horizonte, reunião da comunidade, abaixo-assinado e manifesto, campanha de arrecadação, boicote, passeata, greves e ocupações de prédios. Na Cidade do Cabo, quase todas as mesmas variáveis são utilizadas. Na variável criada para a Cidade do Cabo não foi incluída a ocupação de edifícios e foi incluída a mobilização por um tema (*issue*) na comunidade.

Variáveis Independentes

Participação não política. Em Belo Horizonte, as associações classificadas como não políticas são: de caridade, esportivas e recreativas, religiosas, grupos não religiosos de jovens e de autoajuda e de direitos humanos (consideradas como não políticas, uma vez que as associações citadas pelos respondentes, em sua maioria absoluta, são associações de caridade — sem tomada pública de posição política)³¹. Na Cidade do Cabo, as seguintes organizações são consideradas não políticas: religiosas, comunitárias, de caridade.

Para essas três variáveis, participação em organizações políticas, ativismo e participação em organizações não políticas, foram criadas variáveis binárias, codificando 1 para quem é ativo (politicamente ou não politicamente) e 0 quem não é

³¹ Em Belo Horizonte, indivíduos também foram perguntados se eles participavam de associações voltadas a temas específicos (saúde, educação, cultura, meio-ambiente). Entretanto, as associações mencionadas pelos entrevistados frequentemente se sobrepunham a outros tipos de associações (principalmente comunitárias), assim como eram compostas de associações políticas e não políticas. Assim, elas não foram incluídas na análise. Como somente quarenta e quatro indivíduos (4% dos entrevistados) reportaram atuação em organizações voltadas para temas, essa exclusão não afetou substantivamente os resultados.

ativo. O uso de algum índice ou variável que indicasse a intensidade da participação, ainda que interessante, exigiria uma série de testes de validade e confiabilidade desse construto (devido aos problemas de distribuição já mencionados na seção anterior), o que estaria além do escopo central deste trabalho.

Raça. Para classificar os entrevistados em grupos raciais foram utilizadas as respostas às perguntas de autoclassificação racial. No Brasil, a classificação oficial do IBGE oferece cinco categorias para autoidentificação: 1) branco; 2) preto; 3) pardo; 4) amarelo; e 5) indígena. Como discutido anteriormente, as categorias pretos e pardos são agregadas na categoria negros. Dessa maneira, codificou-se 1 para brancos e 0 para negros. Para o caso sul-africano, o questionário oferece cinco categorias raciais: *African*, *Black*, *Coloured*, *Indian* e *White*. Indivíduos que se identificaram como *Black* e *African* foram agregados na mesma categoria, denominada *African*, como discutido na seção anterior. Raça, por fim, foi categorizada como *African*, *Coloured* e *White*.

*Escolaridade*³². Em Belo Horizonte foi construída uma variável discreta de zero a dezessete anos (pós-graduação) completados com sucesso (ou seja, concluídos e com aprovação). Na Cidade do Cabo, não é possível o cálculo de anos completos de escolaridade com sucesso. As perguntas referentes à escolaridade tratam do número de anos de escolaridade (com o máximo de 12 anos, referentes à conclusão do ensino médio - *matric*) e se o indivíduo já frequentou ou frequenta instituição de ensino superior. Dessa maneira, foram criadas quatro variáveis de escolaridade com o intuito de testar a robustez das medidas alternativas. Foram criadas duas variáveis contínuas. A

³² Ao longo do texto, os termos escolaridade e anos de estudos são utilizados de forma intercambiável, para evitar repetição. Apesar de existirem diferenças entre as ideias de escolaridade e anos de estudos, para os objetivos deste texto, ambas se referem aos recursos adquiridos através da escola.

primeira varia de 0 a 12 e se refere ao número de anos de escolaridade até o ensino médio. A segunda varia de 0 a 15 e adiciona três anos de escolaridade àqueles que declaram frequentar ou ter frequentado instituição de ensino superior. As outras duas variáveis criadas são categóricas e se referem a níveis de escolaridade. A primeira medida ordena as categorias da seguinte maneira: 0 a 9, 10 a 12, e mais de 12. A segunda medida destaca se o indivíduo completou ou não o ensino médio (*matric*): 0 a 9 anos, 10 e 11, 12 (*matric*) e mais de 12. Os resultados entre as quatro medidas convergem, ou seja, não se encontram diferenças relevantes sobre o efeito da escolaridade com as diferentes medidas utilizadas. Nas análises multivariadas foi utilizada a última medida descrita.

Renda. Como medida de renda se usa renda domiciliar per capita, em Belo Horizonte, e renda familiar, para a Cidade do Cabo. Em Belo Horizonte, a variável foi construída pela soma da renda mensal total do domicílio (não só salários, mas também outros rendimentos advindos de aluguéis, pensão, investimentos etc.) dividida pelo número de habitantes desse domicílio. Nos modelos multivariados, usa-se o logaritmo natural da renda per capita, devido à distribuição assimétrica da variável. Na Cidade do Cabo, a única medida de renda disponível no questionário é renda familiar total por estratos de renda³³. Foram utilizadas categorias agregadas de renda, divididas de acordo com as

³³ O banco de dados também fornece a média da renda da vizinhança (distrito). Nas análises exploratórias e bivariadas, os resultados da medida agregada diferem dos resultados encontrados com a medida coletada pelo *survey*. Quando se usa renda média da vizinhança, o efeito da renda se torna mais substantivo, estatisticamente significativo e, adicionalmente, negativo. Assim, indivíduos residentes em áreas de menor renda têm maior probabilidade de participar. Os problemas correntemente levantados sobre o uso de medidas agregadas se referem a questões de falácias ecológicas. Entretanto, a medida de renda familiar presente no questionário também apresenta uma série de problemas: não se sabe a distribuição da renda no domicílio, o número de casos sem informação (*missing cases*) é alto e poderia conter algum viés. Talvez a imputação de dados para a renda familiar trouxesse alguma melhora na estimação, mas está além, no momento, da minha capacidade de operacionalização. Assim, foi escolhido

seguintes categorias: 0 a 1000 R, 1001 a 3000 R, 30001 a 5000 R, 5001 a 10000 R, mais de 10000 R ao mês (em algumas análises, as duas últimas categorias são agregadas).

usar a variável de renda familiar por estar mais próxima da operacionalização utilizada em Belo Horizonte.

3. Raça e Comportamento Político em Belo Horizonte e na Cidade do Cabo

Na amostra de Belo Horizonte, 11,3% dos respondentes declararam participar de ao menos uma organização política e, na amostra da Cidade do Cabo, 16,1% dos respondentes declararam ser ativos em ao menos uma organização política. Em termos de ativismo, o quadro se inverte, com maior proporção de indivíduos ativos em Belo Horizonte (69,2%) do que na Cidade do Cabo (48,5%).

Em Belo Horizonte, dos que declararam participar de alguma atividade política, a maior parte atua em algum sindicato (4,0%) e organização comunitária (3,8%), seguidos de associação profissional (2,8%), partido político (1,3%), orçamento participativo (1,1%), associações empresariais e patronais (0,9%), entidade estudantil (0,6%) e associação de defesa do consumidor (0,4%)³⁴. Na Cidade do Cabo, a maioria dos indivíduos que atuam politicamente declarou participar de partido político (10,9%), seguidos de sindicatos (3,8%), associações profissionais e de negócios (2,5%) e associações de direitos humanos (1,2%)³⁵. Em termos de ativismo, temos o seguinte quadro, para, respectivamente, Belo Horizonte e Cidade do Cabo: reunião em comunidade (26,4% e 31,5%), abaixo-assinado/manifesto (54,6% e 17,4%), campanha de arrecadação (27,9% e 18,2%), boicote (15,5% e 5,2%), passeata (23,7% e 8,7%), greve (14,4% e 8,6%). Especificamente para Belo Horizonte, 1,5% declarou já ter

³⁴Em termos de organizações não políticas, a maioria se declara ativa em associação religiosa (25,9%), seguido de associações de caridade (7,9%), esportivas ou recreativas (5,6%), associações ligadas a temas específicos, como educação e saúde (4,5%), associações de direitos de minorias (3,1%), grupos de jovens não religiosos (0,9%), associações de autoajuda (0,6%).

³⁵ Em termos de organizações não políticas, a maioria se declara ativa em organização religiosa (61%), em associações recreativas/esporte (15,2%), em *community-based associations* (12,5%), caridade (8,5%), *school-based committee* (5,8%).

participado em ocupações de edifícios e, na Cidade do Cabo, 19,5% declararam já terem se mobilizado na comunidade com relação a algum tema (*issue*).

Existem indicações de que a composição, por tipo de organização política e atividades políticas em que indivíduos participam, é distinta, devido à maior participação em organizações políticas na Cidade do Cabo em Belo Horizonte e, por outro lado, maiores índices de participação em ativismo político em Belo Horizonte do que na Cidade do Cabo, assim como as diferenças nos tipos de organizações e formas de ativismos mais proeminentes em cada cidade. Existiriam, então, variações relevantes em termos das características, em especial o perfil racial, dos indivíduos que participam?

3.1. Configuração da participação política

Quando se analisa a distribuição da participação por grupos de raça, encontra-se que raça aparenta ser um atributo relevante para a participação política. Na Cidade do Cabo, indivíduos que se declaram como *African* são nitidamente mais ativos que indivíduos que se declaram como *Coloured* ou *White*. Em Belo Horizonte, encontra-se certa diferença na participação em organizações políticas entre indivíduos de diferentes grupos de cor, sendo brancos proporcionalmente mais ativos do que negros ou pretos e pardos, ao passo que não se encontra diferença relevante em ativismo político entre brancos e negros. Apesar de em ambas as cidades raça e participação política serem associados (pelo menos em uma dimensão)³⁶, a intensidade da associação é aparentemente mais forte na Cidade do Cabo do que em Belo Horizonte. Com relação à participação em organizações políticas, em Belo Horizonte, brancos têm, em média, 1,5

³⁶ Como apontam os testes de qui-quadrado.

vezes mais chances do que negros de participarem. Já na Cidade do Cabo, *Africans* têm, em média, 3,4 e 5,1 vezes mais chances de serem ativos politicamente do que *Whites* e *Coloureds*, respectivamente.

Tabelas 1: Participação Política, segundo Grupos Raciais – Belo Horizonte

Tabela 1.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Raça</i>	Sim (%)	Não (%)
Branco	16,23	83,77
Negro	8,28	91,72
Total	11,30	88,70

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 14,99; graus de liberdade: 1

Tabela 1.2. Ativismo Político

<i>Raça</i>	Sim (%)	Não (%)
Branco	71,5	28,5
Negro	67,8	32,2
Total	69,2	30,8

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 1,50; graus de liberdade: 1

Tabelas 2: Participação Política, segundo Grupos Raciais — Cidade do Cabo

Tabela 2.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Raça</i>	Sim (%)	Não (%)
<i>African</i>	28,87	71,13
<i>Coloured</i>	7,26	92,74
<i>White</i>	10,00	90,00
Total	16,10	83,90

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 encontrado: 85,16, graus de liberdade: 1

Tabela 2.2. Ativismo Político

<i>Raça</i>	Sim (%)	Não (%)
<i>African</i>	54,9	45,1
<i>Coloured</i>	45,2	54,8
<i>White</i>	42,5	57,5
Total	48,5	51,5

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 encontrado: 12,24 ; graus de liberdade: 1

É necessário examinar não só a questão racial, mas verificar se e em que medida os recursos como renda, escolaridade e participação não política estão associados à participação política, seja em organizações políticas, seja no engajamento em ativismo político.

Em termos de renda, identifica-se nitidamente uma diferença entre Belo Horizonte e Cidade do Cabo. Como se pode ver nas tabelas abaixo, em Belo Horizonte, quanto maior o estrato de renda, maior a proporção de indivíduos que são ativos politicamente em organizações políticas, em especial os indivíduos com mais do que quatro salários mínimos de renda domiciliar per capita. Com relação ao ativismo político, pode-se ver que o aumento na proporção de indivíduos que se mobilizam politicamente aumenta de forma menos intensa, assim como não há uma queda na proporção dos indivíduos atuantes politicamente do estrato de um a dois salários mínimos para indivíduos no grupo de dois a três salários mínimos per capita.

Tabelas 3: Participação Política, segundo Renda Familiar Per Capita — Belo

Horizonte

Tabela 3.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Renda Familiar per capita</i>	Sim (%)	Não (%)
Até 1 Salário Mínimo	6,06	93,94
De 1 a 2 Salários Mínimos	5,56	94,44
De 2 a 3 Salários Mínimos	18,18	81,82
De 3 a 4 Salários Mínimos	11,90	88,10
Mais do que 4 Salários Mínimos	37,41	62,59
Total	11,3	88,7

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 106,7; graus de

liberdade: 4

Tabela 3.2 Ativismo Político

<i>Renda Familiar per capita</i>	Sim (%)	Não (%)
Até 1 Salário Mínimo	64,2	35,8
De 1 a 2 Salários Mínimos	70,6	29,4
De 2 a 3 Salários Mínimos	64,6	35,4
De 3 a 4 Salários Mínimos	75,6	24,4
Mais do que 4 Salários Mínimos	77,2	22,8
Total	69,2	30,8

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 9,696; graus de liberdade: 4

Na Cidade do Cabo, encontra-se que a proporção dos indivíduos que participam politicamente pouco varia (ou varia menos nitidamente) em diferentes níveis de renda, e isso vale tanto para participação em organizações política quanto em ativismo político³⁷. Com relação ao ativismo político, nota-se que indivíduos no menor e no maior estratos de renda são mais ativos do que os indivíduos entre eles. De qualquer maneira, as diferenças não são tão substantivas ao ponto de levar a uma dependência estatística significativa entre as variáveis.

³⁷ Os testes de qui-quadrado indicam a associação entre as variáveis de renda e participação em Belo Horizonte, mas os mesmos testes não corroboram a associação entre renda e participação na Cidade do Cabo. É importante lembrar que se fosse usada uma medida distinta de renda (uma medida agregada da renda média da vizinhança), haveria uma associação significativa entre renda e participação, sendo que os indivíduos situados em vizinhanças de menor renda participariam mais do que indivíduos em vizinhança de maior renda média.

Tabelas 4: Participação Política, segundo Renda Familiar — Cidade do Cabo

Tabela 4.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Renda Familiar</i>	Sim (%)	Não (%)
0 a 1000 R	19,34	80,66
1001 a 3000R	19,34	80,66
3001 a 5000 R	19,40	80,60
Mais que 5000 R	15,42	84,58
Total	16,10	83,90

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 encontrado: 1,759; graus de liberdade: 3

Tabela 4.2. Ativismo Político

<i>Renda Familiar</i>	Sim (%)	Não (%)
0 a 1000 R	55,3	44,7
1001 a 3000R	47,5	52,4
3001 a 5000 R	48,7	52,3
Mais que 5000 R	54,7	45,3
Total	48,5	51,5

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 encontrado: 4,246; graus de liberdade: 3

Com relação à escolaridade, encontra-se cenário semelhante. Em Belo Horizonte, nos estratos de maior escolaridade, há maior a proporção de indivíduos que participam politicamente.

Tabelas 5: Participação Política, segundo Níveis de Escolaridade — Belo Horizonte

Horizonte

Tabela 5.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Escolaridade</i>	Sim (%)	Não (%)
0 a 8 anos	4,17	95,83
9 a 11 anos	13,29	86,71
Mais de 11 anos	27,66	72,34
Total	11,30	88,70

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 90,86; grau de liberdade: 2

Tabela 5.2. Ativismo Político

<i>Escolaridade</i>	Sim (%)	Não (%)
0 a 8 anos	63,9	36,1
9 a 11 anos	73,4	26,6
Mais de 11 anos	85,0	15,0
Total	69,2	30,8

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 20,76; graus de liberdade: 2

Por outro lado, na Cidade do Cabo, encontra-se pouca variação na proporção dos indivíduos que participam em organizações políticas, com relação aos níveis de escolaridade. Já referente ao ativismo político, na Cidade do Cabo, encontra-se maior associação com escolaridade, mas ela sugere que indivíduos de menor escolaridade são

mais ativos politicamente³⁸. Interessantemente, tanto a variação de escolaridade quanto a de renda, na Cidade do Cabo, em ativismo político indica uma maior atuação política no menor e no maior nível de escolaridade e renda, com uma baixa nos estratos intermediários.

Tabelas 6: Participação Política, segundo Níveis de Escolaridade — Cidade do Cabo

Tabela 6.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Escolaridade</i>	Sim (%)	Não (%)
0 a 9 anos	15,90	84,10
10 a 12 anos	16,13	83,87
Mais de 12 anos	16,04	83,96
Total	11,30	88,70

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 encontrado: 0,008; graus de liberdade: 2

Tabela 6.2. Ativismo Político

<i>Escolaridade</i>	Sim (%)	Não (%)
0 a 9 anos	53,0	47,0
10 a 12 anos	42,3	57,7
Mais de 12 anos	51,0	49,0
Total	48,5	51,5

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 : 10,18 encontrado; graus de liberdade: 2

Com relação à participação em organizações não políticas, encontra-se que, em ambas as cidades, há associação entre participação política, nas duas dimensões, e não política. Indivíduos que são ativos em organizações não políticas têm mais chances de também ser ativos politicamente do que indivíduos que não participam de organizações não políticas.

³⁸ Os testes de qui-quadrado indicam a associação entre as variáveis de escolaridade e participação em Belo Horizonte, mas os mesmos testes não corroboram a associação entre escolaridade e participação em organizações políticas na Cidade do Cabo, para diferentes medidas de escolaridade. Por outro lado, há uma dependência estatística significativa entre ativismo político e escolaridade na Cidade do Cabo.

Tabelas 7: Participação Política, segundo Participação Não Política — Belo

Horizonte

Tabela 7.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Participação Não Política</i>	<i>Sim (%)</i>	<i>Não (%)</i>
Sim	19,22	80,78
Não	6,40	93,60
Total	11,30	88,70

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 39,105, graus de liberdade: 1

Tabela 7.2. Ativismo Político

<i>Participação Não Política</i>	<i>Sim (%)</i>	<i>Não (%)</i>
Sim	75,74	24,26
Não	65,11	34,89
Total	69,2	30,8

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 12,21; graus de liberdade: 1

Tabelas 8: Participação Política, segundo Participação Não Política — Cidade do

Cabo

Table 8.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Participação Não Política</i>	<i>Sim (%)</i>	<i>Não (%)</i>
Sim	20,79	79,21
Não	5,90	94,10
Total	16,10	83,90

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 encontrado: 39,91, graus de liberdade: 1

Tabela 8.2. Ativismo Político

<i>Participação Não Política</i>	<i>Sim (%)</i>	<i>Não (%)</i>
Sim	56,9	43,1
Não	29,7	70,3
Total	48,5	51,5

Fonte: CTAS, 2005

Notes X^2 encontrado: 70,04; graus de liberdade: 1

Se se fosse narrar uma história sobre os ativistas de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo, teríamos as seguintes personagens prováveis, que retratam o perfil dos ativistas médios:

Com relação à participação em organizações políticas, em Belo Horizonte, a personagem provavelmente seria ativa numa associação comunitária ou em um sindicato, teria cerca de onze anos de escolaridade, ou seja, estaria pelo menos entre os 40% mais escolarizados, com renda per capita de aproximadamente mil e cem reais, o que a coloca aproximadamente entre os 12% de maior renda, e seria mulher³⁹. Já a provável história da nossa personagem sul-africana começaria com sua atuação num partido e seria homem. Como seu perfil de escolaridade e renda é pouco determinado (não se encontrou associação forte entre participação política e essas variáveis), a personagem provavelmente teria os valores modais da população, ou seja, 1001 a 3000 R de renda familiar e de dez a doze anos de escolaridade. Em ambos os casos, nossas personagens seriam provavelmente ativas em alguma associação religiosa. Com relação à raça, o ativista sul-africano muito provavelmente se declararia como *African*, ao passo que, em Belo Horizonte, a personagem se identificaria como branca.

Relativamente ao ativismo político, em Belo Horizonte, a ação mais comum entre a maior parte dos indivíduos que já fizeram um ato político foi assinar algum manifesto — ainda que parte significativa, aproximadamente 40%, dos que já assinaram algum manifesto também já participou em reuniões na comunidade ou em campanhas de arrecadação. Sua renda familiar per capita média é de cerca de seiscentos reais, entre os 23% de maior renda familiar per capita, e com cerca de nove anos de escolaridade (45% com maior escolaridade). A personagem seria, provavelmente, mais uma vez, mulher. Na África do Sul, sua atividade mais provável seria reunir-se com

³⁹ Ainda que neste trabalho a relação entre gênero e comportamento político não seja analisado, pois exige a mobilização de uma considerável literatura específica, encontramos diferenças de participação entre homens e mulheres em ambos os contextos. Em Belo Horizonte, mulheres são mais ativas politicamente que homens (ver Simões, Reis, Biagioni, Fialho e Bueno, 2009) e, na Cidade do Cabo, homens são mais ativos politicamente do que mulheres.

outros na comunidade. Seus valores de renda seriam, como no caso da atuação em organizações políticas, o valor modal da população, e no caso de escolaridade, é mais provável que tivesse entre zero a nove anos de estudo, ou seja, menos escolaridade que a escolaridade modal; a personagem muito provavelmente seria homem. Novamente, em ambos os casos, nossas personagens seriam provavelmente ativas em alguma associação religiosa, simultaneamente ao engajamento em ativismo político. Em Belo Horizonte, é difícil determinar a identificação racial da personagem engajada em ativismo político, mas, tendo em vista que “negros” é a categoria modal da população, pode-se dizer que a personagem se classificaria com negra. Na Cidade do Cabo, por outro lado, há um perfil nítido: nossa personagem se declararia muito provavelmente como *African*.

Moral da história: a identificação racial aparenta ser um fator central na configuração da participação na Cidade do Cabo, o que é menos nítido em Belo Horizonte. Em qualquer forma de participação política, *Africans* são substantivamente mais ativos do que outros grupos, como *Coloureds* e *Whites*. Já em Belo Horizonte, brancos são mais ativos do que negros para a participação em organizações políticas, mesmo que a diferença não seja tão forte como no caso sul-africano. Em termos de ativismo político, não se encontra associação distinguível entre raça e engajamento em atividades políticas. Com relação aos recursos como renda, escolaridade e participação não política: em Belo Horizonte, estar numa posição com maiores recursos aparentemente leva a maiores chances de participação, ao passo que na Cidade do Cabo, os recursos não parecem ter essa função — ou, possivelmente, eles podem causar o efeito inverso. A exceção à regra é a participação não política (principalmente igrejas),

pois esse recurso é relevante nas duas cidades para qualquer forma de participação política.

3.2. Retratos da participação política

Entretanto, de saída, vários desses atributos estão associados: o pertencimento a certo grupo racial/cor tende a ter padrões fortes de associação com níveis de escolaridade e renda. Portanto, é necessário sofisticar um pouco a análise para se identificar os efeitos e as associações entre as variáveis. Dessa maneira, utilizam-se modelos multivariados para identificar o efeito desses atributos na probabilidade de um indivíduo participar politicamente, tanto em organizações políticas quanto em ativismo político.

Mais do que prever as chances de indivíduos negros participarem mais em relação a indivíduos brancos, as hipóteses sobre o comportamento político no Brasil e na África do Sul (e, por consequência, em Belo Horizonte e na Cidade do Cabo) indicam quais os fatores são mais importantes como determinantes na propensão à atuação política e, assim, qual é o perfil dos indivíduos que participam politicamente. Ou seja, a teoria sobre comportamento político diz pouco sobre as chances de uma categoria com relação à outra (o que usualmente se faz quando se interpreta coeficientes de regressões logísticas com variáveis independentes categóricas), mas, por outro lado, apresenta fortes conjecturas acerca das probabilidades de participação de um determinado grupo (*Africans*, na África do Sul, indivíduos com alta escolaridade e renda, no Brasil) e, assim, predizem qual a variação dessas probabilidades (quanto maior a renda, maior a probabilidade de participar). Portanto, pode-se trabalhar com perfis, com o controle de atributos de interesse (indivíduos de maior renda, mas com distintas identificações raciais, terão mais ou menos probabilidade de participar,

dependendo da hipótese). Ao trabalhar com probabilidades e não razões de chances, o método traz informações mais substantivas aos testes de hipóteses. De qualquer maneira, é necessário fazer uma nota de esclarecimento. Não se trata de afirmar que interpretar coeficientes por razões de chance é equivocado, está propenso ao erro ou mesmo que não é recomendado para nenhum desenho de pesquisa, mas, uma vez que a razão de chance implica a razão entre dois grupos, ou seja, uma distribuição de probabilidades conjunta entre duas variáveis binárias aleatórias, a interpretação é mais complexa do que o necessário, dada a existência de alternativas mais, a princípio, intuitivas, como a probabilidade predita⁴⁰.

Além dessas vantagens analíticas, Reis (1991) já chamava a atenção para o fetichismo do “tabelão” e do uso ritualístico do método, principalmente pela mobilização pouco reflexiva significância estatística (Gelman e Stern, 2005), que frequentemente ocorre na análise de coeficientes de regressão (donde se calculam as razões de chance). King, Tomz e Wittenberg (2001) se somam a esse coro e trazem uma alternativa para a análise e apresentação dos dados, baseada em três princípios: apresentar estimativas numéricas referentes *a quantidades de interesse substantivo*, incluir medidas de incerteza acerca das estimativas e simplificar a apresentação dos resultados, de forma a não exigir conhecimento especializado. Por quantidades de interesse substantivo, King *et. al.* se referem a valores teoricamente significativos (como valores e categorias específicos) das variáveis independentes. Assim, se o foco da análise é o efeito da raça sobre a participação política, é possível simular probabilidades

⁴⁰ A citação a seguir exemplifica bem como se distingue a interpretação de um dado por probabilidade e como ela se dá por razão de chance: “Everything starts with the concept of probability. Let's say that the probability of success of some event is 0.8. Then the probability of failure is $1 - 0.8 = 0.2$. The odds of success are defined as the ratio of the probability of success over the probability of failure. In our example, the odds of success are $0.8/0.2 = 4$. That is to say that the odds of success are 4 to 1. If the probability of success is 0.5, i.e., 50-50 percent chance, then the odds of success is 1 to 1” (UCLA, 2010)

de, por exemplo, participação política de indivíduos do mesmo grupo racial, mas com escolaridade e renda em diferentes níveis — assim com é possível simular a probabilidade de indivíduos em diferentes grupos raciais, mas com os mesmos níveis de escolaridade e renda (por exemplo, a probabilidade de participar de indivíduos negros e com ensino superior *versus* a probabilidade de indivíduos negros sem ensino superior). Dessa maneira, em modelos logísticos (que serão utilizados neste trabalho), em vez de se concentrar em coeficientes (e *odds-ratio*) e níveis de significância estatística, propõe-se trabalhar com estimativas de valores e probabilidades preditas (que sempre variam de 0 a 1) e com os intervalos de confiança dessas estimativas (em vez de níveis de significância). Mais: os valores esperados e probabilidades preditas podem ser definidos a partir de valores substantivos das variáveis independentes, não somente a partir médias ou categorias de referência.

Numa tentativa de seguir esses princípios advogados por King e outros, a análise dos resultados se concentrará nos valores esperados e probabilidades preditas a partir de quantidades de interesse, orientados pelo modelo baseado em recursos. Em outras palavras, de modo que a interpretação dos resultados será orientada a partir das simulações de valores esperados e probabilidades preditas feitas com base nos modelos de regressão (cujas tabelas se encontram no apêndice⁴¹). As tabelas apresentam tanto a estimativa da média do valor esperado quanto os intervalos de confiança dessas estimativas (com 95% de confiança). Dessa maneira, caso se queira identificar se passagem de um nível de primário para um nível superior de escolaridade eleva a probabilidade de participar politicamente, deve-se olhar não só para as estimativas das médias, mas também para os intervalos de confiança. Se os intervalos se sobrepõem, é

⁴¹ Ver apêndice I.

provável que não existam diferenças entre os dois níveis de escolaridade. Logo, se os intervalos não se sobrepõem, pode-se inferir, com certa confiança, que existem diferenças de probabilidades entre os níveis. Assim como no caso da significância estatística, essa leitura dos dados não deve ser levada a ferro e fogo, uma vez que há fatores (como o tamanho amostral, a especificação do modelo e nível de confiança para as construções do intervalo de confiança) que afetam a estimativa das probabilidades e, por isso, devem ser olhados para a identificação de tendências.

Antes de analisar os valores específicos de cada variável, é necessário especificar o modelo multivariado, não só em termos analíticos (como feito até o momento), mas também é necessário verificar sua robustez empírica. Foram construídos vários modelos de regressão logística para identificar o efeito de cada variável. Os modelos foram construídos de maneira a incluir as variáveis relevantes passo a passo e, assim, identificar seus efeitos paulatinamente. Foram construídos quatro modelos para cada variável dependente (ativismo e participação em organizações políticas: 1) raça como única variável independente; 2) renda e escolaridade como variáveis independentes (modelo socioeconômico); 3) raça, renda e escolaridade como variáveis independentes, e 4) modelo completo: raça, renda, escolaridade e participação não política como variáveis independentes.

Primeiro, é interessante avaliar o ajuste dos quatro modelos nas figuras abaixo. A curva ROC avalia comparativamente as performances dos modelos. A linha diagonal representa como seria a curva ROC⁴² caso os resultados fossem selecionados aleatoriamente (ou seja, sem relação com os dados). O topo do canto

⁴² A definição técnica do ROC (*Receiver Operator Characteristic*) é: “*This obscure terminology comes from signal processing theory, where the receiver [a decision maker in our framework] must decide whether each item in a string of noisy binary data is really a 0 or a 1.*” (King e Zeng, 2001, p. 640).

superior direito representa 100% de 1s e 0s corretamente preditos. Quanto mais próximo do canto superior direito, melhor é o ajuste do modelo (King e Zeng, 2001).

Belo Horizonte — Modelos de Participação em Organizações Políticas

Figura 1: Raça *versus* Socioeconômico

Figura 2: Socioeconômico *versus* Modelo Completo

Na figura 1 acima, a linha sólida representa o modelo 1 (somente com raça) e a linha tracejada representa o modelo 2 (socioeconômico, somente com escolaridade e renda). Como pode ser visto, o modelo socioeconômico é nitidamente superior ao modelo somente com raça, em termos de ajuste preditivo. Na figura 2, a linha sólida representa o modelo socioeconômico, e a linha tracejada representa o modelo completo (renda, escolaridade, raça e participação não política). O modelo completo apresenta melhor ajuste do que o modelo socioeconômico, ainda que não tão claramente; o modelo socioeconômico é melhor do que o modelo somente com raça, o que indica que a melhora em termos de ajuste do modelo completo é

marginal. De qualquer maneira, as duas figuras já indicam a importância das variáveis socioeconômicas para Belo Horizonte para a predição da participação em organizações políticas.

Belo Horizonte — Modelos de Participação em Ativismo Político

Figura 3: Raça *versus* Socioeconômico

Figura 4: Socioeconômico *versus* Modelo Completo

Na figura 3, a linha sólida representa o modelo somente com raça, e a linha tracejada indica o acerto do modelo socioeconômico para a predição do ativismo político em Belo Horizonte. Assim como ocorreu nos modelos sobre participação em organizações política, o modelo somente com raça é pouco — ou nada — preditivo, e o modelo socioeconômico apresenta melhor desempenho preditivo. E, novamente, o modelo completo apresenta melhor ajuste do que o modelo socioeconômico, e é mais nítida a melhora no ajuste do modelo completo do que na participação em organizações políticas. Entretanto, em termos gerais, os modelos

tiveram melhor desempenho em termos de capacidade de predição para a participação em organizações políticas do que em ativismo político.

Cidade do Cabo — Participação em Organizações Políticas

Figura 5: Raça *versus*

Socioeconômico

Figura 6: Raça *versus* Modelo

Completo

As figuras 5 e 6, por sua vez, referem-se à África do Sul, para a participação em organizações políticas. Na figura 5, a linha sólida representa o modelo 1, só com raça como variável independente, e a linha tracejada indica o desempenho do modelo socioeconômico, que é composto das variáveis de educação e renda. Como pode ser visto, ocorre exatamente o oposto do que foi encontrado em Belo Horizonte. O modelo somente com raça apresenta nitidamente melhor ajuste do que o modelo que inclui renda e escolaridade. Na figura seguinte, compara-se o modelo completo (com renda, escolaridade, raça e participação não política) com o modelo somente com raça (que mostrou melhor desempenho do que o socioeconômico). Dessa vez, encontra-se o mesmo padrão do que em Belo Horizonte: o modelo

completo possui melhor ajuste preditivo do que o modelo somente com raça, ainda que o incremento seja marginal.

Cidade do Cabo — Participação em Ativismo Político

Figura 7: Raça *versus*

Socioeconômico

Figura 8: Raça *versus* Modelo

Completo

Os testes de ajuste de modelo para ativismo político, na Cidade do Cabo, comportam-se distintamente dos testes para participação em organizações políticas. Na figura 7, a linha sólida representa o modelo somente com raça, e a linha tracejada representa o modelo socioeconômico. O ajuste do modelo somente com raça é marginalmente inferior ao ajuste do modelo socioeconômico. Já na figura 8, a linha sólida representa o modelo somente com raça, e a linha tracejada representa o modelo completo. Como se pode ver, o modelo completo é nitidamente superior ao modelo somente com raça.

Esses testes de ajustes já mostram dois pontos relevantes. Em primeiro lugar, o modelo completo é robusto não só analiticamente, como também empiricamente. Em segundo lugar, pela simples análise dos ajustes dos modelos, já se notam diferenças relevantes em termos da importância das variáveis socioeconômicas e raça em Belo Horizonte e na Cidade do Cabo, com a aparente maior relevância da renda e educação como determinantes naquela cidade e da raça nesta.

Uma vez definido o modelo (com renda, escolaridade, raça e participação em organizações não políticas como variáveis independentes), é necessário passar às estimativas das variáveis independentes⁴³. Esse passo é necessário para determinar o efeito de cada variável mantendo constantes os valores das outras variáveis independentes⁴⁴ e, assim, controlar o efeito de cada variável independente pelas outras do modelo. É importante notar que, na maioria absoluta das simulações realizadas, a probabilidade de participar é substantivamente maior com relação a ativismo do que para a participação em organizações políticas. Isso se deve, primeiramente, às diferenças na proporção amostral que se declararam participar em organizações e em formas de ativismo político. Dessa maneira, a descrição e interpretação dos resultados se concentrarão não nas diferenças nas probabilidades preditas para cada tipo de variável de comportamento político aqui analisado, mas sim em como o efeito da raça e dos outros recursos (anos de estudos, renda e participação não política) para cada tipo coincidem ou diferem. Além disso, é necessário apontar que serão analisadas as tendências das probabilidades, de modo que as médias dos valores esperados e os

⁴³ Modelo 4 nas tabelas 1 e 2 no apêndice I.

⁴⁴ Na análise de cada variável independente, as outras variáveis independentes são mantidas constantes nos seus valores modais.

limites dos intervalos de confiança, apesar de ser a principal referência, não serão tomados de forma extremamente rígida. Assim, pequenas sobreposições (tendo em vista a amplitude total do intervalo) entre duas categorias da mesma variável não invalidam ou corroboram interpretações gerais sobre o comportamento de determinada variável. Por exemplo, num intervalo de 0,07 a 0,14 e outro de 0,10 a 0,24, a sobreposição é substantiva, uma vez que cerca de 50% do primeiro intervalo está sobreposto no segundo intervalo. Já, por exemplo, os intervalos (0,03 a 0,07 e 0,07 a 0,13), têm uma pequena sobreposição, somente no ponto 0,07, em intervalos de amplitude semelhante. Assim, cada variável será descrita separadamente tendo em vista essa orientação geral.

Em Belo Horizonte, nota-se que aumento da escolaridade eleva a probabilidade de se participar em organizações e em ativismo políticos, como se pode ver pelas tabelas 9.1 e 9.2 abaixo. Nota-se um aumento gradual da probabilidade média de participar em cada nível definido de escolaridade. Indivíduos com onze anos de escolaridade já possuem nitidamente maior probabilidade de participar do que indivíduos com quatro anos, e indivíduos com quinze anos tem maior probabilidade que indivíduos com quatro e oito anos. Indivíduos com onze e quinze anos têm probabilidades de participação que se sobrepõem de maneira significativa, ainda que a estimativa média para quinze anos seja maior do que para onze anos. Com relação ao ativismo político, encontra-se padrão semelhante, com o aumento médio das estimativas a cada nível de escolaridade definido. De qualquer maneira, para todos os níveis, há alguma sobreposição, mesmo que bastante pequena, entre os intervalos de confiança. Isso indica que, apesar de escolaridade ser um fator relevante para o ativismo, seus efeitos são mais fracos do que para a participação em organizações políticas.

Tabela 9.1. Probabilidade de Participação em Organizações Políticas, segundo Níveis de Escolaridade — Belo Horizonte

Escolaridade	Valor esperado (com intervalo de 95% de confiança)
4 anos	0,04 (0,02, 0,06)
8 anos	0,07 (0,05, 0,09)
11 anos	0,10 (0,07, 0,14)
15 anos	0,16 (0,10, 0,24)

Fonte: PRMBH, 2005

Tabela 9.2. Probabilidade de Engajamento em Ativismo Político, segundo Níveis de Escolaridade — Belo Horizonte

Escolaridade	Valor esperado (com intervalo de 95% de confiança)
4 anos	0,65 (0,59, 0,70)
8 anos	0,70 (0,67, 0,73)
11 anos	0,73 (0,69, 0,76)
15 anos	0,76 (0,70, 0,82)

Fonte: PRMBH, 2005

Na Cidade do Cabo, encontramos resultados distintos com relação a Belo Horizonte e, ainda, com certas diferenças entre os tipos de participação política. Encontra-se que a variação em níveis de escolaridade não altera substantivamente a probabilidade de se participar politicamente, mantendo outras variáveis constantes. Como mostra a tabela abaixo, ainda que a probabilidade média cresça, os intervalos mostram uma sobreposição bastante relevante em todos os níveis de escolaridade. Com relação ao ativismo político, nota-se uma tendência com algumas diferenças. Semelhantemente ao encontrado na análise bivariada, os extremos inferior e superior de

escolaridade tendem a mostrar maior probabilidade à participação do que os níveis intermediários de escolaridade (apesar de sobreposição relevante), o que torna difícil inferir algum efeito significativo às categorias dos extremos inferior e superior de escolaridade.

Tabela 10.1. Probabilidade de Participação em Organizações Políticas, segundo Níveis de Escolaridade — Cidade do Cabo

Escolaridade	Valor esperado (com intervalo de 95% de confiança)
0 a 9 anos	0,142 (0,105, 0,190)
9 a 11 anos	0,127 (0,086, 0,179)
12 anos (<i>matric</i>)	0,142 (0,094, 0,203)
Mais do que 12 anos	0,179 (0,125, 0,244)

Fonte: CTAS, 2005

Tabela 10.2. Probabilidade de Engajamento em Ativismo Político, segundo Níveis de Escolaridade — Cidade do Cabo

Escolaridade	Valor esperado (com intervalo de 95% de confiança)
De 0 a 9 anos	0,55 (0,49, 0,61)
De 9 a 11 anos	0,44 (0,37, 0,51)
12 anos (<i>matric</i>)	0,40 (0,31, 0,48)
Mais do que 12 anos	0,55 (0,46, 0,63)

Fonte: CTAS, 2005

Referente à renda, encontram-se padrões semelhantes à escolaridade. Ainda que para as duas maneiras de atuação política, um aumento na renda mostre uma tendência ao aumento da probabilidade de participação em organizações política e em ativismo político, essa tendência é mais nítida para a participação em organizações políticas. Como se pode

ver na tabela abaixo, há pouca sobreposição entre os intervalos de confiança dos percentis mais altos (80º e 90º) comparada aos mais baixos (10º e 20º).

Tabela 11.1. Probabilidade de Participação em Organizações Políticas, segundo Níveis de Renda Familiar Per Capita — Belo Horizonte

Renda Familiar per capita	Valor esperado (com intervalo de 95% de confiança)
10%	0,05 (0,03, 0,07)
20%	0,05 (0,03, 0,08)
40%	0,06 (0,05, 0,09)
60%	0,08 (0,06, 0,10)
80%	0,10 (0,07, 0,13)
90%	0,12 (0,09, 0,18)

Fonte: PRMBH, 2005

Com relação ao ativismo, a sobreposição das probabilidades de participação entre os níveis de renda é bastante significativa. Com intervalos de confiança menos rigorosos (como de 90% de confiança), haveria alguma sobreposição entre os níveis de renda, apesar de menos significativa do que com intervalos mais rigorosos, de modo que os resultados apontariam para uma tendência mais nítida (ainda que pouco robusta) de associação positiva entre renda e ativismo.

Tabela 11.2. Probabilidade de Engajamento em Ativismo Político, segundo Níveis de Renda — Belo Horizonte

Renda Familiar per capita	Valor esperado (com intervalo de 95% de confiança)
10%	0,66 (0,59, 0,72)
20%	0,67 (0,62, 0,72)
40%	0,69 (0,65, 0,72)
60%	0,71 (0,67, 0,74)
80%	0,73 (0,68, 0,77)
90%	0,75 (0,68, 0,80)

Fonte: PRMBH, 2005

Na Cidade do Cabo, o aumento da renda mostra algum efeito positivo na probabilidade de participar em organizações políticas. Mas, como ocorre com escolaridade, os intervalos se sobrepõem significativamente (mesmo com intervalos de confiança mais permissivos, como de 90% de confiança), sendo difícil identificar um padrão muito claro em que o aumento da renda eleva também a probabilidade de participar.

Tabela 12.1. Probabilidade de Participação em Organizações Políticas, segundo Níveis de Renda Familiar Per Capita — Cidade do Cabo

Renda familiar	Valor esperado (com intervalo de 95% de confiança)
0 a 1000 R	0,105 (0,066, 0,158)
10001 a 3000R	0,131 (0,093, 0,178)
3001 a 5000R	0,183 (0,128, 0,247)
Mais do que 5000 R	0,157 (0,098, 0,237)

Fonte: CTAS, 2005

Na Cidade do Cabo, renda e ativismo político também apresentam sobreposição relevante entre as probabilidades de participar por estratos de renda. Entretanto, como ocorreu com escolaridade, indivíduos nos estratos inferiores têm probabilidades *médias* maiores do que nos estratos médios (neste caso, a média de 0 a 1000R é muito semelhantes à média do estrato 3001 a 5000R e maior do que a média do estrato de 1001 a 3000R). De qualquer maneira, esse padrão não linear é substantivamente menos claro para renda do que para escolaridade.

Tabela 12.2. Probabilidade de Engajamento em Ativismo Político, segundo Níveis de Renda Familiar Per Capita — Cidade do Cabo

Renda Familiar	Valor esperado (com intervalo de 95% de confiança)
De 0 a 1000 R	0,49 (0,40, 0,58)
De 10001 a 3000R	0,44 (0,37, 0,51)
De 3001 a 5000R	0,49 (0,41, 0,56)
Mais de 5000R	0,59 (0,51, 0,67)

Fonte: CTAS, 2005

Para a análise do efeito da participação em organização não política e do pertencimento ao grupo racial, serão utilizadas “primeira diferença” e “risco relativo”, que são adequadas para comparar o efeito da variação entre categorias de variáveis nominais, como raça. A “primeira diferença” e o “risco relativo” ainda permitem — como nas análises anteriores — determinar o efeito das variáveis mantendo as outras variáveis independentes constantes, mas, além disso, também tornam possível identificar as diferenças em probabilidade e risco ao se passar de uma categoria para outra. Isso é relevante porque, em especial para a análise da raça, é importante analisar as diferenças entre os grupos, uma vez que as hipóteses e expectativas sobre o efeito da

raça no comportamento política tratam da relação entre grupos raciais. Mais especificamente, as primeiras diferenças são o aumento na probabilidade da mudança de uma categoria para outra⁴⁵. O risco relativo é o fator pelo qual a probabilidade aumenta, quando a variável explanatória muda de uma categoria para outra (X_0 to X_1)⁴⁶. Assim, quando o intervalo da primeira diferença contém o zero (0) e o intervalo do risco relativo contém o um (1), significa que não se encontra diferença substantiva entre as categorias em análise.

Participar em alguma organização não política tem os mesmos efeitos nas duas cidades e nas duas formas de atuação política em análise: participar em alguma organização não política leva a maior probabilidade de participação. Os resultados da Cidade do Cabo, por sua vez, parecem indicar que pertencer a essas organizações tem efeitos mais fortes do que em Belo Horizonte. Mais: o efeito de participar em organização não política aparenta ser maior para a participação em organizações não políticas do que para o ativismo político.

Tabela 13.1. Participação em Organizações Políticas e Ativismo Político, por Participação Não Política — Belo Horizonte

De não ativo para ativo (em organizações não políticas)	Risco Relativo (com intervalo de 95% de confiança)	Primeira Diferença (com intervalo de 95% de confiança)
Belo Horizonte Organizações Políticas	1,79 (1,122, 2,673)	0,05 (0,01, 0,08)
Belo Horizonte Ativismo	1,13 (1,03, 1,24)	0,08 (0,02, 0,15)

Fonte: PRMBH, 2005

⁴⁵ Ou seja, $\Pr(Y = 1|X_1) - \Pr(Y = 1|X_0)$.

⁴⁶ Ou seja, $\Pr(Y = 1|X_1) / \Pr(Y = 1|X_0)$.

Tabela 13.2. Participação em Organizações Políticas e Ativismo Político, por Participação Não Política — Cidade do Cabo

De não ativo para ativo (em organizações não políticas)	Risco Relativo (com intervalo de 95% de confiança)	Primeira Diferença (com intervalo de 95% de confiança)
Cidade do Cabo	3,06	0,12
Organizações Políticas	(1,77, 4,97)	(0,08, 0,16)
Cidade do Cabo	1,65	0,21
Ativismo	(1,35, 2,05)	(0,14, 0,29)

Fonte: CTAS, 2005

Já foi encontrado que Belo Horizonte e Cidade do Cabo possuem diferenças relevantes em termos dos recursos como determinantes à participação política. Resta saber, portanto, como raça se comporta, uma vez controlada por esses recursos — ou seja, qual o papel da raça como determinante a participação. Em síntese, a análise multivariada mostra que: tanto para ativismo quanto para participação em organizações políticas, raça se mostra relevante para o caso sul-africano e não aparenta importar para o caso brasileiro.

Tabela 14.1. Participação em Organizações Políticas e Ativismo, por Grupo Racial — Belo Horizonte

De Negro para Branco	Risco Relativo (com intervalo de 95% de confiança)	Primeira Diferença (com intervalo de 95% de confiança)
Participação em	0,953	-0,005
Organizações Políticas	(0,565, 1,464)	(-0,041, 0,032)
Ativismo Político	0,93	-0,04
	(0,84, 1,04)	(-0,11, 0,03)

Fonte: PRMBH, 2005

No caso belorizontino, tanto para participação em organizações políticas como em ativismo, pode-se ver que o intervalo da primeira diferença entre a probabilidade de brancos e negros passa pelo zero, assim como que o intervalo do risco relativo de brancos e negros passa por um. Portanto, não se encontra diferença substantiva entre brancos e negros na probabilidade de participar de organizações políticas — mesmo se se considera um intervalo de confiança menos rígido, como 90%.

Tabela 14.2. Participação em Organizações Políticas e Ativismo Político, por Grupo Racial — Cidade do Cabo

	Risco Relativo (com intervalo de 95% de confiança)	Primeira Diferença (com intervalo de 95% de confiança)
De <i>White</i> para <i>African</i> Participação em Organizações Políticas	3,018 (1,508, 5,684)	0,177 (0,0856, 0,256)
De <i>Coloured</i> para <i>African</i> Participação em Organizações Políticas	4,138 (2,672, 6,242)	0,210 (0,152, 0,273)
De <i>White</i> para <i>Coloured</i> Participação em Organizações Políticas	0,765 (0,358, 1,448)	-0,030 (-0,105, 0,027)
De <i>White</i> para <i>African</i> Ativismo	1,45 (1,07, 1,98)	0,17 (0,03, 0,29)
De <i>Coloured</i> para <i>African</i> Ativismo	1,24 (1,04, 1,46)	0,10 (0,02, 0,19)
De <i>White</i> para <i>Coloured</i> Ativismo	1,17 (0,86, 1,59)	0,05 (-0,06, 0,18)

Fonte: CTAS, 2005

Por outro lado, na Cidade do Cabo, pertencer ao grupo *African* leva a maior probabilidade de participar, com relação tanto a *White* quanto a *Coloured*. Não se nota

diferença substantiva na probabilidade de participar entre *Coloured* e *White*. Entretanto, aparentemente, pertencer ao grupo *African* gera efeitos mais significativos para a participação em organizações políticas do que para o ativismo político, uma vez que a magnitude média do risco relativo é maior para as análises da participação em organizações políticas do que para a análise do ativismo político.

Esses resultados multivariados convergem com os resultados encontrados na análise bivariada dos dados, apesar de ficar mais nítido com esse tipo de análise que raça não é atributo que distingue quem participa e quem não participa em Belo Horizonte. Entretanto, esses resultados podem ser pouco convincentes, uma vez que sabemos que as variáveis independentes dos modelos são altamente associadas, colocando em xeque a estimativa dos coeficientes — e, assim, as simulações de probabilidades. Esse problema é, em certa medida, incontornável, mas existem algumas maneiras de tentar tornar os resultados mais substantivos — mesmo que não resolva o problema de saída da associação entre as variáveis.

Podem ser simuladas as probabilidades e valores esperados de acordo com os perfis teoricamente relevantes (*valores substantivos de interesse*), o que facilita o teste das hipóteses que orientam a análise. Dessa maneira, pode-se avaliar com um pouco mais de clareza o efeito da raça e sua relação com os recursos como determinantes da participação política.

As tabelas que se seguem apresentam os valores esperados referentes à probabilidade de participação para os indivíduos com perfis definidos de acordo com a raça, posse de recursos socioeconômicos e participação em associação não política. Indivíduos com baixa escolaridade e renda são intitulados “baixo”, com escolaridade e

renda medianas e modais são denominados “modal” e “mediano” e com escolaridade e renda altas são denominados “alto”⁴⁷.

Uma palavra de cautela: as simulações e estimações das probabilidades dos tipos específicos exigem que se estabeleçam vários parâmetros, o que, devido ao baixo n amostral desses tipos específicos, leva a estimativas menos precisas e intervalos maiores. Assim, os resultados dos tipos devem ser entendidos mais como tendências do que lidos rigidamente.

Em Belo Horizonte, pode-ser ver pela tabela abaixo que não encontramos diferenças relevantes entre negros e brancos em diversos níveis em termos de posse de recursos⁴⁸, pois há uma sobreposição clara dos intervalos de confiança e valores muito próximos das médias das estimativas de probabilidades. E, para todos os grupos raciais e níveis de recurso, participar numa organização não política eleva a probabilidade de participar. Contudo, pode-se ver que ser mais escolarizado e ter mais renda certamente elevam a probabilidade de participar: indivíduos com grande posse de recursos têm probabilidades substantivamente maiores do que indivíduos com pequena posse de recursos. Além do mais, nota-se um crescimento claro na probabilidade de participar para cada aumento no nível de recurso.

⁴⁷ A definição de baixo, mediano e alto, no caso belorizontino, foi aritmética. É baixa aqueles com valor no primeiro quartil (25%) de *renda e escolaridade*, mediana aqueles com valores na mediana, ou seja, 50% dos casos, e alta aqueles com valor no terceiro quartil, 75%.

⁴⁸ A primeira diferença, contrastando as probabilidades de um grupo em relação a outro, entre negros e brancos, corrobora esse resultado.

Tabela 15.1. Probabilidade de Participação em Organizações Políticas, segundo Raça, Níveis de Recursos e Participação Não Política —Belo Horizonte

	Não Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)	Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)
Branco – Baixo	0,02 (0,01, 0,04)	0,05 (0,02, 0,09)
Branco – Mediano	0,05 (0,03, 0,08)	0,10 (0,05, 0,15)
Branco – Alto	0,10 (0,06, 0,14)	0,16 (0,10, 0,23)
Negro – Baixo	0,02 (0,017, 0,04)	0,05 (0,02, 0,08)
Negro – Mediano	0,06 (0,04, 0,08)	0,10 (0,07, 0,14)
Negro – Alto	0,10 (0,07, 0,15)	0,18 (0,12, 0,24)

Fonte: PRMBH, 2005

Mais uma vez, não há relação nítida entre raça e ativismo político em Belo Horizonte. As probabilidades de participação de brancos e negros são bastante semelhantes para os diversos níveis de recursos, para indivíduos que participam e não participam em organização não política. Quanto maior o nível de recursos, nota-se certo aumento nos valores médios esperados da probabilidade a participar. Apesar desse aumento, ainda há sobreposição entre os intervalos de confiança em diversos níveis, o que indica que o efeito dos recursos é menos intenso para ativismo político do que para participação em organizações políticas.

Tabela 15.2. Probabilidade de Engajamento em Ativismo, segundo Raça, Níveis de Recursos e Participação Não Política — Belo Horizonte

	Não Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)	Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)
Branco – Baixo	0,56 (0,46, 0,65)	0,66 (0,57, 0,75)
Branco – Mediano	0,63 (0,56, 0,69)	0,72 (0,65, 0,79)
Branco – Alto	0,68 (0,61, 0,75)	0,77 (0,70, 0,82)
Negro – Baixo	0,61 (0,55, 0,67)	0,70 (0,63, 0,77)
Negro – Mediano	0,67 (0,63, 0,72)	0,76 (0,70, 0,81)
Negro - Alto	0,73 (0,67, 0,78)	0,80 (0,75, 0,85)

Fonte: PRMBH, 2005

Na Cidade do Cabo, por outro lado, encontramos que *African* tem mais probabilidade de participar do que *White* e *Coloured* em diversos níveis de recursos⁴⁹, tanto em participação em organizações políticas quanto em ativismo político.

⁴⁹ A primeira diferença, contrastando as probabilidades de um grupo em relação a outro, entre *African*, *Coloured* e *White*, corrobora esse resultado.

Tabela 16.1. Probabilidade de Participação em Organizações Políticas, segundo Raça, Níveis de Recursos e Participação Não Política — Cidade do Cabo

	Não Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)	Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)
<i>Coloured</i> – Baixo	0,02 (0,01, 0,04)	0,06 (0,03, 0,11)
<i>Coloured</i> – Modal	0,02 (0,01, 0,04)	0,07 (0,03, 0,12)
<i>Coloured</i> – Alto	0,04 (0,02, 0,09)	0,14 (0,08, 0,22)
<i>White</i> – Baixo	0,04 (0,01, 0,08)	0,12 (0,05, 0,22)
<i>White</i> – Modal	0,04 (0,01, 0,09)	0,14 (0,06, 0,26)
<i>White</i> – Alto	0,08 (0,03, 0,16)	0,23 (0,13, 0,35)
<i>African</i> – Baixo	0,09 (0,05, 0,16)	0,26 (0,18, 0,36)
<i>African</i> – Modal	0,11 (0,05, 0,18)	0,28 (0,19, 0,39)
<i>African</i> – Alto	0,20 (0,10, 0,34)	0,45 (0,30, 0,61)

Fonte: CTAS, 2005

Tabela 16.2. Probabilidade de Engajamento em Ativismo, segundo Raça, Níveis de Recursos e Participação Não Política — Cidade do Cabo

	Não Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)	Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)
<i>Coloured</i> – Baixo	0,34 (0,25, 0,45)	0,56 (0,46, 0,66)
<i>Coloured</i> – Modal	0,22 (0,14, 0,30)	0,40 (0,30, 0,50)
<i>Coloured</i> – Alto	0,44 (0,33, 0,57)	0,66 (0,55, 0,75)
<i>White</i> – Baixo	0,25 (0,15, 0,39)	0,45 (0,30, 0,60)
<i>White</i> – Modal	0,25 (0,15, 0,37)	0,45 (0,30, 0,60)
<i>White</i> – Alto	0,38 (0,27, 0,51)	0,59 (0,47, 0,70)
<i>African</i> – Baixo	0,45 (0,34, 0,56)	0,66 (0,58, 0,74)
<i>African</i> – Modal	0,29 (0,20, 0,40)	0,51 (0,41, 0,59)
<i>African</i> – Alto	0,55 (0,42, 0,68)	0,74 (0,65, 0,83)

Fonte: CTAS, 2005

Nota-se que, dentro dos grupos raciais, há certo aumento das estimativas médias da probabilidade de participar, especialmente da passagem dos níveis baixos e modal tenha certo aumento para os níveis alto. Por exemplo, indivíduos *White* com baixos níveis de recurso têm menor probabilidade *média* de participar do que indivíduos *White* com níveis altos de recursos. De qualquer maneira, os intervalos se sobrepõem

significativamente para quase todos os níveis de recurso. Mais: indivíduos que se declaram *African* têm probabilidade média mais elevada do que indivíduos que se declaram como *White* e como *Coloured*, independentemente do nível de recursos, mesmo que existam sobreposições relevantes entre os intervalos de confiança.

Para o ativismo político, indivíduos *African* apresentam maior probabilidade média de participar do que os indivíduos *White* e *Coloured*, nos diversos níveis de recursos. E, diferentemente da participação em organizações políticas, os recursos aparentam gerar algum tipo efeito na propensão à participação. Entretanto, tanto para indivíduos *African* quanto para *Coloured*, esses recursos não aparentam ter efeito linear, uma vez que a probabilidade de participar é maior nos níveis mais baixo e alto, com uma queda no patamar médio de posse de recursos.

3.3. Síntese

A análise mostra que as configurações da participação em Belo Horizonte e na Cidade do Cabo são bastante distintas. Apesar das já conhecidas similaridades entre os dois países (Schmitter, 1996; Lieberman, 2003), o papel da raça em duas importantes cidades apresenta diferenças relevantes.

Em Belo Horizonte, raça, uma vez controlada por outras variáveis, não mostra efeito relevante na probabilidade de participar, ou seja, pertencer a um grupo racial não é suficiente para distinguir aqueles que participam e os que não participam politicamente, quando se levam recursos em consideração. Por outro lado, na Cidade do Cabo, o pertencimento a um grupo racial é o fator mais substantivo para elevar a probabilidade de participação: declarar-se como *African* é o principal atributo que distingue os indivíduos ativos e os não ativos politicamente. Com relação aos recursos:

encontra-se que, tanto em Belo Horizonte quanto na Cidade do Cabo, participar numa organização não política eleva as probabilidades de se participar politicamente. Em Belo Horizonte, renda e escolaridade se mostram como os determinantes principais para participar politicamente. Por outro lado, na África do Sul, renda e escolaridade não foram, na maior parte dos casos, variáveis relevantes para elevar a probabilidade de participação.

Secundariamente, em ambas as cidades, a participação em organizações não políticas se mostrou um determinante relevante à participação política. Embora esse achado seja significativo, devido à importância do conceito de habilidades cívicas na literatura sobre comportamento político e também devido ao fato de a principal participação em organização não política nessas duas cidades serem associações religiosas, esse não é o foco deste trabalho. Além do mais, os problemas de mensuração e potencial endogeneidade fazem com que o achado seja visto com mais cuidado. Adicionalmente, também se encontraram algumas diferenças entre os resultados para a participação em organizações políticas e o ativismo político. O modelo baseado em recursos mostrou melhor ajuste para a participação em organizações políticas do que para o ativismo político, assim como os efeitos das variáveis apresentaram valores mais substantivos nos modelos para organizações políticas do que para ativismo político (por exemplo, diferenças entre grupos raciais na Cidade do Cabo foram mais nítidas para a participação em organizações políticas do que para ativismo político). Isso significa que o modelo especificado (com raça e recursos) se mostrou mais adequado à participação em organizações políticas – o que, talvez, seja explicado pelo fato de que participar em organizações políticas seja mais demandante de recursos, como argumentado

anteriormente, e por ativismo ter determinantes motivacionais ou contextuais mais relevantes (Norris, 2003).

Enfim, o principal contraste entre as cidades se refere à relevância da raça como determinante da atuação política. Nos dois casos existem disparidades salientes entre os grupos raciais em termos de renda e escolaridade. Entretanto, somente na Cidade do Cabo essas diferenças parecem se expressar na configuração da participação de seus cidadãos. Qual é, então, o significado desses achados? Poder-se-ia argumentar que os achados referentes à Cidade do Cabo refutam o modelo baseado em recursos (uma vez que raça é um determinante mais relevante do que recursos socioeconômicos) e que os achados de Belo Horizonte corroboram tal modelo? O objetivo do próximo capítulo é interpretar os resultados encontrados à luz da reconstrução analítica do modelo baseado em recursos e das literaturas específicas sobre África do Sul e Brasil, assim como apontar para as potenciais contribuições dos modelos alternativos e críticos à abordagem dos recursos à compreensão dos resultados.

Conclusão

A motivação principal desta dissertação é analisar a relação entre raça e comportamento político. Essa motivação se traduziu nas seguintes perguntas: qual o papel da raça no comportamento político dos indivíduos? Se e de que maneira o pertencimento a um grupo de cor ou racial se expressa na atuação política? Qual a interação entre raça e atributos adquiridos (e.g., recursos socioeconômicos) como determinantes da participação? Como a raça e esses recursos operam no comportamento individual que está inserido numa *polity* – num sistema político com certas propriedades e historicamente contextualizado?

Para responder a essas perguntas, partiu-se da influente abordagem centrada em recursos e, empiricamente, analisaram-se dados sobre Belo Horizonte e Cidade do Cabo. E, para qualificar a análise desses casos, lançou-se mão das literaturas sobre categorização racial, raça e comportamento político nos países onde estão situadas essas cidades. Como a principal referência para a interpretação dos resultados é a abordagem centrada em recursos, é necessário fazer uma breve revisão da leitura dessa abordagem realizada no primeiro capítulo, antes de se partir para a interpretação dos resultados.

Foram identificados dois momentos analíticos na obra de Verba e colaboradores, diferenciados tanto pelos efeitos imputados à raça, quanto pela natureza da unidade analítica associada à raça. No primeiro momento, raça opera através de efeitos indiretos, como variável interveniente, e seus efeitos (indiretos) se dão por expressão de consciência ou solidariedade raciais ou por instituições políticas cujas bases sociais relevantes e clivagens políticas mobilizadas sejam de cunho racial. Já no segundo momento, raça opera através do desenvolvimento de habilidades individuais em espaços que são racialmente exclusivos (como, por exemplo, certas afiliações religiosas e igrejas

nos Estados Unidos), de modo que o efeito da raça opera pelos recursos individuais, não mais uma variável interveniente – ou seja, raça é endogeneizada ao CVM. A natureza da variável, nesse segundo momento, é distinta, focada nos recursos individuais e não mais em consciência racial ou instituições políticas.

Nas próximas páginas, pretende-se perseguir as respostas para as perguntas colocadas no primeiro parágrafo a partir da interpretação dos casos empíricos analisados neste trabalho. No capítulo, serão discutidos como os achados encontrados podem ser interpretados à luz do modelo dos recursos e das literaturas sobre África do Sul e Brasil. E, além disso, discutem-se as possíveis contribuições dos modelos alternativos ao modelo baseado em recursos para a compreensão dos resultados encontrados.

Interpretação

Como discutido anteriormente, a pergunta que motiva parte substantiva dos trabalhos sobre raça e comportamento político no Brasil é: raça importa? Em que medida raça importa quando controlada pela posição socioeconômica? A resposta a essas perguntas, com base nas evidências analisadas, seria: *não, o pertencimento a um grupo racial não afeta de forma substantiva a propensão a atuar politicamente no Brasil, ao passo que fatores socioeconômicos, como renda e escolaridade, são nitidamente mais relevantes*. Apesar da relevância dessa resposta para aqueles interessados em raça e comportamento político no Brasil, é necessário qualificar seu significado para o modelo baseado em recursos e para a literatura sobre raça e comportamento político no Brasil.

Ao analisar a relação entre raça e comportamento político, a ênfase explicativa do modelo dos recursos está em apontar os fatores da variação do comportamento

político por diferentes grupos raciais — como era de se esperar. No caso belorizontino, constatou-se que a variação, uma vez controlada por recursos, inexistiu. Desse modo, a interpretação do resultado à luz do modelo baseado em recurso tende, de saída, a ser negativa, no sentido de que no caso de Belo Horizonte não se encontram as condições identificadas no modelo baseado em recursos.

A ausência dos fatores que levam à variação na participação por diferentes grupos raciais já era documentada na literatura sobre raça e política no Brasil, de modo que a aposta da literatura brasileira estava nas experiências individualizadas de discriminação e preconceito. De acordo com esses autores, essas experiências, mesmo que individualizadas (por não se refletirem na formação de consciência de grupo), levariam a um comportamento político diferenciado. Já na aposta da literatura baseada em recursos, somente uma experiência de pertencimento a um grupo racial que levasse ao compartilhamento de percepções e desenvolvimento de habilidades levaria a esse comportamento distinto por grupos raciais. Se se pressupõe que a literatura sobre o Brasil está correta e indivíduos que se declaram como negros sofrem discriminação e preconceito que levam a comportamento político diferencial dos indivíduos que se declaram como brancos, os achados deste trabalho não trazem evidências que corroborem de forma significativa a hipóteses de que as experiências individualizadas de discriminação e preconceito levam a comportamento político diferenciado.

Já os resultados encontrados para a Cidade do Cabo permitem inferir conclusões de caráter mais positivo. Afinal de contas, foram encontradas variações substantivas no comportamento político de grupos raciais, em especial entre *Africans*, de um lado, e *Whites* e *Coloureds*, de outro. Esse achado, apesar de consolidado nos estudos eleitorais — nomeado como *racial census* — é pouco consensual na literatura sobre

comportamento político não eleitoral. Assim, este trabalho aponta para certa confluência dos achados sobre a arena eleitoral para a arena não eleitoral e não corrobora leituras que associam a participação política não eleitoral primordialmente à maior ou menor posse de recursos e não à raça (já que indivíduos que se identificam como *Africans*, o grupo mais politicamente ativo, são também aqueles com menor posse média de recursos). Então, fazendo coro às perguntas da literatura sul-africana sobre raça e comportamento eleitoral: quais os mecanismos que explicam essa associação?

O tipo de análise levada a cabo neste trabalho não permite responder assertivamente a essa pergunta, mas a reconstrução da literatura sobre o modelo dos recursos pode ajudar a iluminar o debate sul-africano e apontar para os mecanismos plausíveis de operação da raça (a partir dos mecanismos explícitos e implícitos nos dois momentos da abordagem dos recursos). Para poder identificar qual dos mecanismos é mais plausível no caso sul-africano e, assim, poder esboçar uma resposta à pergunta que motiva grande parte da literatura sobre a África do Sul, propõe-se a seguinte estratégia. Presume-se que os modelos desenvolvidos por Verba e seus colaboradores são corretos e, portanto, caso os resultados que esses modelos predizem sejam encontrados, isso significa que os seus pressupostos estavam presentes empiricamente. E caso os resultados encontrados sejam comuns entre os dois momentos identificados no trabalho de Verba, lança-se mão das literaturas locais sobre África do Sul e das literaturas alternativa e críticas que dialogam com a abordagem dos recursos para identificar o momento (ou mecanismo identificado dentro do momento), como o mais plausível.

Com relação ao primeiro momento, argumenta-se que o desenvolvimento de uma consciência racial compartilhada eleva a probabilidade de participação de grupos raciais com menor posse de recursos. Deve-se notar que a clivagem encontrada é entre

Africans versus Coloureds/Whites. Pode-se argumentar que, para que a raça opere por fatores de formação de solidariedade e percepções compartilhadas de grupo, é necessário o desenvolvimento de uma consciência para cada uma dos grupos raciais relevantes⁵⁰ — como feito por Chong e Rogers (2003; 2005) e Rodrigues (2006) para o caso estadunidense. Desse modo, era de se esperar que houvesse diferenças relevantes nos níveis de participação entre *White*, *Coloured* e *African*, em especial na Cidade do Cabo, com ampla tradição na mobilização do grupo *Coloured* (e não uma distinção binária entre *African* e *Coloured/White*). No entanto, é plausível argumentar (pelo menos em termos lógicos) que apesar de se tratar de identidades políticas distintas (Jung, 1995), elas podem ter consequências semelhantes em termos de atuação política — ou seja, grupos com identidades políticas diferentes, como interesse, identificação partidária, entre outras dimensões, podem ter os mesmos níveis de atuação política, ainda que por motivos distintos. Apesar de plausível, essa possibilidade parece menos robusta, pois, como mostram os estudos que dialogam com Verba e analisam não só negros e brancos nos Estados Unidos, mas também asiáticos e latinos, existem consequências específicas a cada grupo da existência de consciências de grupo e percepções compartilhadas. Isso significa que, ao menos de acordo com as indicações desses estudos (Chong e Rogers, 2003, 2005; Rodrigues, 2006; Chandra, 2006), grupos raciais com identidades políticas distintas (em termos de opiniões políticas e percepções de grupo) tendem a se comportar diferentemente.

Dentro do primeiro momento identificado na obra de Verba e seus colaboradores, raça pode ser relevante na medida em que instituições como partidos e

⁵⁰ E como o debate sobre classificação racial no capítulo dois mostrou, não há ambiguidades relevantes na determinação da classificação racial na África do Sul.

associações voluntárias refletem clivagens raciais através de suas bases. E, com relação ao segundo momento da abordagem de recursos, raça é relevante com o desenvolvimento de habilidades associadas a experiências raciais exclusivas. Com base na análise empírica aqui realizada, ambos os fatores acima poderiam ser encontrados caso a participação em organizações não políticas elevasse a probabilidade de participação ao mesmo tempo em que raça se mantivesse como um fator relevante. E, como já visto, há o substantivo aumento na probabilidade de participação, uma vez que indivíduos são ativos em organizações não políticas. Mais: o aumento na probabilidade de participação (tanto em organizações políticas quanto em ativismo político) dos indivíduos que participam de organizações não políticas é maior na Cidade do Cabo do que em Belo Horizonte, como mostra a tabela 13.2. À primeira vista, os dois mecanismos podem levar aos resultados encontrados para a Cidade do Cabo, mas qual deles seria mais plausível?

Com base na literatura sobre a África do Sul, existe uma intensa racialização dos partidos e, embora as evidências sejam mais escassas, também há indícios de racialização da sociedade civil, em especial de movimentos sociais associados à luta contra o *Apartheid* (e que perduraram no período pós-*Apartheid*) — como pressuposto pelo primeiro momento da obra de Verba e seus colaboradores. Por outro lado, não há, na literatura analisada, uma indicação de que experiências religiosas ou etno-linguísticas sejam coerentes em cada grupo racial de modo a levar ao desenvolvimento de habilidades politicamente salientes, uma vez que, apesar de haver distinções em termos de afiliações religiosas e diferenças linguísticas entre grupos raciais, há divisões intrarraciais relevantes. Em síntese, apesar de haver variação *entre* os grupos raciais em termos de línguas e religião (os primeiros fatores apontados como relevantes no

desenvolvimento de habilidades segundo Verba e seus colaboradores), há variação relevante *dentro* dos grupos, o que torna menos provável o desenvolvimento do mecanismo proposto no segundo momento identificado no trabalho de Verba. Desse modo, os dados analisados e sua interpretação apontam para a maior força do argumento de que a raça opera na África do Sul através do seu reflexo das clivagens raciais nas instituições (associações voluntárias, nesse caso) e, que, por sua vez, reforça a racialização da atuação política sul-africana.

Em síntese, o primeiro momento, em especial o argumento de que a raça é relevante politicamente na medida em que se reflete como clivagem nas bases sociais de instituições políticas (associações e partidos), mostrou-se mais adequado para interpretar os resultados encontrados a partir dos dados da Cidade do Cabo. Com relação aos resultados encontrados em Belo Horizonte, sua interpretação é basicamente “negativa”, uma vez que os fatores que levam a uma variação da participação política entre grupos raciais não são encontrados na capital mineira.

Considerações finais

Uma vez identificadas as possíveis contribuições dos modelos de Verba e seus colaboradores e das literaturas locais para a interpretação dos resultados encontrados neste trabalho, é interessante se perguntar se é possível identificar avanços e ganhos, ou seja, fazer uma avaliação crítica do trabalho de Verba e seus colaboradores sobre raça e participação política: há ganho analítico no movimento aqui identificado entre o primeiro momento e o segundo momento no trabalho de Verba?

Com relação ao trabalho de Verba e seus colaboradores, o movimento do primeiro momento ao segundo, de “endogeneizar” a questão racial num modelo de

recursos, de colocar raça na mesma unidade analítica dos outros elementos do modelo e, assim, de fazer com que raça seja relevante na medida em que esteja associada a espaços ou traços específicos do grupo (como língua) que gerem habilidades politicamente relevantes, é um esforço, em termos de sofisticação e ajuste do modelo, louvável. Ao tornar o modelo mais preciso e internamente coerente, suas implicações também se tornam mais nítidas e restritivas. Todos esses aspectos são ganhos analíticos nítidos do segundo momento com relação ao primeiro momento identificado em Verba. No entanto, apesar da sofisticação do modelo, sua capacidade de explicar e compreender a relação entre raça e comportamento político, de forma comparada, é prejudicada devido aos pressupostos implícitos na formulação de raça do segundo momento. Dado que, no segundo momento, o efeito da raça é contingente ao desenvolvimento de habilidades, pressupõe-se que o pertencimento a um grupo racial é politicamente relevante quando implica a existência de grupos raciais com espaços societários (como igrejas e outros tipos de associativismo) e ainda experiências de socialização (como a língua) “internamente (racialmente) coerentes e mutuamente exclusivos”. Ou seja, raça é politicamente relevante quando as habilidades política são desenvolvidas em ambientes racialmente homogêneos e exclusivos. Esse pressuposto, apesar de plausível, é contingente a certo desenvolvimento específico da raça, cujo caso empírico mais fartamente documentado é os Estados Unidos. Já o primeiro momento analítico, ao manter raça como um fator exógeno e interveniente, oferece um enquadramento mais amplo para os possíveis mecanismos de operação e efeitos da raça — tanto que, nos dois livros que compõem o primeiro momento aqui identificado, são encontrados dois modos pelo quais a raça opera politicamente. Trata-se de um modelo menos preciso e internamente coerente do que o desenvolvido no segundo momento,

mas, de acordo com a interpretação dos resultados realizada acima, em especial para o caso sul-africano, o segundo momento oferece uma interpretação que converge melhor com o resultados e com a literatura local sul-africana.

Mas, poder-se-ia argumentar, nenhum dos dois momentos parece fornecer pistas satisfatórias para a explicação dos resultados de Belo Horizonte, a não ser por uma interpretação negativa, que acusa a ausência das condições estabelecidas pelos modelos. Seria, então, Belo Horizonte (e, em certo sentido, o Brasil) o “não caso” ou, na melhor das alternativas, um caso controle no qual raça não se expressa politicamente de forma relevante? Ou é possível apresentar alternativas para se interpretar e explicar os resultados encontrados em Belo Horizonte?

As vertentes alternativas ao trabalho desenvolvido pela abordagem dos recursos buscam iluminar dimensões e fatores secundários ou não considerados pela abordagem dos recursos, que, por sua vez, podem, por exemplo, trazer novas perspectivas sobre o caso belorizontino. Naturalmente, dado que foi a abordagem dos recursos que orientou a análise empírica deste trabalho, os resultados encontrados não permitem trazer contribuições ou avaliar essas abordagens alternativas. O intuito de trazer essas vertentes é, simplesmente, apontar como as abordagens poderiam iluminar os resultados e, principalmente, a sua interpretação a partir de outras perspectivas.

A vertente institucional, ao colocar ênfases sobre processos de longa duração e a formação macro-históricas das comunidades políticas nacionais poderia facilmente ser utilizada para narrar a construção política da raça nos dois países. Afinal de contas, os resultados encontrados neste trabalho não se afastam das narrativas macro-históricas tradicionais sobre a saliência da raça nesses países. Assim, os resultados poderiam ser

utilizados como elementos para corroborar os caminhos e modos distintos de formação da comunidade política nacional nos dois países, no que tange ao papel da raça na constituição das suas *polities*. Essa vertente institucional, apesar de oferecer uma compreensão “positiva” do processo brasileiro ao interpretá-lo como uma construção específica da relação entre raça e política, não oferece os mecanismos explicativos que mostram como esse processo de construção da raça afeta o comportamento político individual. Já as outras vertentes, por outro lado, apresentam mecanismos mais nítidos para explicar a relação entre raça e comportamento político.

A vertente que destaca o papel das elites políticas na mobilização de indivíduos e grupos e, assim, traz a dimensão estratégica da mobilização política é bastante afim às hipóteses sobre a participação política na África do Sul que apontam para a racialização dos partidos e de suas bases. E, vale ressaltar, de acordo com a interpretação proposta na seção anterior dos resultados aqui encontrados, as hipóteses sobre a relação entre raça e comportamento político na África do Sul são, das hipóteses encontradas na literatura sul-africana, as mais robustas. Desse modo, as propostas de Rosenstone e Hansen (1993) poderiam explicar a continuidade da saliência da raça na disputa eleitoral e como estratégia de mobilização pela perspectiva das elites políticas (através de organizações não políticas, como aqui encontrado), o que poderia auxiliar em identificar os *mecanismos políticos* de operação da raça, o que é bastante útil para explicar tanto mudanças quanto continuidades na saliência da raça. Já para o caso brasileiro, as propostas da perspectiva da mobilização política seriam, a princípio, de pouca utilidade devido à pouca saliência da questão racial em termos de mobilização da população por partes das elites políticas. Desse modo, sua utilização pouco ilumina ou, mais precisamente, oferece uma interpretação negativa (devido à pouca relevância dos fatores

centrais da perspectiva no Brasil) da relação entre raça e comportamento político no Brasil.

Com relação à perspectiva contextual, que chama a atenção para as relações como determinantes do comportamento político individual, pode-se argumentar que os resultados aqui encontrados, tanto para África do Sul como para Brasil, poderiam ser iluminados a partir dessa perspectiva. Os resultados apontam para a importância da participação em organizações não políticas em ambas as cidades (ainda que talvez mais saliente na Cidade do Cabo), de modo que a perspectiva contextual poderia apontar para os mecanismos que operam dentro dessas organizações não políticas e, possivelmente, para os mecanismos que levam indivíduos, em primeiro lugar, a participar dessas organizações não políticas. Além do mais, num movimento que aproxima a vertente contextual da vertente psicológica, olhar para as relações entre indivíduos (a composição racial dos seus grupos de discussão política ou seus grupos de referência em termos de opinião política) poderia iluminar os mecanismos pelos quais a raça se mantém saliente para além da mobilização de elites políticas.

E, por fim, a vertente psicológica, a mais próxima da abordagem dos recursos, que destaca os mecanismos psicológicos pelos quais os recursos derivados da posição socioeconômica operam, parece especialmente adequada para a discussão do caso brasileiro. Afinal de contas, as hipóteses da literatura sobre o Brasil apontam para as experiências de discriminação e preconceito como os principais fatores que levariam ao comportamento político distinto de grupos raciais. Os resultados encontrados neste trabalho não apontam para a relevância de fatores dessa natureza, uma vez que não se encontraram diferenças substantivas no comportamento político de diferentes grupos raciais. Contudo, para efetivamente testar essas hipóteses, seria necessário investir em

na identificação das medidas dos mecanismos psicológicos que afetam o comportamento político. Assim, essa perspectiva poderia trazer um refinamento dos achados de Belo Horizonte e, possivelmente, um melhor entendimento dos mecanismos pelos quais raça opera no Brasil.

Em síntese, as vertentes alternativas trazem possibilidades de interpretação dos resultados encontrados e de futura pesquisa para refinar achados. Além do mais, elas trazem maior repertório de explicações, o que torna mais substantiva a compreensão do problema da raça e do comportamento político na África do Sul e no Brasil. Apesar da variedade de perspectivas oferecidas e da interpretação dos resultados, pode-se perguntar: qual é, enfim, a maneira mais vantajosa de se equacionar raça e participação política? Qual é a melhor abordagem para se pensar o papel da raça no comportamento político — para retomar a pergunta principal deste trabalho?

Responder ousadamente às perguntas acima implicaria uma formulação própria e original do modo de se equacionar raça e comportamento político e, assim, definir um conceito de raça que permite inferir seu estatuto analítico (a natureza da variável assim como seus mecanismos plausíveis de operação). Esse não é o objetivo deste trabalho. De qualquer maneira, é possível indicar alguns pontos de avanço numa formulação mais geral na relação entre raça e comportamento político — que leve em consideração alguns dos fatores apontados pelas diversas vertentes e da abordagem dos recursos discutidos acima.

Tendo em vista os resultados encontrados e as interpretações destes para Belo Horizonte e Cidade do Cabo, é possível indicar ao menos uma orientação para proposições sobre raça e comportamento político: as hipóteses e modelos sobre a

relação entre raça e comportamento político devem ser contingentes aos significados das categorias raciais na *polity* sob análise. Esse tipo de consideração impede que uma teorização, a princípio geral, sobre a relação entre raça e comportamento político, tenha pressupostos que impeçam sua operação em diversos objetos (*polities*) sob análise. Apesar de demandar a inclusão de um fator contextual à *polity* sob análise, incluir a contingência ao significado das categorias raciais não necessariamente impede o desenvolvimento de um modelo com potencial geral e abstrato — ainda que, mais provavelmente, gere modelos e proposições de médio alcance, como proposto por Merton (1968). Dado que diversos países podem ser classificados de acordo com seus padrões de categorização racial a partir de algum critério (e.g., países mais ou menos permissivos em termos de miscigenação, com classificações baseadas em ascendência *versus* fenótipo ou ainda por tipos de sistemas classificatórios binários *versus* de múltiplas categorias), poder-se-ia criar uma tipologia acerca dos sistemas de categorias raciais e seus efeitos na mobilização política. Desse modo, a partir dos padrões de categorização racial de cada *polity*, seria possível encontrar, dentro das diversas vertentes de estudo sobre comportamento político e raça, quais mecanismos são mais ou menos plausíveis. Assim, a relação entre raça e recursos socioeconômicos, por exemplo, seria definida a partir do desenvolvimento de uma tipologia da relação entre essas clivagens, pois diferentes combinações de clivagens podem gerar resultados distintos e, assim, tornar mecanismos (institucionais, políticos, contextuais e psicológicos) mais ou menos plausíveis.

Deve-se notar que está além dos objetivos deste trabalho esboçar proposições dessa natureza, mas dada a relevância das relações raciais para a mobilização política em diversas partes do mundo e considerando-se que a abordagem baseada em recursos é

extremamente bem sucedida em descrever e explicar a configuração da participação política em diversos países, nada mais natural do que apontar para caminhos que elevem a teorização sobre o papel da raça na atuação política para o mesmo nível de generalização do que a abordagem dos recursos fez para recursos políticos.

Síntese das contribuições

Por fim, é importante destacar e sintetizar as principais contribuições que este trabalho traz para o debate sobre comportamento político e raça. As contribuições são de duas naturezas: empírica e analítica.

A contribuição empírica é analisar, sistematicamente, os casos de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo, a partir da abordagem dos recursos. Brasil e África do Sul já foram casos em grandes comparações que utilizaram como quadro analítico o modelo baseado em recursos (e.g., Norris, 2002; Inglehart e Norris, 2003). No entanto, a análise comparativa sistemática e detalhada desses dois casos é, até onde a revisão da literatura revelou, inédita. Em síntese, encontrou-se que, na Cidade do Cabo, ao se identificar como *African* a probabilidade de participar politicamente (em organizações políticas e em ativismo político) aumenta substantivamente e, em Belo Horizonte, a posse de recursos como renda e escolaridade são elevam substantivamente a probabilidade de participar (ao passo que a identificação racial não distingue relevantemente quem participa e não participa). Desse modo, este trabalho contribui empiricamente para uma longa e consolidada tradição em estudos sobre comportamento político.

Em termos analíticos, este trabalho traz três contribuições principais. Em primeiro lugar, foi feita uma ampla revisão da obra de Verba e seus colaboradores, assim como das críticas a seus trabalhos e dos modelos alternativos desenvolvidos em diálogo e em paralelo com seus trabalhos. A revisão teve como foco os modos com que raça foi equacionada nos trabalhos influentes de Verba que reverberaram na literatura ao seu redor. Foram identificados dois momentos analíticos diferenciados pelo tipo de efeito e natureza analítica imputados à raça. Essa ampla revisão permitiu enxergar as possibilidades de explicação e interpretação, no trabalho de Verba e colaboradores, do

papel da raça no comportamento político para além do modelo do voluntarismo cívico — que é o modelo mais frequentemente utilizado. E, em segundo lugar, a interpretação dos resultados encontrados à luz da abordagem dos recursos, das literaturas sobre categorização racial, comportamento político e raça na África do Sul e no Brasil, permitiu esboçar respostas às principais perguntas sobre o papel da raça no comportamento político não eleitoral nesses dois países. E, por fim, espera-se ter argumentado convincentemente acerca da relevância de se qualificar proposições sobre o papel da raça na atuação política a partir dos modos com que a raça é entendida e construída em cada *polity*, de maneira que os mecanismos explicativos propostos tenham maior plausibilidade de operação nessas *polities*.

Apêndice I: Modelos de regressão

Tabela 1 - Modelos de Regressão Logística, Belo Horizonte — Participação em Organizações Políticas

	Modelo 1: Raça	Modelo 2: Socioeconômico	Modelo 3: Raça + Socioeconômico	Modelo 4: Raça + Socioeconômico + Participação não política
Raça (Branco)	0,443** (-0,217)		-0,107 (-0,266)	-0,09 (-0,266)
Logartimo da renda per capita		0,406*** (-0,143)	0,421*** (-0,148)	0,393*** (-0,147)
Anos de escolaridade		0,13555 *** (-0,04)	0,136*** (-0,04)	0,130*** (-0,04)
Participação não política				0,615 ** (-0,247)
Intercepto	-2,409*** (-0,142)	-5,901*** (-0,739)	-5,963 *** (0,756)	-6,018*** (-0,756)
N	997	781	781	781
AIC	631,73	477,65	479,48	475,31

Fonte: PRMBH, 2005

p-valor: 0,001 *** 0,01 ** 0,05 * 0,1·

Tabela 2 - Modelos de Regressão Logística, Belo Horizonte – Ativismo Político

	Modelo 1: Raça	Modelo 2: Socioeconômico	Modelo 3: Raça + Socioeconômico	Modelo 4: Raça + Socioeconômico + Participação não-política
Raça (Branco)	0,072 (0,147)		-0,194 (0,174)	-0,203 (0,175)
Logartimo da renda per capita		0,152* (0,092)	0,177* (0,095)	0,164* (0,095)
Anos de escolaridade		0,052** (0,023)	0,052** (0,023)	0,048** (0,023)
Participação Não-política				0,434** (0,171)
Intercepto	0,792*** (0,085)	-0,437 (0,462)	-0,513 (0,468)	-0,560 (0,472)
N	966	778	778	778
AIC	1194,3	935,35	936,1	931,5

Fonte: PRMBH, 2005

p-valor: 0,001 *** 0,01 ** 0,05 * 0,1·

Tabela 3 - Modelo de Regressão Logística⁵¹, Cidade do Cabo — Participação em Organizações Políticas

	Modelo 1: Raça	Modelo 2: Socioeconômico	Model 3: Raça + Socioeconômico	Modelo 4: Raça + Socioeconômico + Participação não política
<i>African</i>	1,639*** (-0,217)		1,696*** (-0,252)	1,660*** (-0,259)
<i>White</i>	0,408 (-0,294)		0,344 (-0,375)	0,387 (-0,381)
De 1001 a 3000 R		0,077 (-0,255)	0,276 (-0,263)	0,258 (-0,268)
De 3001 a 5000 R		0,051 (-0,28)	0,577* (-0,296)	0,659** (-0,302)
De 5001 a 10000 R		-0,514 (-0,344)	0,392 (-0,375)	0,453 (-0,384)
Mais do que 10000 R		-0,117 (-0,383)	0,923** (-0,448)	0,81762* (-0,462)
9 a 11 anos de escolaridade (ensino médio incompleto)		0,0179 (-0,245)	-0,071 (-0,254)	-0,135 (-0,259)
<i>Matric</i> (ensino médio completo)		0,252 (-0,270)	0,005 (-0,281)	-0,014 (-0,288)
Mais do que 12 anos de escolaridade		0,343 (-0,273)	0,246 (-0,289)	0,271 -0,294
Participação não política				1,247*** (-0,284)
Intercepto	-2,575*** (-0,189)	-1,574*** (-0,214)	-2,916*** (0,312)	-3,919 *** (-0,41)
N	1077	835	835	831
AIC	887,8	805,45	752,84	724,42

Fonte: PRMBH, 2005

p-valor: 0,001 *** 0,01 '**' 0,05 * 0,10

⁵¹ Os grupos de referência são: raça (*Coloured*), renda (de 0 a 1000 R) e escolaridade (0 a 9 anos). Nas simulações de valores esperados para *African* e *Coloured*, foi utilizado um modelo com uma variável que agrega de 5001 a 10000 R e mais do que 10000 R, por causa do baixo número de *Africans* e *Coloureds* com renda declarada maior do que 10000 R.

Tabela 4 - Modelo de Regressão Logística⁵², Cidade do Cabo — Ativismo Político

	Modelo 1: Raça	Modelo 2: Socioeconômico	Model 3: Raça + Socioeconômico	Modelo 4: Raça + Socioeconômico + Participação não política
<i>African</i>	0,457*** (0,138)		0,526*** (0,166303)	0,444 *** (0,170563)
<i>White</i>	-0,120 (0,172)		-0,259 (0,256695)	-0,249 (0,263635)
De 1001 a 3000 R		-0,261 (0,2011)	-0,197 (0,203532)	-0,228 (0,2078)
De 3001 a 5000 R		-0,235 (0,22147)	-0,040 (0,23085)	-0,005 (0,235315)
De 5001 a 10000 R		0,035 (0,25239)	0,381 (0,272169)	0,416 (0,278646)
Mais do que 10000 R		-0,018 (0,30561)	0,471 (0,342345)	0,390 (0,351162)
9 a 11 anos de escolaridade (ensino médio incompleto)		-0,378** (0,18894)	-0,413** (0,191087)	-0,438 ** (0,195541)
<i>Matric</i> (ensino médio completo)		-0,535** (0,21641)	-0,600793*** (0,222)	-0,631 *** (0,228)
Mais do que 12 anos de escolaridade		-0,036 (0,216)	-0,0033 (0,2281)	-0,0110 (0,233)
Participação não- política				0,898 *** (0,1689)
Intercepto	-0,220** (0,099)	0,351** (0,166)	-0,0103 (0,201)	-0,632*** (0,238)
N	1058	828	828	825
AIC	1455,7	1143,0	1133,0	1096,1

Fonte: PRMBH, 2005

p-valor: 0,001 *** 0,01 '**' 0,05 '*' 0,1

⁵² Os grupos de referência são: raça (*Coloured*), renda (de 0 a 1000 R) e escolaridade (0 a 9 anos). Nas simulações de valores esperados para *African* e *Coloured*, foi utilizado um modelo com uma variável que agrega de 5001 a 10000 R e mais do que 10000 R, por causa do baixo número de *Africans* e *Coloureds* com renda declarada maior do que 10000 R.

Apêndice II: Participação política com medidas alternativas de raça

Tabelas 1: Participação Política, segundo Grupos Raciais (Branco, Pardo e Preto) – Belo Horizonte

Tabela 1.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Raça</i>	Sim (%)	Não (%)
Branco	16,23	83,77
Pardo	9,43	90,57
Preto	5,70	94,30
Total	11,29	88,71

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 16,85; graus de liberdade: 2

Tabela 1.2. Ativismo Político

<i>Raça</i>	Sim (%)	Não (%)
Branco	71,51	28,49
Pardo	68,10	31,90
Preto	67,03	32,97
Total	69,19	30,81

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 1,58; graus de liberdade: 2

Tabelas 2: Participação Política, segundo Grupos Raciais (*African*, *Black*, *Coloured* e *White*) — Cidade do Cabo

Tabela 2.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Raça</i>	Sim (%)	Não (%)
<i>African</i>	32,81	67,19
<i>Black</i>	23,60	76,40
<i>Coloured</i>	7,26	92,74
<i>White</i>	10,00	90,00
Total	16,22	83,78

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 encontrado: 92,86; graus de liberdade: 3

Tabela 2.1. Ativismo Político

<i>Raça</i>	Sim (%)	Não (%)
<i>African</i>	51,57	48,43
<i>Black</i>	59,89	40,11
<i>Coloured</i>	45,23	54,77
<i>White</i>	42,45	57,55
Total	48,59	51,41

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 encontrado: 15,44; graus de liberdade: 3

Tabelas 3: Modelos de regressão com medidas alternativas de raça

Tabela 3.1 — Modelo de Regressão Logística, Belo Horizonte

	Participação em organizações políticas: Raça + Socioeconômico + Participação não política	Ativismo Político: Raça + Socioeconômico + Participação não política
Branco	-0,11944 (0,386)	-0,3083 (0,233)
Pardo	-0,038 (0,3630)	-0,146 (0,2148)
Logartimo da renda per capita	0,394*** (0,148)	0,171* (0,096)
Anos de escolaridade	0,130*** (0,040)	0,049** (0,023)
Participação não política	0,615** (0,247)	0,429** (0,171)
Intercepto	-6,000*** (0,775)	-0,503 (0,4805)
N	781	778
AIC	477,3	933,04

Fonte: PRMBH, 2005

p-valor: 0,001 *** 0,01 ** 0,05 * 0,1

Tabela 3.2 - Modelo de Regressão Logística — Cidade do Cabo

	Participação em organizações políticas: Raça + Socioeconômico + Participação não política	Ativismo político: Raça + Socioeconômico + Participação não política
<i>African</i>	0,469 * (0,243)	-0,187 (0,215)
<i>Coloured</i>	-1,371*** (0,301)	-0,553*** (0,211)
<i>White</i>	-0,952** (0,405)	-0,808*** (0,303)
De 1001 a 3000 R	0,297 (0,269)	-0,241 (0,208)
De 3001 a 5000 R	0,667** (0,303)	-0,0106 (0,235)
De 5001 a 10000 R	0,425 (0,385)	0,417 (0,278)
Mais do que 10000 R	0,813 (0,464)	0,387 (0,351)
9 a 11 anos de escolaridade (ensino médio incompleto)	0,152 (0,260)	-0,434** (0,195)
<i>Matric</i> (ensino médio completo)	-0,019 (0,290)	-0,632*** (0,228)
Mais do que 12 anos de escolaridade	0,235 (0,295)	-0,001 (0,234)
Participação não política	1,274*** (0,285)	0,892*** (0,169)
Intercepto	-2,564*** (0,379)	-0,072 (0,258)
N	831	825
AIC	723,91	1097,4

Fonte: PRMBH, 2005

p-valor: 0,001 *** 0,01 ** 0,05 * 0,1·

Apêndice III: Medidas de co-variação das variáveis dependentes

Belo Horizonte

Renda e anos de estudo

A correlação entre o logaritmo da renda per capita e anos de escolaridade é 0,543 (com nível de significância a 0,001%). É inegável a existência de uma associação forte entre essas duas variáveis, ainda que a associação não seja tão intensa a ponto de impedir a presença de ambas no mesmo modelo.

Participação não política e renda

Tabela 1: Participação em organizações não políticas por estratos de renda familiar per capita (em salários mínimos)

<i>Renda</i>	Sim (%)	Não (%)
Até 1 SM	32,51	67,49
De 1 a 2 SM	39,15	60,85
De 2 a 3 SM	54,55	45,45
De 3 a 4 SM	48,78	51,22
Acima de 4 SM	53,24	46,76
Total	40,28	59,72

Fonte: PRMBH, 2005

Tabela 2: Medidas de associação entre participação não política e renda familiar per capita (por estratos de renda em salários mínimos)

Qui-quadrado	25,75845	0,00 (sig.)
Coefficiente de Contingência	0,172092	0,00(sig.)
Gamma	0,257952	0,00(sig.)
Spearman Correlation	0,166354	0,00(sig.)

Fonte: PRMBH, 2005

Como se pode ver, há uma associação significativa entre as variáveis de renda e participação não política, na qual os estratos com maior renda tendem a ser mais ativos em organizações não políticas.

Participação não política e escolaridade

Tabela 3: Participação em organizações não políticas por grau escolar

<i>Grau escolar</i>	Sim (%)	Não (%)
Nenhum ano completo	50,00	50,00
1ª à 4ª série	33,95	66,05
5 à 8ª série	30,24	69,76
2º Grau	43,85	56,15
3º Grau/Ensino Superior	43,85	56,15
Total	38,21	61,79

Fonte: PRMBH, 2005

Tabela 4: Medidas de associação entre participação não política e grau escolar completo

Qui-quadrado	21,62	0,00 (sig.)
Coefficiente de Contingência	0,15	0,00(sig.)
Gamma	0,11	0,02(sig.)
Spearman Correlation	0,08	0,02(sig.)

Fonte: PRMBH, 2005

Como se pode ver, há uma associação significativa entre as variáveis de escolaridade e participação não política, na qual os estratos com maior escolaridade tendem a ser ativos em organizações não políticas.

Cidade do Cabo

Nível escolar e renda

Tabela de 5: Nível escolar por estratos de renda

<i>Renda</i>	Primário (0 a 9 anos)	Médio incompleto (10 e 11 anos)	Médio completo (<i>matric</i>)	Superior completo/incompleto (mais do que 12 anos)
De 0 a 1000 R	63,64	24,43	5,11	6,82
De 1001 a 3000 R	45,95	26,25	18,15	9,65
De 3001 a 5000 R	30,10	26,53	19,39	23,98
De 5001 a 10000 R	13,55	23,23	25,16	38,06
Mais de 10000 R	3,37	6,74	24,72	65,17
Total	35,89	23,43	17,71	22,97

Fonte: CTAS, 2005

Tabela 6: Medidas de associação entre nível escolar e estratos de renda

Qui-quadrado	254,88	0,00 (sig.)
Coefficiente de Contingência	0,47	0,00 (sig.)
Gamma	0,55	0,00 (sig.)
Correlação de Spearman	0,50	0,00 (sig.)

Fonte: CTAS, 2005

Como se pode ver, há uma nítida e intensa associação positiva entre renda e escolaridade, de modo que, como esperado, quanto maior a renda, maior o nível escolar. É difícil avaliar precisamente se o grau de associação entre essas duas variáveis afeta substantivamente a estimação dos coeficientes. De qualquer maneira, caso somente uma dessas variáveis fosse utilizada na estimação dos modelos, as tendências encontradas se manteriam (ver o apêndice V — material de replicação).

Participação não política e nível escolar

Tabela 7: Participação não -política por nível escolar

<i>Nível escolar</i>	Sim (%)	Não (%)
Primário (0 a 9 anos)	70,43	29,57
Médio incompleto (10 a 11 anos)	67,47	32,53
Médio completo (12 anos)	69,73	30,27
Superior completo/incompleto	64,48	35,52
Total	68,07	31,93

Fonte: CTAS, 2005

Tabela 8: Medidas de associação entre participação não política e nível escolar

Qui-quadrado	2,95	0,40 (sig.)
Coeficiente de Contingência	0,05	0,40(sig.)
Gamma	-0,07	0,15(sig.)
Correlação de Spearman	-0,04	0,15(sig.)

Fonte: CTAS, 2005

Como mostrado pelas tabelas, não há associação substantiva entre participação não política e nível escolar, uma vez que os níveis de participação não política se mantêm aproximadamente constantes em diferentes níveis de escolaridade. Interessante notar que, em Belo Horizonte, há associação positiva e nítida entre essas variáveis.

Participação não política e renda

Tabela 9: Participação não política por renda

<i>Renda</i>	Sim (%)	Não (%)
0 a 1000 R	75,13	24,86
1001 a 3000 R	73,28	26,71
3001 a 5000 R	71,5	28,5
5001 a 10000 R	67,32	32,67
Mais de 10000	75,86	24,13
Total	72,48	27,51

Fonte: CTAS, 2005

Tabela 10: Medidas de associação entre participação não-política e renda

Qui-quadrado	3,36	0,50 (sig.)
Coeficiente de Contingência	0,06	0,50 (sig.)
Gamma	-0,05	0,33(sig.)
Correlação de Spearman	-0,03	0,33 (sig.)

Fonte: CTAS, 2005

Como mostrado pelas tabelas, não há associação substantiva entre participação não política e renda, uma vez que os níveis de participação não política se mantêm aproximadamente constantes em diferentes níveis de escolaridade. Interessante notar que, em Belo Horizonte, há associação positiva e nítida entre essas variáveis.

Apêndice IV: Distribuição de recursos por grupos raciais

Belo Horizonte

Renda e raça

Tabela 1: Estratos de renda renda por grupos raciais

	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	De 2 a 3 SM	3 a 4 SM	Acima de 4 SM
Branco	28,43	24,51	9,15	6,86	31,05
Negro	51,30	29,74	7,06	3,72	8,18
Total	43,01	27,84	7,82	4,86	16,47

Fonte: PRMBH, 2005

Tabela 2: Medidas de associação entre renda e raça

Qui-quadrado	92,62	0,00 (sig.)
Coeficiente de Contingência	0,31	0,00 (sig.)
Gamma	0,46	0,00 (sig.)
Correlação de Spearman	0,30	0,00 (sig.)

Fonte: PRMBH, 2005

Escolaridade e raça

Tabela 3: Escolaridade por grupos raciais

	Nenhum ano completo	1ª à 4ª série	5 à 8ª série	2º Grau	3º Grau/Ensino Superior
Branco	3,44	17,20	15,87	31,75	31,75
Negro	4,40	24,43	30,62	29,64	10,91
Total	4,03	21,67	25,00	30,44	18,85

Fonte: PRMBH, 2005

Tabela 4: Medidas de associação entre escolaridade e raça

Qui-quadrado	81,47922	0,00
Coeficiente de Contingência	0,275503	0,00
Gamma	0,345597	0,00
Correlação de Spearman	0,235949	0,00

Fonte: PRMBH, 2005

Participação não política e raça

Tabela 5: Participação não política por grupos raciais

	Não participa	Participa
Branco	60,73	39,27
Negro	62,64	37,36
Total	61,92	38,08

Fonte: PRMBH, 2005

Tabela 6: Medidas de associação entre participação não política e raça

Qui-quadrado	0,366212	0,545076
Coeficiente de Contingência	0,019029	0,545076
Gamma	0,04031	0,545947
Correlação de Spearman	0,019032	0,545537

Fonte: PRMBH, 2005

Como pode ser visto nas tabelas, há uma forte associação entre pertencimento a um grupo racial e posse de recursos como renda e escolaridade, na qual brancos tendem a possuir maior renda e maior escolaridade. Em termos de participação não política, não se encontra uma variação entre participação em organizações não política por grupos raciais.

Cidade do Cabo*Renda e raça***Tabela 7: Renda por grupos raciais**

	De 0 a 1000 R	De 1001 a 3000 R	De 3001 a 5000 R	De 5001 a 10000 R	Mais de 10000
<i>African</i>	34,47	42,17	18,80	3,70	0,85
<i>Coloured</i>	15,04	26,46	28,41	23,12	6,96
<i>White</i>	2,14	5,71	17,86	32,14	42,14
Total	20,94	29,53	22,71	16,59	10,24

Fonte: CTAS, 2005

Tabela 8: Medidas de associação entre renda e raça

Qui-quadrado	354,2119	0,00 (sig.)
Coeficiente de Contingência	0,542351	0,00 (sig.)
Gamma	0,670168	0,00 (sig.)
Correlação de Spearman	0,556818	0,00 (sig.)

Fonte: CTAS, 2005

*Escolaridade e raça***Tabela 9: Escolaridade por grupos raciais**

	Primário (0 a 9 anos)	Médio incompleto (10 e 11 anos)	Médio completo (matric)	Superior completo/incompleto
<i>African</i>	41,85	25,00	18,21	14,95
<i>Coloured</i>	41,65	24,95	14,97	18,44
<i>White</i>	4,37	13,54	19,21	62,88
Total	33,65	22,50	17,01	26,84

Fonte: CTAS, 2005

Tabela 10: Medidas de associação entre escolaridade e raça

Qui-quadrado	229,3339	0,00 (sig.)
Coeficiente de Contingência	0,422074	0,00 (sig.)
Gamma	0,427353	0,00 (sig.)
Correlação de Spearman	0,352362	0,00 (sig.)

Fonte: CTAS, 2005

Participação não política e raça

Tabela 11: Participação não política por grupos raciais

	Não participa	Participa
<i>African</i>	22,96	77,04
<i>Coloured</i>	35,13	64,87
<i>White</i>	41,05	58,95
Total	32,09	67,91

Fonte: CTAS, 2005

Tabela 12: Medidas de associação entre participação não política e raça

Qui-quadrado	24,91192061	0,00 (sig.)
Coefficiente de Contingência	0,150701553	0,00 (sig.)
Gamma	-0,26581534	0,00 (sig.)
Correlação de Spearman	-0,15066765	0,00 (sig.)

Fonte: CTAS, 2005

Na Cidade do Cabo, não só renda e escolaridade se associam com o pertencimento a um grupo racial (sendo que *Whites* tendem a ter mais renda e escolaridade do que *Africans* e *Coloureds*), mas há também uma variação relevante entre pertencimento a grupo racial e participação não política. Mas, nesse caso, *Africans* são mais ativos em organizações não políticas do que *Coloureds* e, mais nitidamente, *Whites*.

Apêndice V: Material de replicação

Neste apêndice, encontra o *script* utilizado para o programa R. O R é um programa do tipo kernel, com número reduzido de funções. Deste modo, são utilizados pacotes. Neste trabalho, utilizou-se o Zelig (IMAI, KING, LAU, 2009), que foi adaptado, para os procedimentos aqui utilizados, com base na linguagem específica do programa. Espera-se que, com o *script* disponibilizado, os modelos e simulações feitas para este trabalho possam ser replicados. Os bancos de dados, apesar de ainda não serem públicos, são dados produzidos com financiamento público, de modo que se espera que, em breve, sejam disponibilizados.

```
#library(Zelig)
```

```
#Figura 1 e Figura 2
```

```
z.1 <- zelig(partpold ~ racabn, model = "logit", data = bh.2005) #modelo com raça
z.2 <- zelig(partpold ~ lnrendapc + anosesco, model = "logit", data = bh.2005) #modelo
socioeconômico
z.4 <- zelig(partpold ~ racabn + lnrendapc + anosesco + partnpold, model = "logit", data =
bh.2005) #modelo completo
rocplot(z.1$y, z.2$y, fitted(z.1), fitted(z.2)) #figura 1
rocplot(z.2$y, z.4$y, fitted(z.2), fitted(z.4)) #figura2
```

```
# Figura 3 e Figura 4
```

```
z.1 <- zelig(ativismod ~ racabn, model = "logit", data = bh.2005) # modelo com raça
z.2 <- zelig(ativismod ~ lnrendapc + anosesco, model = "logit", data = bh.2005) #modelo
socioeconômico
z.4 <- zelig(ativismod ~ racabn + lnrendapc + anosesco + partnpold, model = "logit", data =
bh.2005) #modelo completo
rocplot(z.1$y, z.2$y, fitted(z.1), fitted(z.2)) #figura 3
rocplot(z.2$y, z.4$y, fitted(z.2), fitted(z.4)) #figura 4
```

```
# Figura 5 e Figura 6
```

```
c.soeco <- zelig(partpold ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21r2 + g21r3 +
g21r4 + g21r5, model = "logit", data = ct.2005) #modelo socioeconômico
c.raca <- zelig(partpold ~ racarw + racara, model = "logit", data = ct.2005) #modelo com raça
c.completo <- zelig(partpold ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21r2 + g21r3 +
g21r4 + g21r5 + partnpold + racarw + racara, model = "logit", data = ct.2005) #modelo
completo
rocplot(c.raca$y, c.soeco$y, fitted(c.raca), fitted(c.soeco)) #Figura 5
rocplot(c.raca$y, c.completo$y, fitted(c.raca), fitted(c.completo)) #Figura 6
```

```
#Figura 7 e Figura 8
```

```
c.soeco <- zelig(ativismod ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21r2 + g21r3 +
g21r4 + g21r5, model = "logit", data = ct.2005) #modelo socioeconômico
c.raca <- zelig(ativismod ~ racarw + racara, model = "logit", data = ct.2005) #modelo com raça
c.completo <- zelig(ativismod ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21r2 + g21r3 +
g21r4 + g21r5 + partnpold + racarw + racara, model = "logit", data = ct.2005) #modelo
completo
rocplot(c.raca$y, c.soeco$y, fitted(c.raca), fitted(c.soeco)) #figura 7
rocplot(c.raca$y, c.completo$y, fitted(c.raca), fitted(c.completo)) #figura 8
```

```

#tabelas de participação em organizações políticas em Belo Horizonte
z.ads <- zelig(partpold ~ lnrendapc + anosesco + racabn + partnpold, model = "logit", data =
bh.2005)
summary(z.ads)

#Tabela 9.1.
x.outas10 <- setx(z.ads, anosesco = quantile(bh.2005$anosesco, prob = 0.10, na.rm=T))
s.outas10 <- sim(z.ads, x=x.outas10)

x.outas20 <- setx(z.ads, anosesco = quantile(bh.2005$anosesco, prob = 0.20, na.rm=T))
s.outas20 <- sim(z.ads, x=x.outas20)

x.outas40 <- setx(z.ads, anosesco = quantile(bh.2005$anosesco, prob = 0.40, na.rm=T))
s.outas40 <- sim(z.ads, x=x.outas40)

x.outas60 <- setx(z.ads, anosesco = quantile(bh.2005$anosesco, prob = 0.60, na.rm=T))
s.outas60 <- sim(z.ads, x=x.outas60)

x.outas80 <- setx(z.ads, anosesco = quantile(bh.2005$anosesco, prob = 0.80, na.rm=T))
s.outas80 <- sim(z.ads, x=x.outas80)

x.outrr20 <- setx(z.ads, lnrendapc = quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.20, na.rm=T))
s.outrr20 <- sim(z.ads, x = x.outrr20)

x.outas90 <- setx(z.ads, anosesco = quantile(bh.2005$anosesco, prob = 0.90, na.rm=T))
s.outas90 <- sim(z.ads, x=x.outas90)

#Tabela 11.1
x.outrr10 <- setx(z.ads, lnrendapc = quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.10, na.rm=T))
s.outrr10 <- sim(z.ads, x = x.outrr10)

x.outrr20 <- setx(z.ads, lnrendapc = quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.20, na.rm=T))
s.outrr20 <- sim(z.ads, x = x.outrr20)

x.outrr40 <- setx(z.ads, lnrendapc = quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.40, na.rm=T))
s.outrr40 <- sim(z.ads, x = x.outrr40)

x.outrr60 <- setx(z.ads, lnrendapc = quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.60, na.rm=T))
s.outrr60 <- sim(z.ads, x = x.outrr60)

x.outrr80 <- setx(z.ads, lnrendapc = quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.80, na.rm=T))
s.outrr80 <- sim(z.ads, x = x.outrr80)

x.outrr90 <- setx(z.ads, lnrendapc = quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.90, na.rm=T))
s.outrr90 <- sim(z.ads, x = x.outrr90)

```


Tabela 15.1

#branco (níveis de recursos/ativos e não ativos)

```
x.brancoaltoativo <- setx(z.ads, partnpold=1, racabn = 1, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.75, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.75, na.rm=T))
x.brancoabaixoativo <- setx(z.ads, partnpold=1, racabn = 1, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.25, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.25, na.rm=T))
x.brancomedioativo <- setx(z.ads, partnpold=1, racabn = 1, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.50, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.50, na.rm=T))
```

```
s.brancoaltoativo <- sim(z.ads, x=x.brancoaltoativo)
s.brancoabaixoativo <- sim(z.ads, x=x.brancoabaixoativo)
s.brancomedioativo <- sim(z.ads, x=x.brancomedioativo)
```

```
x.brancoaltonativo <- setx(z.ads, partnpold=0, racabn = 1, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.75, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.75, na.rm=T))
x.brancoabaixonativo <- setx(z.ads, partnpold=0, racabn = 1, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.25, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.25, na.rm=T))
x.brancomedionativo <- setx(z.ads, partnpold=0, racabn = 1, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.50, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.50, na.rm=T))
```

```
s.brancoaltonativo <- sim(z.ads, x=x.brancoaltonativo)
s.brancoabaixonativo <- sim(z.ads, x=x.brancoabaixonativo)
s.brancomedionativo <- sim(z.ads, x=x.brancomedionativo)
```

#negros (níveis de recursos/ ativos e não ativos)

```
x.negroaltoativo <- setx(z.ads, partnpold=1, racabn = 0, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.75, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.75, na.rm=T))
x.negroabaixoativo <- setx(z.ads, partnpold=1, racabn = 0, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.25, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.25, na.rm=T))
x.negromedioativo <- setx(z.ads, partnpold=1, racabn = 0, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.50, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.50, na.rm=T))
```

```
s.negroaltoativo <- sim(z.ads, x=x.negroaltoativo)
s.negroabaixoativo <- sim(z.ads, x=x.negroabaixoativo)
s.negromedioativo <- sim(z.ads, x=x.negromedioativo)
```

```

x.negroaltonativo <- setx(z.ads, partnpold=0, racabn = 0, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.75, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.75, na.rm=T))
x.negrobaixonativo <- setx(z.ads, partnpold=0, racabn = 0, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.25, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.25, na.rm=T))
x.negromedionativo <- setx(z.ads, partnpold=0, racabn = 0, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.50, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.50, na.rm=T))
s.negroaltonativo <- sim(z.ads, x=x.negroaltonativo)
s.negrobaixonativo <- sim(z.ads, x=x.negrobaixonativo)
s.negromedionativo <- sim(z.ads, x=x.negromedionativo)

```

#comparando grupos raciais

#Ativos

```

s.skillsaltoraca <- sim(z.ads, x= x.negroaltoativo, x1= x.brancoaltoativo)
summary(s.skillsaltoraca)

```

```

s.skillsbaixoraca <- sim(z.ads, x= x.negrobaixoativo, x1= x.brancobaixoativo)
summary(s.skillsbaixoraca)

```

#Inativos

```

s.nskillsaltoraca <- sim(z.ads, x= x.negroaltonativo, x1= x.brancoaltonativo)
summary(s.nskillsaltoraca)

```

```

s.nskillsbaixoraca <- sim(z.ads, x= x.negrobaixonativo, x1= x.brancobaixonativo)
summary(s.nskillsbaixoraca)

```

#tabelas de ativismo político em Belo Horizonte

```

z.ads <- zelig(ativismod ~ lnrendapc + anosesco + racabn + partnpold, model = "logit", data =
bh.2005)
summary(z.ads)

```

Belo Horizonte – ativismo político

Tabela 9.2

```

x.outras10 <- setx(z.ads, anosesco = quantile(bh.2005$anosesco, prob = 0.10, na.rm=T))
s.outras10 <- sim(z.ads, x=x.outras10)

```

```

x.outras20 <- setx(z.ads, anosesco = quantile(bh.2005$anosesco, prob = 0.20, na.rm=T))
s.outras20 <- sim(z.ads, x=x.outras20)

```

```

x.outras40 <- setx(z.ads, anosesco = quantile(bh.2005$anosesco, prob = 0.40, na.rm=T))
s.outras40 <- sim(z.ads, x=x.outras40)

```

```

x.outras60 <- setx(z.ads, anosesco = quantile(bh.2005$anosesco, prob = 0.60, na.rm=T))

```

```

s.outas60 <- sim(z.ads, x=x.outas60)

x.outas80 <- setx(z.ads, anosesco = quantile(bh.2005$anosesco, prob = 0.80, na.rm=T))
s.outas80 <- sim(z.ads, x=x.outas80)

x.outrr20 <- setx(z.ads, lnrendapc = quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.20, na.rm=T))
s.outrr20 <- sim(z.ads, x = x.outrr20)

x.outas90 <- setx(z.ads, anosesco = quantile(bh.2005$anosesco, prob = 0.90, na.rm=T))
s.outas90 <- sim(z.ads, x=x.outas90)

#tabelas 11.2
x.outrr10 <- setx(z.ads, lnrendapc = quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.10, na.rm=T))
s.outrr10 <- sim(z.ads, x = x.outrr10)
x.outrr20 <- setx(z.ads, lnrendapc = quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.20, na.rm=T))
s.outrr20 <- sim(z.ads, x = x.outrr20)

x.outrr40 <- setx(z.ads, lnrendapc = quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.40, na.rm =T))
s.outrr40 <- sim(z.ads, x = x.outrr40)

x.outrr60 <- setx(z.ads, lnrendapc = quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.60, na.rm=T))
s.outrr60 <- sim(z.ads, x = x.outrr60)

x.outrr80 <- setx(z.ads, lnrendapc = quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.80, na.rm=T))
s.outrr80 <- sim(z.ads, x = x.outrr80)

x.outrr90 <- setx(z.ads, lnrendapc = quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.90, na.rm=T))
s.outrr90 <- sim(z.ads, x = x.outrr90)

# Tabela 15.2

#brancos (níveis de recursos/ ativos e não ativos)

x.brancoaltoativo <- setx(z.ads, partnpold=1, racabn = 1, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.75, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.75, na.rm=T))
x.brancoabaixoativo <- setx(z.ads, partnpold=1, racabn = 1, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.25, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.25, na.rm=T))
x.brancomedioativo <- setx(z.ads, partnpold=1, racabn = 1, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.50, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.50, na.rm=T))

s.brancoaltoativo <- sim(z.ads, x=x.brancoaltoativo)
s.brancoabaixoativo <- sim(z.ads, x=x.brancoabaixoativo)
s.brancomedioativo <- sim(z.ads, x=x.brancomedioativo)

```

```
x.brancoaltonativo <- setx(z.ads, partnpold=0, racabn = 1, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.75, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.75, na.rm=T))
x.brancoabaixonativo <- setx(z.ads, partnpold=0, racabn = 1, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.25, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.25, na.rm=T))
x.brancomedionativo <- setx(z.ads, partnpold=0, racabn = 1, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.50, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.50, na.rm=T))
```

```
s.brancoaltonativo <- sim(z.ads, x=x.brancoaltonativo)
s.brancoabaixonativo <- sim(z.ads, x=x.brancoabaixonativo)
s.brancomedionativo <- sim(z.ads, x=x.brancomedionativo)
```

#negro (níveis de recursos/ ativos e não-ativos)

```
x.negroaltoativo <- setx(z.ads, partnpold=1, racabn = 0, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.75, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.75, na.rm=T))
x.negroabaixoativo <- setx(z.ads, partnpold=1, racabn = 0, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.25, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.25, na.rm=T))
x.negromedioativo <- setx(z.ads, partnpold=1, racabn = 0, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.50, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.50, na.rm=T))
```

```
s.negroaltoativo <- sim(z.ads, x=x.negroaltoativo)
s.negroabaixoativo <- sim(z.ads, x=x.negroabaixoativo)
s.negromedioativo <- sim(z.ads, x=x.negromedioativo)
```

```
x.negroaltonativo <- setx(z.ads, partnpold=0, racabn = 0, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.75, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.75, na.rm=T))
x.negroabaixonativo <- setx(z.ads, partnpold=0, racabn = 0, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.25, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.25, na.rm=T))
x.negromedionativo <- setx(z.ads, partnpold=0, racabn = 0, lnrendapc =
quantile(bh.2005$lnrendapc, prob = 0.50, na.rm=T), anosesco = quantile(bh.2005$anosesco,
prob = 0.50, na.rm=T))
```

```
s.negroaltonativo <- sim(z.ads, x=x.negroaltonativo)
s.negroabaixonativo <- sim(z.ads, x=x.negroabaixonativo)
s.negromedionativo <- sim(z.ads, x=x.negromedionativo)
```

#comparando grupos raciais

#Ativos

```
s.skillsaltoraca <- sim(z.ads, x= x.negroaltoativo, x1= x.brancoaltoativo)
```

```
summary(s.skillsaltoraca)
```

```
s.skillsbaixoraca <- sim(z.ads, x= x.negrobaixoativo, x1= x.brancoabaixoativo)
summary(s.skillsbaixoraca)
```

```
#Inativos
```

```
s.skillsaltoraca <- sim(z.ads, x= x.negroaltonativo, x1= x.brancoaltonativo)
summary(s.skillsaltoraca)
```

```
s.skillsbaixoraca <- sim(z.ads, x= x.negrobaixonativo, x1= x.brancobaixonativo)
summary(s.skillsbaixoraca)
```

```
#Tabela 13.1
```

```
#Belo Horizonte – organizações políticas
```

```
x.s1 <- setx(z.ads, partnpold =1)
s.s1 <- sim(z.ads, x = x.s1)
summary(s.s1)
```

```
x.s0 <- setx(z.ads, partnpold = 0)
s.s0 <- sim(z.ads, x = x.s0)
summary(s.s0)
```

```
s.ds <- sim(z.ads, x=x.s0, x1=x.s1)
plot(s.ds)
# Ativismo Político – Belo Horizonte
x.s1 <- setx(z.ads, partnpold =1)
s.s1 <- sim(z.ads, x = x.s1)
summary(s.s1)
```

```
x.s0 <- setx(z.ads, partnpold = 0)
s.s0 <- sim(z.ads, x = x.s0)
summary(s.s0)
s.ds <- sim(z.ads, x=x.s0, x1=x.s1)
# Belo Horizonte – ativismo político
```

```
#Tabela 14.1
```

```
# Belo Horizonte – organizações políticas
```

```
x.bs <- setx(z.ads, racabn =1)
s.bs <- sim(z.ads, x = x.bs)
summary(s.bs)
```

```
x.ns <- setx(z.ads, racabn = 0)
s.ns <- sim(z.ads, x = x.ns)
summary(s.ns)
s.dr <- sim(z.ads, x=x.ns, x1=x.bs)
```

Belo Horizonte – ativismo político

```
x.bs <- setx(z.ads, racabn = 1)
```

```
s.bs <- sim(z.ads, x = x.bs)
```

```
summary(s.bs)
```

```
x.ns <- setx(z.ads, racabn = 0)
```

```
s.ns <- sim(z.ads, x = x.ns)
```

```
summary(s.ns)
```

```
s.dr <- sim(z.ads, x=x.ns, x1=x.bs)
```

Cidade do Cabo – Participação em Organizações Políticas

#Tabela 10.1.

```
z.fs <- zelig(partpold ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21r2 + g21r3 + g21r4 +  
g21r5 + partnpold + racarw + racara, model = "logit", data = ct.2005)
```

```
x.nivel1 <- setx(z.fs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0)
```

```
x.nivel2 <- setx(z.fs, nivelescosecin=1, nivelescosec=0, nivelescosup=0)
```

```
x.nivel3 <- setx(z.fs, nivelescosec=1, nivelescosecin=0, nivelescosup=0)
```

```
x.nivel4 <- setx(z.fs, nivelescosup=1, nivelescosecin=0, nivelescosec=0)
```

```
s.n1 <- sim(z.fs, x=x.nivel1, x1=x.nivel4)
```

```
s.n2 <- sim(z.fs, x=x.nivel2, x1=x.nivel4)
```

```
s.n3 <- sim(z.fs, x=x.nivel3, x1=x.nivel4)
```

#Tabela 12.1.

```
z.fs <- zelig(partpold ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21r2 + g21r3 + g21r4 +  
g21r5 + partnpold + racarw + racara, model = "logit", data = ct.2005)
```

```
x.renda5 <- setx(z.fs, g21r5=1, g21r2=0, g21r3=0, g21r4=0)
```

```
x.renda1 <- setx(z.fs, g21r2=0, g21r3=0, g21r4=0, g21r5=0)
```

```
x.renda2 <- setx(z.fs, g21r2=1, g21r3=0, g21r4=0, g21r5=0)
```

```
x.renda3 <- setx(z.fs, g21r3=1, g21r2=0, g21r4=0, g21r5=0)
```

```
x.renda4 <- setx(z.fs, g21r4=1, g21r2=0, g21r3=0, g21r5=0)
```

```
s.r15 <- sim(z.fs, x=x.renda1, x1=x.renda5)
```

```
s.r14 <- sim(z.fs, x=x.renda1, x1=x.renda4)
```

```
s.r12 <- sim(z.fs, x=x.renda1, x1=x.renda2)
```

```
s.r13 <- sim(z.fs, x=x.renda1, x1=x.renda3)
```

Tabela 16.1

#African

```
z.as <- zelig(partpold ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21rr2 + g21rr3 + g21rr4  
+ partnpold + racarw + racara, model = "logit", data = ct.2005)
```

#Nível baixo de recurso (ativo/não-ativo)

```
x.1asn <- setx(z.as, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=0, g21rr3=0,  
g21rr4=0, racara=1, racarw=0, partnpold=0)
```

```

s.1asn <- sim(z.as, x = x.1asn)
x.1asp <- setx(z.as, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=0, g21rr3=0,
g21rr4=0, racara=1, racarw=0, partnpold=1)
s.1asp <- sim(z.as, x = x.1asp)
#Nível alto de recurso (ativo/não-ativo)
x.2asn <- setx(z.as, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=1, g21rr2=0, g21rr3=0,
g21rr4=1, racara=1, racarw=0, partnpold=0)
s.2asn <- sim(z.as, x = x.2asn)
x.2asp <- setx(z.as, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=1, g21rr2=0, g21rr3=0,
g21rr4=1, racara=1, racarw=0, partnpold=1)
s.2asp <- sim(z.as, x = x.2asp)
#Nível médio de recursos (ativo/não-ativo)
x.3asn <- setx(z.as, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racara=1, racarw=0, partnpold=0)
s.3asn <- sim(z.as, x = x.3asn)
x.3asp <- setx(z.as, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racara=1, racarw=0, partnpold=1)
s.3asp <- sim(z.as, x = x.3asp)
# nível médio de recurso – medida alternativa (ativo/não-ativo)
x.3asn <- setx(z.as, nivelescosecin=1, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racara=1, racarw=0, partnpold=0)
s.3asn <- sim(z.as, x = x.3asn)
x.3asp <- setx(z.as, nivelescosecin=1, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racara=1, racarw=0, partnpold=1)
s.3asp <- sim(z.as, x = x.3asp)

# Coloured

z.cs <- zelig(partnpold ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21rr2 + g21rr3 + g21rr4
+ partnpold + racarc + racara, model = "logit", data = ct.2005)

#Baixo nível de recursos(ativo/não-ativo)
x.1csn <- setx(z.cs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=0, g21rr3=0,
g21rr4=0, racarc=1, racarw=0, partnpold=0)
s.1csn <- sim(z.cs, x = x.1csn)
x.1csp <- setx(z.cs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=0, g21rr3=0,
g21rr4=0, racarc=1, racarw=0, partnpold=1)
s.1csp <- sim(z.cs, x = x.1csp)
#Alto níveis recursos (ativo/não-ativo)
x.2csn <- setx(z.cs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=1, g21rr2=0, g21rr3=0,
g21rr4=1, racarc=1, racarw=0, partnpold=0)
s.2csn <- sim(z.cs, x = x.2csn)
x.2csp <- setx(z.cs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=1, g21rr2=0, g21rr3=0,
g21rr4=1, racarc=1, racarw=0, partnpold=1)
s.2csp <- sim(z.cs, x = x.2csp)
# nível médio de recursos(ativo/não-ativo)
x.3csn <- setx(z.cs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racarc=1, racarw=0, partnpold=0)
s.3csn <- sim(z.cs, x = x.3csn)

```

```

x.3csp <- setx(z.cs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racarc=1, racarw=0, partnpold=1)
s.3csp <- sim(z.cs, x = x.3csp)
#nível médio de recursos – medida alternativa (ativo/não-ativo)
x.3csn <- setx(z.cs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racarc=1, racarw=0, partnpold=0)
s.3csn <- sim(z.cs, x = x.3csn)
x.3csp <- setx(z.cs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racarc=1, racarw=0, partnpold=1)
s.3csp <- sim(z.cs, x = x.3csp)

#White

z.ws <- zelig(partnpold ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21r2 + g21r3 + g21r4 +
g21r5 + partnpold + racarw + racara, model = "logit", data = ct.2005)

#nível baixo de recursos (ativo/não-ativo)
x.1wsn <- setx(z.ws, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21r2=1, g21r3=0,
g21r4=0, g21r5=0, racara=0, racarw=1, partnpold=0)
s.1wsn <- sim(z.ws, x = x.1wsn)
x.1wsp <- setx(z.ws, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21r2=1, g21r3=0,
g21r4=0, g21r5=0, racara=0, racarw=1, partnpold=1)
s.1wsp <- sim(z.ws, x = x.1wsp)
#nível alto de recurso (ativo/ não-ativo)
x.2wsn <- setx(z.ws, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=1, g21r2=0, g21r3=0,
g21r4=0, g21r5=1, racara=0, racarw=1, partnpold=0)
s.2wsn <- sim(z.ws, x = x.2wsn)
x.2wsp <- setx(z.ws, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=1, g21r2=0, g21r3=0,
g21r4=0, g21r5=1, racara=0, racarw=1, partnpold=1)
s.2wsp <- sim(z.ws, x = x.2wsp)

#nível médio de recursos (ativo/não-ativo)
x.3wsn <- setx(z.ws, nivelescosecin=0, nivelescosec=1, nivelescosup=0, g21r2=0, g21r3=0,
g21r4=1, g21r5=0, racara=0, racarw=1, partnpold=0)
s.3wsn <- sim(z.ws, x = x.3wsn)
x.3wsp <- setx(z.ws, nivelescosecin=0, nivelescosec=1, nivelescosup=0, g21r2=0, g21r3=0,
g21r4=1, g21r5=0, racara=0, racarw=1, partnpold=1)
s.3wsp <- sim(z.ws, x = x.3wsp)

```

Cidade do Cabo – Ativismo Político

Tabela 10.2

```

z.fs <- zelig(ativismod ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21r2 + g21r3 + g21r4 +
g21r5 + partnpold + racarw + racara, model = "logit", data = ct.2005)

x.nivel1 <- setx(z.fs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0)
x.nivel2 <- setx(z.fs, nivelescosecin=1, nivelescosec=0, nivelescosup=0)
x.nivel3 <- setx(z.fs, nivelescosec=1, nivelescosecin=0, nivelescosup=0)

```



```

x.nivel4 <- setx(z.fs, nivelescosup=1, nivelescosecin=0, nivelescosec=0)
s.n1 <- sim(z.fs, x=x.nivel1, x1=x.nivel4)
s.n2 <- sim(z.fs, x=x.nivel2, x1=x.nivel4)
s.n3 <- sim(z.fs, x=x.nivel3, x1=x.nivel4)
s.n11 <- sim(z.fs, x=x.nivel1)
s.n22 <- sim(z.fs, x=x.nivel2)
s.n33 <- sim(z.fs, x=x.nivel3)
s.n44 <- sim(z.fs, x=x.nivel4)

```

#Tabela 12.2

```

x.renda5 <- setx(z.fs, g21r5=1, g21r2=0, g21r3=0, g21r4=0)
x.renda1 <- setx(z.fs, g21r2=0, g21r3=0, g21r4=0, g21r5=0)
x.renda2 <- setx(z.fs, g21r2=1, g21r3=0, g21r4=0, g21r5=0)
x.renda3 <- setx(z.fs, g21r3=1, g21r2=0, g21r4=0, g21r5=0)
x.renda4 <- setx(z.fs, g21r4=1, g21r2=0, g21r3=0, g21r5=0)
s.r15 <- sim(z.fs, x=x.renda1, x1=x.renda5)
s.r14 <- sim(z.fs, x=x.renda1, x1=x.renda4)
s.r12 <- sim(z.fs, x=x.renda1, x1=x.renda2)
s.r13 <- sim(z.fs, x=x.renda1, x1=x.renda3)
s.r11 <- sim(z.fs, x=x.renda1)
s.r22 <- sim(z.fs, x=x.renda2)
s.r33 <- sim(z.fs, x=x.renda3)
s.r44 <- sim(z.fs, x=x.renda4)
s.r55 <- sim(z.fs, x=x.renda5)

```

#Tabela 16.2

#African

```

z.as <- zelig(ativismod ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21rr2 + g21rr3 +
g21rr4 + partnpold + racarw + racara, model = "logit", data = ct.2005)

```

#Nível baixo de recursos (ativo/não-ativo)

```

x.1asn <- setx(z.as, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=0, g21rr3=0,
g21rr4=0, racara=1, racarw=0, partnpold=0)
s.1asn <- sim(z.as, x = x.1asn)
x.1asp <- setx(z.as, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=0, g21rr3=0,
g21rr4=0, racara=1, racarw=0, partnpold=1)
s.1asp <- sim(z.as, x = x.1asp)

```

#Nível alto de recursos (ativo/não-ativo)

```

x.2asn <- setx(z.as, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=1, g21rr2=0, g21rr3=0,
g21rr4=1, racara=1, racarw=0, partnpold=0)
s.2asn <- sim(z.as, x = x.2asn)
x.2asp <- setx(z.as, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=1, g21rr2=0, g21rr3=0,
g21rr4=1, racara=1, racarw=0, partnpold=1)
s.2asp <- sim(z.as, x = x.2asp)

```

#Nível médio de recursos

```
x.3asn <- setx(z.as, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racara=1, racarw=0, partnpold=0)
s.3asn <- sim(z.as, x = x.3asn)
x.3asp <- setx(z.as, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racara=1, racarw=0, partnpold=1)
s.3asp <- sim(z.as, x = x.3asp)
```

Nível médio re recursos – medida alternativa (ativo/não-ativo)

```
x.3asn <- setx(z.as, nivelescosecin=1, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racara=1, racarw=0, partnpold=0)
s.3asn <- sim(z.as, x = x.3asn)
x.3asp <- setx(z.as, nivelescosecin=1, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racara=1, racarw=0, partnpold=1)
s.3asp <- sim(z.as, x = x.3asp)
```

Coloured

```
z.cs <- zelig(ativismod ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21rr2 + g21rr3 +
g21rr4 + partnpold + racarc + racarw, model = "logit", data = ct.2005)
```

#Nível baixo de recursos (ativo/não ativo)

```
x.1csn <- setx(z.cs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=0, g21rr3=0,
g21rr4=0, racarc=1, racarw=0, partnpold=0)
s.1csn <- sim(z.cs, x = x.1csn)
x.1csp <- setx(z.cs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=0, g21rr3=0,
g21rr4=0, racarc=1, racarw=0, partnpold=1)
s.1csp <- sim(z.cs, x = x.1csp)
```

#Nível alto de recursos (ativo/não-ativo)

```
x.2csn <- setx(z.cs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=1, g21rr2=0, g21rr3=0,
g21rr4=1, racarc=1, racarw=0, partnpold=0)
s.2csn <- sim(z.cs, x = x.2csn)
x.2csp <- setx(z.cs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=1, g21rr2=0, g21rr3=0,
g21rr4=1, racarc=1, racarw=0, partnpold=1)
s.2csp <- sim(z.cs, x = x.2csp)
```

#Nível médio de recursos (ativo/não ativo)

```
x.3csn <- setx(z.cs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racarc=1, racarw=0, partnpold=0)
s.3csn <- sim(z.cs, x = x.3csn)
x.3csp <- setx(z.cs, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racarc=1, racarw=0, partnpold=1)
s.3csp <- sim(z.cs, x = x.3csp)
```

Nível médio de recursos – medida alternativa (ativo/não ativo)

```
x.3csn <- setx(z.cs, nivelescosecin=1, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racarc=1, racarw=0, partnpold=0)
s.3csn <- sim(z.cs, x = x.3csn)
x.3csp <- setx(z.cs, nivelescosecin=1, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21rr2=1, g21rr3=0,
g21rr4=0, racarc=1, racarw=0, partnpold=1)
s.3csp <- sim(z.cs, x = x.3csp)
```

#White

```
z.ws <- zelig(ativismod ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21r2 + g21r3 + g21r4 + g21r5 + partnpold + racarw + racara, model = "logit", data = ct.2005)
```

```
#Nível Baixo de recursos (ativo/ não ativo)
```

```
x.1wsn <- setx(z.ws, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21r2=1, g21r3=0, g21r4=0, g21r5=0, racara=0, racarw=1, partnpold=0)
s.1wsn <- sim(z.ws, x = x.1wsn)
x.1wsp <- setx(z.ws, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=0, g21r2=1, g21r3=0, g21r4=0, g21r5=0, racara=0, racarw=1, partnpold=1)
s.1wsp <- sim(z.ws, x = x.1wsp)
```

```
#Nível Médio de recursos (ativo/não ativo)
```

```
x.2wsn <- setx(z.ws, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=1, g21r2=0, g21r3=0, g21r4=0, g21r5=1, racara=0, racarw=1, partnpold=0)
s.2wsn <- sim(z.ws, x = x.2wsn)
x.2wsp <- setx(z.ws, nivelescosecin=0, nivelescosec=0, nivelescosup=1, g21r2=0, g21r3=0, g21r4=0, g21r5=1, racara=0, racarw=1, partnpold=1)
s.2wsp <- sim(z.ws, x = x.2wsp)
```

```
#Nível Alto de recursos (ativo/não ativo)
```

```
x.3wsn <- setx(z.ws, nivelescosecin=0, nivelescosec=1, nivelescosup=0, g21r2=0, g21r3=0, g21r4=1, g21r5=0, racara=0, racarw=1, partnpold=0)
s.3wsn <- sim(z.ws, x = x.3wsn)
x.3wsp <- setx(z.ws, nivelescosecin=0, nivelescosec=1, nivelescosup=0, g21r2=0, g21r3=0, g21r4=1, g21r5=0, racara=0, racarw=1, partnpold=1)
s.3wsp <- sim(z.ws, x = x.3wsp)
```

```
#Tabela 13.2.
```

```
#Participação em Organizações Políticas
```

```
z.fs <- zelig(partpold ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21r2 + g21r3 + g21r4 + g21r5 + partnpold + racarw + racara, model = "logit", data = ct.2005)
```

```
x.w <- setx(z.fs, racarw=1, racara=0)
```

```
x.a <- setx(z.fs, racarw=0, racara=1)
```

```
x.c <- setx(z.fs, racara=0, racarw=0)
```

```
s.wa <- sim(z.fs, x=x.w, x1=x.a)
```

```
s.ca <- sim(z.fs, x=x.c, x1=x.a)
```

```
s.cw <- sim(z.fs, x=x.w, x1=x.c)
```

```
#Ativismo Político
```

```
z.fs <- zelig(ativismod ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21r2 + g21r3 + g21r4 + g21r5 + partnpold + racarw + racara, model = "logit", data = ct.2005)
```

```
x.w <- setx(z.fs, racarw=1, racara=0)
```

```
x.a <- setx(z.fs, racarw=0, racara=1)
```

```
x.c <- setx(z.fs, racara=0, racarw=0)
```

```
s.wa <- sim(z.fs, x=x.w, x1=x.a)
```

```
s.ca <- sim(z.fs, x=x.c, x1=x.a)
```

```
s.cw <- sim(z.fs, x=x.w, x1=x.c)
```

#Tabela 14.2.

#Participação em Organizações Políticas

```
z.fs <- zelig(partpold ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21r2 + g21r3 + g21r4 +
g21r5 + partnpold + racarw + racara, model = "logit", data = ct.2005)
```

```
x.np0 <- setx(z.fs, partnpold=0)
```

```
x.np1 <- setx(z.fs, partnpold=1)
```

```
s.pnp <- sim(z.fs, x=x.np0, x1=x.np1)
```

#Ativismo Político

```
z.fs <- zelig(ativismod ~ nivelescosecin + nivelescosec + nivelescosup + g21r2 + g21r3 + g21r4 +
g21r5 + partnpold + racarw + racara, model = "logit", data = ct.2005)
```

```
x.np0 <- setx(z.fs, partnpold=0)
```

```
x.np1 <- setx(z.fs, partnpold=1)
```

```
s.pnp <- sim(z.fs, x=x.np0, x1=x.np1)
```

Referências bibliográficas

ACHEN, C. Breaking the Iron Triangle: Social Psychology, Demographic Variables and Linear Regression in Voting Research. **Political Behavior**, v.14, n.3, September , pp. 195-211, 1992.

AGUIAR, N. **Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte 2005**. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro para Pesquisa Quantitativa em Ciências Sociais.

AGUIAR, N. (Org.). Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política. 1. ed. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

ALMOND, G.A.; VERBA, S. **The Civic Culture**: Political Democracy and Attitudes in Five Nations. New Jersey: Princeton University Press, 1963.

ANDREWS, G. R.. O protesto político negro em São Paulo: 1888–1988. **Estudos Afro-Asiáticos**, n.21, pp. 27–48, 1991.

ANDREWS, G. R.. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: Uma comparação estatística. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 22, pp. 47–83, 1992.

ANDREWS, G. A. Brazilian Racial Democracy, 1900-90: An American Counterpoint. **Journal of Contemporary History**, vol. 31, n.3, julho, pp. 483-507, 1996.

AZEVEDO, T. **As elites de cor**: um estudo de ascensão social. Salvador: UDUFBA, 1966.

BAILEY, S. R. Unmixing of Race Making in Brazil. **American Journal of Sociology**, v.114, n.3, November, pp. 577-614, 2008.

BAILEY, S. R. Public Opinion on Nonwhite Underrepresentation and Racial Identity Politics in Brazil. **Latin American Politics and Society**, v.51, n.4, pp. 69-99, 2009.

BAILEY, S. R.; MUNIZ, J. O.; LOVEMAN, M.. The Measure of “Race” and the Estimation of Racial Inequality. In: XXXIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, ANPOCS, 2009.

BALLARD, R.; HABIB, A.; VALODIA, I. Conclusion: Making Sense of Post-Apartheid South Africa’s Voices of Protest. In: **Voices of Protest**: Social Movements in Post-Apartheid South Africa, Pietermaritzburg: University of Kwazulu Natal Press, 2006, pp. 397-418.

BENTLEY, K; HABIB, A. 2008. Racial redress, national identity and citizenship in post-apartheid South Africa. In: **Racial Redress and Citizenship**, Cape Town: HSRC Press, 2008, pp. 3-32.

BERQUÓ, E.; ALENCASTRO, L. F. A emergência do voto negro. **Novos Estudos Cebrap**, n.33, pp. 77–88, 1992.

BLALOCK, H. M. **Toward a Theory of Minority-Group Relations**. New York: John Wiley and Sons, 1967.

BOBO, L.; GILLIAM, F. Jr. Race, Sociopolitical Participation, and Black Empowerment. **The American Political Science Review**, v.84, n.2, pp. 377-393, 1990.

BOWERS, J. Events into Action: A Framework for Studying Political Participation as a Dynamic Process. Manuscrito. Disponível em: <http://www.jakebowers.org/> Acesso em Agosto de 2009.

BROMAN, C. L.; NEIGHBORS, H. W.; JACKSON, J. S. Racial group identification among Black adults. **Social Forces**, v.67, pp.147-158, 1988.

BUENO, N. S. & FIALHO, F. M.. Race, Resources, and Political Participation in a Brazilian City, **Latin American Research Review**, v.44, n.2, pp. 59-83, 2009.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P.; MILLER, W.; STOKES, D. 1960. **The American Voter**. New York: Wiley.

CASTRO, M. M. M.. Raça e Comportamento Político. **Dados**, v.36, n.3, p.469-491, 1993.

CHANDRA, K. What is ethnic identity and does it matter? **Annual Review of Political Science**, v.9, pp. 397-424, 2006.

CHO, Wendy K., GIMPEL, James G., Wu Tony. Clarifying the Role of SES in Political Participation: Policy Threat and Arab American Mobilization. **The Journal of Politics**, v.68, n.4, pp. 977-991, 2006.

CHONG, D.; ROGERS, R. Reviving Group Consciousness. Manuscrito, 2003.

CHONG, D.; ROGERS, R.. Racial Solidarity and Political Participation. **Political Behavior**, v.27, n.4, pp. 347-373, 2005.

CHONG, D.; KIM, D. The Experiences and Effects of Economic Status Among Racial and Ethnic Minorities. **American Political Science Review**, v.100, n.3, pp. 335-351, 2006.

CLAGGET, W.; POLLOCK, P. H. III.. The Modes of Participation Revisited, 1980–2004, **Political Research Quarterly**, v.59, n.4, pp. 593–600, 2006.

COLLIER, D.; COLLIER, R. B. **Shaping the Political Arena**: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America. Princeton: Princeton University Press, 1991.

DAHL, R. A. **On Political Equality**. New Haven: Yale University Press, 2006.

DALTON, R.J.; KLINGEMANN, H. 2007. **Oxford Handbook of Political Behavior**. New York: Oxford University Press.

DUNNING, T. Direct Action and Associational Participation: The problem-solving repertoires of individuals. In: COLLIER, R. B. and HANDLIN, S.P. (eds.) **Reorganizing popular politics: participation and the new interest regime in Latin America**. Pennsylvania: Penn State University Press, 2009.

FAUVELLE-AYMAR, C. Electoral turnout in Johannesburg: socio-economic and political determinants. **Transformation** 66/67, pp. 142-167, 2008.

FERREE, K. Explaining South Africa's Racial Census. **The Journal of Politics**, v.68, n.4, pp. 803-815, 2006.

FREDERICKSON, G. M. **White Supremacy: Comparative Study in American and South African History**. New York: Oxford University Press, 1981.

FREDERICKSON, G. M. Race and Racism in Historical Perspective: Comparing the United States, South Africa, and Brazil. In: HAMILTON, HUNTLEY, ALEXANDER, GUIMARÃES, JAMES (eds.). **Beyond Racism: Race and Inequality in Brazil, South Africa, and the United States**, HAMILTON, HUNTLEY, ALEXANDER, GUIMARÃES, JAMES (eds.), Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001.

FRIEDMAN, S. A Voice for Some: South Africa's Ten Years of Democracy. In: NIJZINK, L.; PIOMBO, J. (eds.). **Electoral Politics in South Africa: Assessing the First Democratic Decade**, New York: Palgrave Macmillan, 2005, pp. 3-22.

FRY, P. Politics, Nationality, and the meaning of 'race' in Brazil. **Daedalus** (Spring), pp. 83-118, 2000.

GELMAN, A.; STERN, H. The difference between 'significant' and 'not significant' is not itself statistically significant. **The American Statistician**, v.60, n.4, pp. 328-331, 2006.

GIBSON, J. L. The Legacy of Apartheid: Racial Differences in the Legitimacy of Democratic Institutions and Processes in the New South Africa. **Comparative Political Studies**, v.36, n.7, pp. 772-800, 2003.

GILES, M. W.; BUCKNER, M. Comment. **Journal of Politics**, vol.58, n.4, pp. 1171-80, 1996.

GOHN, M. G. M. **Teorias Sobre os Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOODIN, R.E.; KLINGEMANN, H. **A New Handbook of Political Science**. New York: Oxford University Press, 1996.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 54, pp. 147-156, 1999.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, A. S. A. The Race Issue in Brazilian Politics (The Last Fifteen Years). In: KINZO, M. D.; DUNKERLEY, J. (eds.) **Brazil since 1985: Economy, Polity and Society**, London: Institute of Latin American Studies, 2003, pp. 251–268.

GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito Racial: Modos, Temas e Tempos**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

HANCHARD, M. G. **Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

HANCHARD, M. G. Culturalism versus Cultural Politics: Movimento Negro in Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil. In: WARREN, K. B. (ed.) **The Violence Within: Cultural and Politics Opposition in Divided Nations**, Boulder, CO: Westview Press, 1993, pp. 57–85.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2005,

HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N.; LIMA, M. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**. São Paulo: Vértice, 1988.

HOUTZAGER, P. P.; ACHARYA, A. K.; GURZA LAVALLE, A. Associations and the Exercise of Citizenship in New Democracies: Evidence from São Paulo and Mexico City. Manuscrito, 2007.

HTUN, M. From Racial Democracy to Affirmative Action: Changing State Policy on Race in Brazil. **Latin American Research Review**, v.39, n.1, pp. 60–98, 2004.

HUCKFELDT, R. **Politics in Context: Assimilation and Conflict in Urban Neighborhoods**. New York: Agathon Press, 1986.

HUNTINGTON, S.P.; NELSON, J.M. **No easy choice: Political Participation in developing countries**. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

HUTCHINGS, V. L.; VALENTINO, N. A. The Centrality of Race in American Politics. **Annual Review of Political Science**, v.7, pp. 383-408, 2004.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. **Rising Tide: Gender equality and cultural change around the world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

IMAI, K.; KING, G.; LAU, O. **Zelig: Everyone's Statistical Software**. 2009. Disponível em: <<http://gking.harvard.edu/zelig>>. Acesso em: 10 de junho de 2010.

IMAI, K.; KING, G.; LAU, Olivia. Logit: Logistic Regression for Dichotomous Dependent Variables. In: IMAI, K.; KING, G.; LAU, O. **Zelig: Everyone's Statistical Software**, 2009. Disponível em: <<http://gking.harvard.edu/zelig>> . Acesso em: 10 de junho de 2010.

IMAI, K.; KING, G.; LAU, O. Toward A Common Framework for Statistical Analysis and Development. **Journal of Computational and Graphical Statistics**, v.17, n.4, pp. 892-913, 2008

JUNG, C. Political Identities in Transition: South Africans Then and Now. 1995.361 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Yale University, New Haven, 1995.

KING, G.; TOMZ, M.; WITTENBERG, J. Making the Most of Statistical Analyses: Improving Interpretation and Presentation. **American Journal of Political Science**, v.44, n.2, pp. 341–355, 2000.

KING, G.; ZENG, L. [Improving Forecasts of State Failure](#). **World Politics**, v. 53, n. 4. Julho, pp. 623-58, 2001.

LAMOUNIER, B. “aça e classe na política brasileira. **Cadernos Brasileiros**, v. 47, pp. 39–50, 1968.

LAZARSFELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. **The People's Choice**. New York: Columbia University Press, 1968.

LEIGHLEY, J. E. Attitudes, Opportunities and Incentives: A Field Essay on Political Participation. **Political Research Quarterly**, v.48, pp. 181-209, 1995.

LEIGHLEY, J. E. Commentary on Attitudes, Opportunities and Incentives: A Field Essay on Political Participation. **Political Research Quarterly**, v.61, pp. 46-49, 2008.

LEIGHLEY, J. E.; VEDLITZ, A. Race, Ethnicity, and Political Participation: Competing Models and Contrasting Explanations. **Journal of Politics**, v.61, n.4, pp. 1092–1114, 1999.

LEIGHLEY, J. E & MATSUBAYASHI, T. The Implications of Class, Race, and Ethnicity for Political Networks. **American Politics Research**, v.37, n.5, pp. 824- 855, 2009.

LIEBERMAN, E. S. **Race and Regionalism of Taxation in Brazil and South Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LOVEMAN, Mara. Making 'Race' and Nation in the United States, South Africa, and Brazil: Taking Making Seriously. **Theory and Society**, v.28, n.6, pp. 903-927, 1999.

MAGGIE, Yvonne. Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias de cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.) **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural do Banco do Brasil, 1996, pp. 225-234.

MARX, A. **Making Race and Nation: A Comparison of South Africa, the United States and Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

- MATTES, R.; PIOMBO, J. Opposition Parties and the Voters in South Africa's General Election in 1999. **Democratization**, v.8, n.3, pp. 101-128, 2001.
- MATTES, R. South Africans' participation in local politics and government. **Transformation** 66/67, pp. 116-141, 2008.
- MATTES, Robert. Voter Information, Government Evaluations, and Party Images in the First Democratic Decade. In: NIJZINK, L.; PIOMBO, J. (eds.). **Electoral Politics in South Africa: Assessing the First Democratic Decade**, New York: Palgrave Macmillan, pp. 40-63, 2005.
- McADAM, D. 1982. **Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930- 1970**. Chicago: The University of Chicago Press.
- McCLURG, S. D. Social Networks and Political Participation: The Role of Social Interaction in Explaining Political Participation. **Political Research Quarterly**, v.56, pp. 448-464, 2006.
- McLAUGHLIN, E.. Racial, Ethnic or Rational Voters? Splitting Tickets in South Africa. **Politikon**, v.35, n.1, pp. 23-41, 2008.
- McLAUGHLIN, E. "Beyond the Racial Census: The Political Salience of Ethnolinguistic Cleavages in South Africa". *Comparative Political Studies*, 40(4): 435-456, 2007
- MERTON, R. K. **Social Theory and Social Structure**. New York: The Free Press, 1968.
- MILBRATH, L. **Political Participation: How and Why Do People Get Involved in Politics?** Chicago: Rand McNally, 1965.
- MILLER, A., P.; GURIN, G; GURIN; MALANCHUK, O. Group consciousness and political participation. **American Journal of Political Science**, v. 25, pp. 494-511, 1981.
- MUNIZ, J. O. Consistência, Concordância e Intervalos de Confiança para Percepções sobre Raça/Cor no Brasil. Manuscrito, 2010.
- MUTZ, D. The Consequences of Cross-Cutting Networks for Political Participation. **American Journal of Political Science**, v.46, n.4, pp. 838-855, 2002.
- NATTRASS, N.; SEEKINGS, J. 'Two Nations?' Race and Economic Inequality in South Africa Today. **Daedalus**, v. 130, n.1, inverno, pp. 45-70, 2001a.
- NATTRASS, N.; SEEKINGS, J. Democracy and Distribution in Highly Unequal Economies the case of South Africa. **Journal of Modern African Studies**, v.39, n.3, pp. 471-498, 2001b.
- NOGUEIRA, O. **Preconceito de marca: as relações social em Itapetininga**. São Paulo: Edusp, 1998.

NORRIS, P. **Democratic Phoenix**: Reinventing Political Activism. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

OLSEN, M. E. Social and Political Participation of Blacks. **American Sociological Review**, v.35, pp. 682-97, 1970.

ORUM, A. M.A Reappraisal of the Social and Political Participation of Negroes. **American Journal of Sociology**, v.72, pp. 32-46, 1966,

PASCHEL, T.; SAWYER, M. Q. Contesting Politics as Usual: Black Social Movements, Globalization, and Race Policy in Latin America. **Souls**, v.10, n.3, pp. 197-214, 2008.

PIERSON, D. **Branços e Pretos na Bahia**: estudo de contacto racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

PIZZORNO, Alessandro. Introducción al Estudio de la Participación Política. In: PIZZORNO, A.; KAPLAN, M.; CASTELLS, M. **Participacion y Cambio Social en la Problemática Contemporânea**, Buenos Aires: Siap-Planteos, 1975.

África do Sul. **Population Registration Act**. Union of South Africa. Disponível em: <http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.leg19500707.028.020.030&pgs=&cookieSet=1>. Acesso: 10 de junho de 2010, 1950.

POSEL, D. Race as Common Sense: Racial Classification in Twentieth-Century South Africa. **African Studies Review**, v. 44, n. 2, Setembro, pp. 87-113, 2001a.

POSEL, D. What's in a name? Racial categorisations under apartheid and their afterlife. **Transformation**, n. 47, pp. 50-74, 2001b.

PRANDI, R. Voto e raça na eleição presidencial de 1994. **Estudos Afro-Asiáticos**, v.30, pp. 61-78, 1996.

R Development Core Team. **R: A Language and Environment for Statistical Computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, 2010. Disponível em <http://www.R-project.org>

REIS, B. P. W. The Assessment of Political Inequality in a Comparative Survey: Some Preliminary Notes. In: XIX Congreso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política Durban, África do Sul, 2003.

REIS, F. W. O Tabela e a Lupa: Teoria, Método Generalizante e Idiografia no 'Contexto Brasileiro'. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.6, n.16, 1991.

REIS, F. W. **Mercado e utopia**: Teoria política e sociedade brasileira. São Paulo: Edusp, 2000

REIS, F. W. Política e Participação: Notas sobre Aspectos Doutrinários e Empíricos. **Revista USP**, v. 49, Março/maio, pp. 6-23, 2001.

RIBEIRO, F. R. Classifying 'Race' and 'Whitening' the Nation: Suggestions Towards Comparative Reading of South Africa and Brazil. **Safundi - The Journal of South African and Comparative American Studies**, v. 15, julho, pp. 1-14, 2004.

RIOS, F. M. A institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo. 2009 175 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROBINS, S. L. **From Revolution to Rights in South Africa**: Social Movements, NGOs, and Popular Politics after Apartheid. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2008.

ROSENSTONE, S. J.; HANSEN, J. M. **Mobilization, Participation, and Democracy in America**. New York: Longman, 1993.

SANSONE, L. **Blackness without ethnicity**: Constructing Race in Brazil. New York: Palgrave/St. Martin's Press, 2003.

SANTOS, J. A. F. Efeitos de Classe na Desigualdade Racial No Brasil. **Dados**, v. 48, n. 1, pp. 21-63, 2005.

SAWYER, M.. 'Race' to the Future: Racial Politics in Latin America 2015. **Perspectives on Politics**, v. 3, n.3, pp. 561-564, 2005.

SCHLOZMAN, K. L. Citizen Participation in America: What do we know? Why do we care? In: KATZELSON, I.; MILNER, H. V. (eds). **Political Science**: State of the Discipline. Norton and Company /American Political Science Association, pp. 433-61, 2002

SCHMITTER, P. Brasil e África do Sul: uma comparação preliminar. In: LAMOUNIER, B. (org.) **Brasil e África do Sul**: uma comparação. São Paulo: Editora Sumaré/Idesp, 1996.

SEEKINGS, J. Institutional Design, Cultural Diversity and Economic Solidarity: A Comparison of South Africa, Brazil and Nigeria. Manuscrito. 2004

SEEKINGS, J. Cape Town Area Survey. University of Cape Town, Centre for Social Science Research, 2005.

SEEKINGS, Jeremy & MATISONN. Inequalities of Class and the Quality of Democracy in Post-Apartheid South African Cities. In: Harold Wolpe Memorial Trust Conference, Cidade do Cabo, 2006.

SEEKINGS, J.; JOOSTE, T.; LANGER, M.; MAUGHAN-BROWN, B. Inequality and Diversity in Cape Town: An Introduction and User's Guide to the 2005 Cape Area Study. **CSSR Working Paper**, n.124, 2005.

SEEKINGS, J. Race, Class, and Distributive Justice in Post-Apartheid South Africa. **Journal of Southern African Studies**, v.34, n.1, pp. 39-60, 2008a.

- SEEKINGS, J. The continuing salience of race: Discrimination and diversity in South Africa. **Journal of Contemporary African Studies**, v.26, n.1, pp. 1-25, 2008b.
- SEEKINGS, J. "The Electoral Implications of Social and Economic Change since 1994", NIJZINK, Lia & PIOMBO, Jessica (eds.). . In: NIJZINK, L.; PIOMBO, J. (eds.). **Electoral Politics in South Africa: Assessing the First Democratic Decade**, New York: Palgrave Macmillian, 2005, pp. 23-39.
- SEGURA G. M.; RODRIGUES, H. A. Comparative ethnic politics in the United States: Beyond black and white. **Annual Review of Political Science**, v.9, pp. 375-95, 2006.
- SIEGEL, D. Social Networks and Collective Action. **American Journal of Political Science**, v.53, n.1, pp. 122-138, 2009.
- SILVA, G. M. D. Re-Making Class, Race, and Nation: Black Professionals in Brazil and South Africa. 2010. 299f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Harvard University, Cambridge, 2010.
- SIMÕES, S.; REIS, B. P. W.; BIAGIONI, D.; FIALHO, F. M.; BUENO, N. S. The Private Motivations of Public Action: Women's Associational Lives and Political Activism in Brazil. **Advances in Gender Research**, v13, pp. 203-240, 2009.
- SHINGLES, R. D. Black Consciousness and Political Participation: The Missing Link. **The American Political Science Review**, v.75, n.1, pp. 76-91, 1981.
- SOARES, G.; VALLE SILVA, N. Urbanization, Race, and Class in Brazilian Politics. **Latin American Research Review**, v.22, n. 2, pp. 155-176, 1987.
- SOARES, G.; VALLE SILVA, N. O charme discreto do socialismo moreno. **Dados**, v.28, n.2, pp. 253-273, 1985.
- SOUZA, A. Raça e Política no Brasil Urbano. **Revista de Administração de Empresas**, v.11, n.4, pp. 61-70, 1971.
- SOUZA, J. Raça ou Classe? Sobre a Desigualdade Brasileira. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n.65, 2005, pp. 43-70, 2006.
- SUYAMA, E.; FERNANDES, R. A. Planejamento da amostra, seleção de unidades amostrais, e sistema de ponderação da pesquisa da região metropolitana de Belo Horizonte. In: AGUIAR, N.(org.) **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, pp. 263-285.
- TIMPONE, R. J. Ties that Bind: Measurement, Demographics, and Social Connectedness. **Political Behavior**, v.20, n.1, 1998, pp. 53-77, 1998.
- TELLES, E. E. Identidade racial, contexto urbano e mobilização política. **Afro-Ásia**, v.17, pp. 121-138, 1996.

TELLES, E. E. **Racismo à brasileira**: Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará e Ford Foundation, 2003.

TILLY, C. **Democracy**. New York: Cambridge University Press, 2007.

UCLA, 2010. **Understanding odds ratios in binary logistic regression**. Disponível em: http://www.ats.ucla.edu/stat/stata/library/odds_ratio_logistic.htm. Acesso em 10 de junho de 2010.

VERBA, S.; NIE, N. H. **Participation in America**: Political Democracy and Social Inequality. Chicago: University of Chicago Press, 1972

VERBA, S.; NIE, N. H.; KIM, J. **Participation and Political Equality**: A Seven-Nation Comparison. Chicago: University of Chicago Press, 1979

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H.; NIE, N. H. Race, Ethnicity and Political Resources: Participation in the United States. **British Journal of Political Science**, v.23, n.4, pp. 453–497, 1993.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H. E. **Voice and Equality**: Civic Voluntarism in American Politics. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

WARREN, M. E. **Democracy and Association**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.

WRINKLE, R. D.; STEWART, J. Jr.; POLINARD, J.L.; MEIER, K.; J, ARVIZU, J. R. Ethnicity and Nonelectoral Political Participation. **Hispanic Journal of Behavioral Sciences**, v.18, n.2, pp. 142-153, 1996.

ZUCKERMAN, A. S. Returning to the Social Logic of Politics. In: ZUCKERMAN, A.S. **The Social Logic of Politics**: Personal Networks as Contexts for Political Behavior. Philadelphia: Temple University Press, pp. 2-20, 2005.